



PLANO MUNICIPAL PARA A INTEGRAÇÃO DE MIGRANTES DE CASTELO BRANCO 2G 2020-2022

Castelo Branco

2020

FICHA TÉCNICA

Título:

Plano Municipal para a Integração de Migrantes de Castelo Branco 2G (PMIM-CB 2G)

Período de vigência:

2020-2022

Local:

Castelo Branco

Elaboração do PMIM-CB 2G:

Sandra Silva | Centro de Estudos Geográficos, Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa.

Com a colaboração de:

Christelle Domingos | Amato Lusitano – Associação de Desenvolvimento

Cristina Henriques | Amato Lusitano – Associação de Desenvolvimento

Susana Bártolo | Amato Lusitano – Associação de Desenvolvimento

Equipa responsável pela implementação do PMIM-CB 2G:

Cristina Henriques | Amato Lusitano – Associação de Desenvolvimento

Susana Bártolo | Amato Lusitano – Associação de Desenvolvimento

Entidade promotora:

Câmara Municipal de Castelo Branco

Praça do Município, 6000-458 Castelo Branco

Entidade executora:

Amato Lusitano – Associação de Desenvolvimento

Rua da Fonte Nova, Nº 1, Quinta da Fonte Nova, R/C Dtº.

6000-167 Castelo Branco

Organismo Intermédio:

ACM, I.P. – Alto Comissariado para as Migrações, I.P.

Rua Álvaro Coutinho, 14, 1150-025 Lisboa

Fundo cofinanciador:

Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração (FAMI)

LISTA DE SIGLAS E ACRÓNIMOS

AACCB – Associação de Apoio à Criança de Castelo Branco
ACICB – Associação Comercial e Industrial da Beira Baixa
ACM, I.P. – Alto Comissariado para as Migrações, Instituto Público
ACT – Autoridade para as Condições do Trabalho
ADRACES – Associação de Desenvolvimento da Raia Centro-Sul
AEBB – Associação Empresarial da Beira Baixa
AL-AD – Amato Lusitano – Associação de Desenvolvimento
BEIRALUSA – Agência de Desenvolvimento Regional da Beira Interior
CE – Conselho Europeu
CIMBB – Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa
CLAIM – Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes
CLAS – Conselho Local de Ação Social
CMCB – Câmara Municipal de Castelo Branco
CNAIM – Centros Nacionais de Apoio à Integração de Migrantes
CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco
CPR – Conselho Português para os Refugiados
CRI – Centro de Respostas Integrado
ENERAREA - Agência Regional de Energia e Ambiente do Interior
ETEPA – Escola Tecnológica e Profissional Albicastrense
FAMI – Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração
GEP/MTSSS – Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social
GIP – Gabinete de Inserção Profissional
GNR – Guarda Nacional Republicana
IEFP, I.P. – Instituto do Emprego e Formação Profissional, Instituto Público
INE – Instituto Nacional de Estatística
IPCB – Instituto Politécnico de Castelo Branco
ISS,I.P. – Instituto da Segurança Social, Instituto Público
NATURTEJO – Empresa de Turismo
NAV/CB – Gabinete de Apoio às Vítimas de Violência de Castelo Branco
NPT – Nacionais de Países Terceiros
NUTS – Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos
PAR – Plataforma de Apoio aos Refugiados
PEM – Plano Estratégico para as Migrações
PMIM – Plano Municipal para a Integração de Migrantes
PMIM-CB 2G – Plano Municipal para a Integração de Migrantes de Castelo Branco 2ª Geração
PORDATA – Base de Dados Portugal Contemporâneo
PPT – Programa Português para Todos
PSP – Polícia de Segurança Pública
RAS – Reciclagem, Artes e Solidariedade
SAAS – Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social
SEF – Serviço de Estrangeiros e Fronteiras
SNS – Serviço Nacional de Saúde
TRIURBIR – Triângulo Urbano Ibérico-Raiano
UE – União Europeia

ÍNDICE

NOTA DE ABERTURA	10
I. ENQUADRAMENTO GERAL	11
1.1 O PLANO MUNICIPAL PARA A INTEGRAÇÃO DE MIGRANTES DE CASTELO BRANCO 2G E AS POLÍTICAS NACIONAIS E LOCAIS PARA A MIGRAÇÃO	11
1.2 ÂMBITO, OBJETIVOS E PÚBLICO-ALVO	14
1.3 METODOLOGIA E PROCESSO DE APROVAÇÃO	15
1.4 ESTRUTURA	19
II. DIAGNÓSTICO LOCAL	21
2.1 CARACTERIZAÇÃO TERRITORIAL	21
2.1.1 POSICIONAMENTO GEOGRÁFICO	21
2.1.2 GOVERNAÇÃO E CAPACIDADE INSTITUCIONAL	24
2.1.3 CLAIM – CENTRO LOCAL DE APOIO À INTEGRAÇÃO DE MIGRANTES	31
2.1.4 SINERGIAS E PARCERIAS	34
2.1.5 DINÂMICAS DEMOGRÁFICAS	45
2.1.6 ECONOMIA E MERCADO DE TRABALHO	50
2.2 CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO MIGRANTE: RESIDENTE E INQUIRIDA	52
2.2.1 POPULAÇÃO MIGRANTE RESIDENTE	52
2.2.2 POPULAÇÃO MIGRANTE INQUIRIDA	67
2.3 IDENTIFICAÇÃO DE DIFICULDADES & NECESSIDADES	78
2.3.1 PERCEÇÃO E PRIORIDADES DE INTEGRAÇÃO	78
2.3.2 IDENTIFICAÇÃO DE DIFICULDADES	83
ÁREA ESTRATÉGICA: SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO E INTEGRAÇÃO	85
ÁREA ESTRATÉGICA: URBANISMO E HABITAÇÃO	86
ÁREA ESTRATÉGICA: SAÚDE	87
ÁREA ESTRATÉGICA: MERCADO DE TRABALHO E EMPREENDEDORISMO	88
ÁREA ESTRATÉGICA: SOLIDARIEDADE E RESPOSTA SOCIAL	89
ÁREA ESTRATÉGICA: EDUCAÇÃO E LÍNGUA	90
ÁREA ESTRATÉGICA: CULTURA	91
ÁREA ESTRATÉGICA: MEDIA E SENSIBILIZAÇÃO DA OPINIÃO PÚBLICA	92
ÁREA ESTRATÉGICA: RACISMO E DISCRIMINAÇÃO	93
ÁREA ESTRATÉGICA: CIDADANIA E PARTICIPAÇÃO CÍVICA	94
ÁREA ESTRATÉGICA: RELIGIÃO	95
ÁREA ESTRATÉGICA: RELAÇÕES INTERNACIONAIS	96
ÁREA ESTRATÉGICA: CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO	97
ÁREA ESTRATÉGICA: IGUALDADE DE GÉNERO	98
SÍNTESE	100

III. PLANO DE AÇÃO	101
3.1 DIMENSÃO ESTRATÉGICA	101
3.1.1 VISÃO E PRINCÍPIO ORIENTADOR	101
3.1.2 OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	104
3.2 DIMENSÃO OPERACIONAL	113
3.2.1 FASE 1: CONCEÇÃO DO PLANO	118
3.2.2 FASE 2: IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO	119
3.2.3 FICHAS DE AÇÃO	133
3.2.4 PROJETOS CONEXOS	158
3.3 MODELO DE MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO	160
3.4 MODELO DE GOVERNAÇÃO	163
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	166
WEBGRAFIA	168
ANEXOS	169

ÍNDICE de FIGURAS

Figura 1. Município e Freguesia do Concelho de Castelo Branco.....	22
Figura 2. Sistema Urbano da Região Centro.....	24
Figura 3. Diagrama de Parceiras e Sinergias do PMIM-CB 2G.....	44
Figura 4. Evolução da População Residente, segundo o Género, no Concelho de Castelo Branco.....	46
Figura 5. Evolução da População Residente, segundo o Grupo Etário, no Concelho de Castelo Branco.....	47
Figura 6. População Estrangeira Residente no Concelho de Castelo Branco, por Continente (2019) (%).....	53
Figura 7. População Estrangeira Residente, por Principais Nacionalidades de NPT, segundo o Género.....	54
Figura 8. Evolução dos Pedidos de Proteção Internacional em Portugal (2007-2019).....	55
Figura 9. Pessoas ao Serviço dos Estabelecimentos em Castelo Branco, por Nacionalidade, segundo o Género (2018).....	58
Figura 10. Pessoas ao Serviço dos Estabelecimentos em Castelo Branco, por Nacionalidade, segundo o Escalão Etário (2018).....	59
Figura 11. Pessoas Estrangeiras ao Serviço dos Estabelecimentos em Castelo Branco, segundo as 10 Principais Nacionalidades (2018).....	60
Figura 12. Pessoas ao Serviço dos Estabelecimentos em Castelo Branco, por Nacionalidade, segundo a Profissão (2018).....	61
Figura 13. Pessoas, por Conta de Outrem, ao Serviço dos Estabelecimentos em Castelo Branco, por Nacionalidade, segundo o Regime de Duração do Trabalho (2018).....	62
Figura 14. Pessoas, por Conta de Outrem, ao Serviço dos Estabelecimentos em Castelo Branco, por Nacionalidade, segundo o Tipo de Contrato (2018).....	63
Figura 15. Pessoas ao Serviço dos Estabelecimentos em Castelo Branco, por Nacionalidade, segundo as Habilitações Escolares (2018).....	64
Figura 16. Pessoas ao Serviço dos Estabelecimentos em Castelo Branco, por Nacionalidade, segundo a Situação na Profissão (2018).....	66

Figura 17. Migrantes Inquiridos, por Género, segundo a Nacionalidade.....	68
Figura 18. Migrantes Inquiridos, segundo o Grupo Etário.....	69
Figura 19. Migrantes Inquiridos, por Grupo Etário, segundo a Nacionalidade (%).....	70
Figura 20. Migrantes Inquiridos, por Nível de Escolaridade, segundo a Nacionalidade (%).....	71
Figura 21. Migrantes Inquiridos, segundo o Estado Civil (casado/a).....	72
Figura 22. Migrantes Inquiridos, segundo a Existência de Filhos.....	72
Figura 23. Motivos para Migrar.....	75
Figura 24. Motivo para Escolha de Castelo Branco como Destino.....	75
Figura 25. Tempo de Permanência em Portugal e em Castelo Branco (%).....	77
Figura 26. Perceção de Integração, segundo a Nacionalidade.....	79
Figura 27. Prioridades de Integração.....	80
Figura 28. Prioridades de Integração, segundo a Nacionalidade (%).....	82
Figura 29. Dificuldades, segundo a Área Estratégica (%).....	84
Figura 30. Dificuldades nos Serviços de Acolhimento e Integração (%).....	86
Figura 31. Dificuldades no Urbanismo e Habitação (%).....	87
Figura 32. Dificuldades na Saúde (%).....	88
Figura 33. Dificuldades no Mercado de Trabalho e Empreendedorismo (%).....	89
Figura 34. Dificuldades na Solidariedade e Resposta Social (%).....	90
Figura 35. Dificuldades na Educação e Língua (%).....	91
Figura 36. Dificuldades na Cultura (%).....	92
Figura 37. Dificuldade nos Media e Sensibilização da Opinião Pública (%).....	93

Figura 38. Dificuldades no Racismo e Discriminação (%).....	94
Figura 39. Dificuldades na Cidadania e Participação Cívica (%).....	95
Figura 40. Dificuldades na Religião (%).....	96
Figura 41. Dificuldades nas Relações Internacionais (%).....	97
Figura 42. Visão Estratégica do PMIM-CB 2G.....	103
Figura 43. Princípio Orientador e Domínios Essenciais da Ação no PMIM-CB 2G.....	104
Figura 44. Ações por Eixo de Intervenção (%).....	116
Figura 45. Ações por Área de Intervenção (%).....	117
Figura 46. Modelo de Governação do PMIM-CB 2G.....	165

ÍNDICE de TABELAS

Tabela 1. Amato Lusitano: Projetos Cofinanciados, desde 2004, na Área das Migrações.....	28
Tabela 2. Parceiros Operativos do PMIM-CB 2G.....	35
Tabela 3. Parceiros e Respetivas Valências para o PMIM-CB 2G.....	37
Tabela 4. Sinergias do PMIM-CB 2G com Outros Projetos.....	43
Tabela 5. Municípios do Distrito de Castelo Branco.....	45
Tabela 6. Evolução de Indicadores Demográficos Chave no Concelho de Castelo Branco.....	48
Tabela 7. Evolução dos Saldos Populacionais no Concelho de Castelo Branco.....	49
Tabela 8. Volume de Negócios e Número de Trabalhadores, por Sector de Atividade, no Concelho de Castelo Branco (2018).....	51
Tabela 9. Concessões de Proteção Internacional em Portugal, por Tipologia (vários anos).....	57
Tabela 10. Distribuição da População Inquirida, segundo o Grupo Profissional na Origem e no Destino.....	73
Tabela 11. Compêndio de Dificuldades/Necessidades Identificadas pelos Parceiros.....	99
Tabela 12. Síntese da Estratégia do PMIM-CB 2G.....	110
Tabela 13. Indicadores Físicos.....	114
Tabela 14. Resumo da Dimensão Operacional do PMIM-CB 2G.....	115
Tabela 15. Parceiros Envolvidos, segundo cada Ação do PMIM-CB 2G.....	128

NOTA DE ABERTURA

A questão do acolhimento e integração dos migrantes está na vanguarda da agenda política a nível internacional, europeu, nacional e local. A adoção, por 164 países, do Pacto Global para uma Migração Segura, Ordenada e Regular e, por 181 países, do Pacto Global sobre Refugiados, ambos em 2018; o Pacto Europeu sobre Migração e Asilo (Setembro 2020); assim como o mais recente Plano de Ação da Comissão Europeia sobre Integração e Inclusão para o período 2021-2027, significa o compromisso de alto nível político para tornar a governação das migrações e integração dos migrantes, prioridades fundamentais.

Não obstante e apesar da governação das migrações continuar a ser feita, comumente, ao nível internacional e nacional, a realidade é que a integração acontece ao nível local, pois é aqui que as pessoas vivem o seu quotidiano, com os seus sucessos, desafios e adversidades; é a este nível que as ações de acolhimento e integração dos migrantes se tornam mais significativas e até determinantes. E daí que as cidades, independentemente da dimensão, estejam a tornar-se, cada vez mais, atores centrais nos processos de gestão dos fluxos migratórios.

Por outro lado, ainda que a tendência mundial seja a concentração da grande maioria dos migrantes nas grandes cidades, cada vez mais, as médias e pequenas cidades e as áreas rurais estão a ser chamadas a desempenhar um papel crítico na gestão dos fluxos migratórios e, por conseguinte, a desenvolverem e implementarem programas de integração para estes novos residentes, de modo a atenderem às suas necessidades específicas e a garantir, concomitantemente, a existência de uma sociedade inclusiva, com coesão social e territorial.

O Município de Castelo Branco cedo compreendeu estas dinâmicas e respondeu ao desafio, quer através da criação e manutenção, até à data, de um Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes (CLAIM) e da adesão à Rede de Municípios Amigos dos Imigrantes e da Diversidade (RMAD), quer pela implementação, entre 2018-2020, do primeiro Plano Municipal para a Integração de Migrantes de Castelo Branco (PMIM-CB).

É neste contexto que se insere o “Plano Municipal para a Integração de Migrantes de Castelo Branco” 2G (PMIM-CB 2G) para o período 2020-2022, e cujo objetivo central é reforçar, prosseguir e consolidar o trabalho desenvolvido pela Câmara Municipal de Castelo Branco, pela Amato Lusitano – Associação de Desenvolvimento, assim como pela comunidade autóctone local e por um vasto e diversificado conjunto de entidades e atores sociais locais e regionais, no âmbito da promoção de políticas municipais e práticas locais multissetoriais de acolhimento e integração dos migrantes.

José Augusto Rodrigues Alves

Presidente da Câmara Municipal de Castelo Branco

I. ENQUADRAMENTO GERAL

1.1 O PLANO MUNICIPAL PARA A INTEGRAÇÃO DE MIGRANTES DE CASTELO BRANCO 2G E AS POLÍTICAS NACIONAIS E LOCAIS PARA A MIGRAÇÃO

O Plano Municipal para a Integração de Migrantes de Castelo Branco 2G (PMIM-CB 2G) definido para o período 2020-2022, responde às sugestões expressas na Agenda Europeia para a Integração de Nacionais de Países Terceiros (COM (2011) 455 final)¹ que recomenda aos estados-membros que promovam mais políticas de integração ao nível local, melhorem a cooperação entre diferentes níveis de governança (nacional, regional e local) e fomentem a monitorização dos serviços e políticas desenvolvidas nesses diferentes níveis, sinalizando boas práticas.

A nível nacional, o PMIM-CB 2G enquadra-se no Plano Nacional de Implementação do Pacto Global para as Migrações, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 141/2019 de 20 de agosto², em particular no Objetivo 16: Capacitar os migrantes e as sociedades para alcançar uma inclusão e coesão social plenas (Medida 64). Mais especificamente, o PMIM-CB 2G tem cofinanciamento comunitário, nomeadamente através do Fundo para o Asilo, a Migração e Integração (FAMI), que privilegia a imigração legal, a integração dos nacionais de países terceiros e o acolhimento de beneficiários de proteção internacional. Neste âmbito, especificamente do Objetivo Específico OE2 – Integração e Migração Legal e Objetivo Nacional ON2 – Integração do FAMI, o Alto Comissariado para as Migrações (ACM, I.P.) abriu a candidatura ao aviso 83/FAMI/2020³, destinado a apoiar a “Conceção e a Implementação dos Planos Municipais para a Integração de Migrantes”. O PMIM-CB 2G (2020-2022) enquadra-se na candidatura do Município de Castelo Branco, em parceria com a Amato Lusitano- Associação de Desenvolvimento, a este aviso, tendo a mesma sido aprovada através do projeto PT/2020/FAMI/613.

Neste ponto, salientamos também a importância do PMIM-CB 2G para os indicadores específicos do Programa Nacional, em particular:

¹ Cf. CE (2011). COM (2011) 455 final. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2011:0455:FIN:PT:PDF>

² Disponível em: https://www.portaldiplomatico.mne.gov.pt/images/politica_externa/Resolucao_CM_141-2019_-_Plano_Nacional_de_Implementacao_do_Pacto_Global_das_Migracoes.pdf

³ Cf. ACM (2020). Aviso 83/FAMI/2020. Disponível em: <https://www.acm.gov.pt/documents/10181/222893/Aviso-83-FAMI-2020-Planos-Versao-Integral.pdf/d1fa0e0b-9d6d-461a-9711-6ad79b88501d>

OE2-ON2 “C2” – *“Pessoas de grupos-alvo (NPT) assistidas por este Fundo através de medidas de integração no quadro de estratégias nacionais, locais e regionais”*

- ao contribuir com o envolvimento direto de 720 NPT, (400 homens e 320 Mulheres) e com o objetivo de envolver, indiretamente todos os NPT residentes no concelho de Castelo Branco.

OE2-ON2 “C3” – *“Quadros/medidas/instrumentos de política local, regional e nacional disponíveis para a integração de nacionais de países terceiros e que impliquem a sociedade civil, as comunidades migrantes e todos os intervenientes relevantes, como resultado de medidas apoiadas por este fundo.”*

- Tendo em consideração as ações de intervenção socioculturais definidas o PMIM-CB 2G, tem uma abordagem multissetorial, que inclui o envolvimento dos NPT (destinatários do aviso e do fundo), as entidades parceiras locais (públicas e privadas), em que o seu know-how e os seus próprios recursos serão uma mais-valia e a comunidade autóctone, que consolidará esta tríade sociocultural. Esta intervenção em rede pressupõe a articulação e operacionalização das 25 ações que potenciarão e culminarão na integração efetiva dos NPT.

OE2-ON2 “C5” – *“Projetos apoiados por este fundo para desenvolver, acompanhar e avaliar as políticas de integração nos Estados-Membros apoiados pelo Fundo”.*

- Este projeto, ao reformular o seu diagnóstico com dados atuais e reais e ao desenhar ações que colmatam as necessidades aferidas, potenciará a intervenção no contexto migratório atual, o sucesso das ações delineadas e dos seus objetivos tendo sempre por base, o quadro legal em vigor. Ao longo da execução do PMIM-CB 2G, os NPT terão acesso a informação, recursos, contatos e outros instrumentos que contribuirão para o sucesso do seu processo de inclusão social.

A nível local o PMIM-CB 2G (2020-2022) surge de uma estratégia política que vê os migrantes como oportunidade e potencialidade e não como um problema ou obstáculos e que projeta Castelo Branco como um território integrador, com uma comunidade solidária e inclusiva, e por isso, um concelho aprazível para os migrantes crescerem, estudarem, viverem, trabalharem e envelhecerem.

Esta abordagem está presente em documentos estratégicos como, por exemplo: I) no Plano Estratégico Castelo Branco 2030, um documento que identifica a estratégia de desenvolvimento da cidade no horizonte temporal 2015-2030 e cuja visão se encontra

estruturada sobre seis grandes ambições estratégicas que se pretendem alcançar nesse período, sendo uma focada na ambição de criar «Uma cidade rejuvenescida, como resultado da recuperação da natalidade e de uma bem-sucedida política imigratória.» para depois se incluir, no conjunto de uma nova geração de políticas locais prioritárias, «Uma Política de Imigração, desenhada para atrair novas populações que respondam aos vários segmentos de uma economia e de uma sociedade em atualização: na agricultura, na indústria transformadora, nos serviços. Política que deve envolver, para além das empresas, o setor público e o terceiro setor, mormente em domínios como o ensino, a saúde, o desporto e a cultura» (CMCB/CEDRU, 2015:66)⁴; II) nas conclusões do Diagnóstico Social do Concelho de Castelo Branco, onde se refere a necessidade de «criar fatores de atração para a emigração e imigração como forma de combater o êxodo e o envelhecimento da população.» (CMCB, 2015:74)⁵.

Mais especificamente, o PMIM-CB 2G confirma o compromisso do município com a sustentabilidade da intervenção local no domínio do acolhimento e da integração dos migrantes, dando continuidade a um trabalho que tem vindo a ser desenvolvido e reforçado pela Câmara Municipal de Castelo Branco, em parceria com a Amato Lusitano – Associação de Desenvolvimento. A parceria neste âmbito de atuação, estabelecida desde 2004, para a criação e manutenção em funcionamento, de forma ininterrupta desde então, do Centro Local de Apoio à Integração dos Migrantes de Castelo Branco (CLAIM), tem também sido profícua no desenvolvimento de inúmeros outros projetos de intervenção social junto dos grupos de maior risco de exclusão social, em particular os migrantes, e que funcionam, frequentemente, em complementaridade uns dos outros. Entre esses projetos, de destacar a implementação do 1º Plano Municipal para a Integração de Migrantes de Castelo Branco que decorreu no período 2018-2020 e que incluía, entre as suas ações na área dos Serviços de Acolhimento e Integração, a dinamização do CLAIM.

Por conseguinte, PMIM-CB 2G possibilita também a continuidade e o aperfeiçoamento das respostas dadas pelo PMIM de 1ª geração, ao acolhimento e integração dos NPT residentes no município de Castelo Branco. Trabalho esse desenvolvido de forma contínua e sistemática, possibilitado pela proximidade com as comunidades migrantes residentes, mas também com a comunidade autóctone local, e em parceria com um vasto conjunto de entidades locais e regionais.

⁴ Cf. CMCB/CEDRU (2015). Castelo Branco 2030. Relatório Final. Disponível em: https://www.cm-castelobranco.pt/media/1683/cb_2030.pdf

⁵ Cf. CMCB (2015). Diagnóstico Social do Concelho de Castelo Branco. Disponível em: https://www.cm-castelobranco.pt/media/2292/diagnostico_cb_-2015.pdf

1.2 ÂMBITO, OBJETIVOS E PÚBLICO-ALVO

O Plano Municipal para a Integração de Migrantes de Castelo Branco 2G (PMIM-CB 2G), é um instrumento de planeamento estratégico e de intervenção local na área do acolhimento e da integração de migrantes e da promoção da diversidade cultural e da interculturalidade. É coordenado pela Câmara Municipal de Castelo Branco, que é apoiada tecnicamente pela Amato Lusitano – Associação de Desenvolvimento, com quem celebrou um protocolo nesse sentido e que, conseqüentemente, é a entidade responsável pela conceção, gestão da implementação, assim como administração do processo de monitorização e avaliação do Plano. Assim, a implementação do Plano fundamenta-se e apoia-se no trabalho ininterrupto desenvolvido pela Amato Lusitano – Associação de Desenvolvimento, com a comunidade imigrante e refugiada residente no concelho de Castelo Branco, ao longo dos últimos 16 anos.

Para além desta parceria administrativa, financeira e operacional, conta-se também com a mobilização e colaboração não financeira, mas operacional, de todas as entidades locais e regionais que intervêm ou têm competências e recursos no domínio das migrações e da diversidade cultural no território, assim como com a participação da comunidade autóctone local.

O grupo alvo do PMIM-CB 2G e das ações que serão desenvolvidas no quadro da sua implementação são os migrantes legais, cidadãos Nacionais de Países Terceiros (NPT), num quadro de acompanhamento dos esforços nacionais e da União Europeia de apoio e inclusão dos NPT e dos refugiados no país e na sociedade. Mais concretamente, com o presente Plano pretende-se envolver 720 NPT, 400 do sexo masculino e 320 do sexo feminino.

A elaboração do PMIM-CB 2G procura atingir os seguintes objetivos específicos:

- Consolidar o conhecimento sobre as atuais dinâmicas globais do concelho de Castelo Branco, como base de enquadramento à identificação e análise dos problemas e necessidades específicas com que se confronta a população migrante do concelho;
- Identificar os recursos disponíveis, nomeadamente, os atores que desenvolvem a sua atividade neste domínio, as intervenções e as estratégias preconizadas e implementadas no âmbito da promoção do acolhimento e integração dos migrantes;

- Reforçar o envolvimento e melhorar a participação de todos os atores relevantes para as matérias em análise, através da conjugação de metodologias diversificadas e inovadoras;
- Aprofundar o conhecimento acerca das metodologias e estratégias mais adequadas em matéria de acolhimento e integração de migrantes, e assim contribuir para eventuais ajustes a desenvolver no curto prazo, com vista a uma escalabilidade dos resultados.

Em linhas gerais, o PMIM-CB 2G tem como objetivo fulcral prosseguir, reforçar e consolidar o trabalho desenvolvido pelo primeiro PMIM-CB implementado e executado entre 2018 e 2020. Nesta linha de intervenção multissetorial junto dos atuais e novos migrantes legais, Nacionais de Países Terceiros (NPT), pretende-se assegurar, de forma profícua e continuada, respostas adequadas às necessidades identificadas localmente, no âmbito dos processos de acolhimento e integração dos migrantes que residem e trabalham no concelho de Castelo Branco.

Através deste instrumento estratégico de política migratória local, pretende-se empoderar os NPT, reforçando as suas competências pessoais, sociais, culturais e profissionais de forma a fomentar a sua autonomia e a sua integração sociocultural e económica, respeitando e valorizando as suas especificidades sociodemográficas e culturais. Por outro lado, a elaboração e implementação do PMIM-CB 2G assume também a maior relevância para o desenvolvimento de um trabalho pró-ativo de captação e fixação de migrantes NPT para este território, potenciando a satisfação das necessidades do mercado de trabalho, bem como colmatando o défice demográfico aqui registado. Por último pretende-se capacitar as entidades públicas e privadas locais, bem como a comunidade autóctone na desconstrução de mitos e medos, no conhecimento das particularidades socioculturais dos NPT, numa lógica de promoção da igualdade, da equidade e de valorização da diversidade e da interculturalidade, em prol do desenvolvimento local e coesão social e territorial.

1.3 METODOLOGIA E PROCESSO DE APROVAÇÃO

A metodologia usada para a elaboração do PMIM-CB 2G partiu do pressuposto que as estratégias para o acolhimento e a integração dos migrantes não podem dissociar-se do conhecimento de ações e programas anteriores ou em vigência, da participação das populações-alvo do plano e/ou dos seus representantes e da realidade

institucional e social existente. Por outro lado, a metodologia tem de se adaptar quer à informação disponível e ao seu formato, quer ao período temporal máximo em que cada fase poderá decorrer.

Acautelada esta nota preambular, em termos crono-metodológicos, a concretização do PMIM-CB 2G está dividida em duas fases: fase da conceção do plano e de realização do diagnóstico, que foi executada entre outubro e dezembro de 2020 (3 meses); e a fase de implementação que irá diluir-se por 5 eixos de intervenção, por 14 áreas estratégicas e 25 ações estruturantes, a serem operacionalizadas entre 1 janeiro de 2021 e 31 de dezembro de 2022 (24 meses). De ressaltar que esta segmentação em eixos e áreas de intervenção, quer no âmbito do diagnóstico, quer na elaboração de ações e medidas do Plano, procura facilitar a leitura de fenómenos complexos através de simplificação da análise e explanação de resultados, tentando, no entanto, não comprometer uma possível leitura mais transversal que se queria fazer da situação dos migrantes e respostas políticas no território.

A fase do diagnóstico do PMIM-CB 2G teve como principais objetivos a recolha de informações e dados que permitissem caracterizar as realidades existentes no território, identificar e priorizar as problemáticas e necessidades específicas das comunidades migrantes, bem como fazer o mapeamento dos recursos disponíveis em diversas áreas de intervenção. Já a componente estratégica e operacional do PMIM-CB baseou-se nesse levantamento e numa abordagem participativa e de partilha de responsabilidades entre os vários atores relevantes em matéria de migrações e integração social, consolidando uma visão constituída por objetivos estratégicos e operacionais gerais e específicos, bem como medidas e ações concretas, a desenvolver no próximo triénio e que materializem a estratégia e respondam de forma adequada às necessidades dos migrantes, no sentido da promoção do seu acolhimento e integração, assim como da promoção da interculturalidade no concelho de Castelo Branco. Neste contexto dizer que a execução do presente Plano, pressupõe, para todas as suas ações, a definição de medidas, objetivos, indicadores, metas e um cronograma, bem como respetivos mecanismos e instrumentos de monitorização e avaliação.

Em termos operacionais, para a elaboração deste documento, optou-se por uma abordagem *bottom-up* de planeamento, envolvendo as entidades parceiras do Plano e outras entidades locais e regionais com intervenção no acolhimento e integração de migrantes, assim como os cidadãos NPT e os municípios de Castelo Branco em geral. Assim, a elaboração do PMIM de Castelo Branco 2G fundamentou-se na recolha e análise estatística e documental particularmente relevantes para o enquadramento e

caraterização das realidades em análise, tendo-se recorrido para esse efeito a diversas fontes, destacando-se obviamente as disponibilizadas pelo Município, pela Amato Lusitano – Associação de Desenvolvimento, especificamente pelo Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes (CLAIM), bem como os referenciais estatísticos produzidos pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), pela Base de Dados Portugal Contemporâneo (PORDATA) e pelo Gabinete de Estratégia e Planeamento (GEP) do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social –(MTSSS), adequadamente tratados e analisados para os objetivos propostos.

Simultaneamente, e porque a auscultação direta das partes envolvidas no processo de acolhimento e integração é igualmente importante, elaboraram-se, para esse fim, dois instrumentos de recolha de dados, um inquérito por questionário para os migrantes e outro para as entidades locais, a fim de se obterem informações que permitissem aferir as dificuldades e necessidades sentidas pelos migrantes, quer do ponto de vista destes quer da perspetiva ou perceção dos profissionais que trabalham, direta ou indiretamente, com as comunidades imigrante e refugiada, nacionais de países terceiros (NPT). Neste contexto, os questionários estavam organizados em 2 partes, sendo que na primeira se realizava a caracterização do inquirido e/ou entidade e na segunda eram abordados temas das áreas estratégicas relevantes, distribuídos por 47 dimensões e categorizados por níveis de dificuldade, numa escala de 3 níveis, nomeadamente, “É uma grande dificuldade”, “É uma dificuldade”, “Não é uma dificuldade” e ainda uma quarta opção que é “Não sabe ou Não se aplica”; no caso dos inquéritos aos parceiros, a primeira parte do questionário tinha uma parte adaptada às especificidades das áreas de atuação de cada entidade parceira e, na segunda parte do questionário havia ainda uma segunda questão relativa à Premência de Intervenção em cada uma das dimensões, com quatro níveis de resposta: “Prioritária”, “Importante”, “Progressiva”, “Diminuta”, e uma outra opção que era “Não sabe ou Não se aplica”. Aos parceiros era ainda enviado em anexo um ficheiro para preenchimento caso estivessem a desenvolver algum tipo de atividade ou projeto com o envolvimento direto ou indireto de Nacionais de Países Terceiros (NPT).

Neste aspeto, note-se que as intenções de participação no processo de elaboração de instrumentos de recolha de dados são, por vezes, comprometidas por dificuldades inerentes ao próprio processo participativo relacionadas com a multiplicidade de temáticas e multidimensionalidade das abordagens, pela duração que estes processos exigem, entre outras. Assim, a maioria os inquéritos a NPT (90%) foram aplicados aos migrantes NPT que, com maior frequência, recorrem aos serviços de apoios prestados pelo CLAIM (inquéritos preenchidos por migrantes em sede de atendimento no

CLAIM), numa amostragem aleatória simples e não probabilística da população migrante. Desta forma foram auscultados um total de 206 migrantes, de origens diversificadas e com características demográficas diferentes que, conseqüentemente, apresentam um conjunto de experiências e necessidades diferenciadas. Por outro lado, foram enviados questionários online para um total de 28 parceiros e outras entidades consideradas relevantes para a temática, mas perante a elevadíssima taxa de não resposta optou-se por contactar 13 parceiros chave no sentido de os auscultar sobre as matérias em análise, o que permitiu recolher as opiniões e experiências mais relevantes de cada uma delas, ainda que de modo mais informal.

Neste sentido, o Plano Municipal para a Integração de Migrantes de Castelo Branco 2020-2022 é o resultado de um exercício que tentou, através de um processo participativo alargado, fazer, por um lado, um diagnóstico das dinâmicas territoriais, sociais, demográficas e económicas mais impactantes para a comunidade migrante e autóctone, efetuar um mapeamento e caracterização dos recursos disponíveis, caracterizar a população migrante e hierarquizar as suas necessidades; e por outro, definir os melhores objetivos estratégicos a prosseguir, assim como as medidas e ações a operacionalizar, no sentido de elaborar um instrumento político e operativo municipal, capaz de responder, de forma integrada e eficaz, às principais necessidades sentidas pelos diversos atores locais em matéria de acolhimento e integração das comunidades migrantes (NPT) no Município de Castelo Branco.

Relativamente ao processo de aprovação, o PMIM-CB 2G é resultado de uma candidatura ao Aviso Nº 83/FAMI/2020, aberto a 20 de maio de 2020 pelo ACM, I.P. A candidatura foi submetida a 22 de junho tendo recebido três pedidos de documentos, ocorrendo o primeiro a 15 de julho. A 19 de agosto a candidatura recebeu o Parecer de Admissibilidade positivo e um pedido de esclarecimentos na fase da análise-técnico financeira que incidiu na prestação de informações relativamente às várias ações de formação previstas em candidatura. Depois da fase de audiência prévia em que existiu um corte financeiro de 6.147,25 euros, mas do qual não se apresentou reclamação, o projeto veio aprovado a 2 de outubro de 2020 com uma despesa elegível de 177.332,17 euros, o que representa uma comparticipação comunitária de 75% no valor de 132.999,13 euros. Tal como previsto em candidatura, o projeto deu início em outubro de 2020.

1.4 ESTRUTURA

A estrutura do Plano Municipal para a Integração de Migrantes de Castelo Branco 2G (2020-2022) (PMIM-CB 2G), segue a estrutura-tipo deste tipo de planos, assim, para além da Nota de Abertura de contextualização global, o documento encontra-se dividido em três componentes, cada qual incluindo diversos capítulos.

A primeira componente estabelece o Enquadramento Geral do Plano, identificando a sua relação com as políticas nacionais e locais de migração e integração, bem como o âmbito, os objetivos, o público-alvo, a metodologia seguida e a estrutura do documento.

A segunda componente expõe o Diagnóstico Local atualizado, organizado em função de áreas temáticas que permitem um maior e melhor conhecimento da comunidade migrante presente no território e dos recursos disponíveis para trabalhar os processos de acolhimento e integração dessas comunidades, nomeadamente:

- 1) uma caracterização territorial a diversos níveis: i) do posicionamento geográfico e dos recursos naturais e estruturais existentes; ii) da governação e capacidade institucional presentes, muito em particular, pela identificação das entidades que intervêm no setor do acolhimento e integração de migrantes, as respetivas áreas de atuação e responsabilidades nesta área; bem como as sinergias e parcerias já existentes entre projetos em curso no território; iii) e uma caracterização muito geral das dinâmicas sociodemográficas e económicas do território.
- 2) uma caracterização da população migrante residente e inquirida, suportada por fontes secundárias e recolha direta de dados, em particular, por um inquérito realizado junto de cidadãos nacionais de países terceiros.
- 3) identificação e hierarquização de dificuldades e necessidades, quer pelos migrantes NPT, quer pelos atores locais com responsabilidades e ações nesta temática, aquando do processo de inquirição. Esta análise está organizada segundo áreas estratégicas multissetoriais previamente identificadas: i) Serviços de Acolhimento e Integração; ii) Mercado de Trabalho e Empreendedorismo; iii) Urbanismo e Habitação; iv) Educação e Língua; v) Formação e Capacitação; vi) Cultura; vii) Saúde; viii) Solidariedade e Resposta Social; ix) Cidadania e Participação Cívica; x) Média e Sensibilização da Opinião Pública; xi) Racismo e Discriminação; xii) Relações Internacionais; xiii) Religião; e xiv) Igualdade de Género.

A terceira componente desenvolve o Plano de Ação propriamente dito: 1) apresenta a sua dimensão estratégica, onde se traçam os objetivos gerais e específicos que darão suporte à operacionalização do Plano; 2) expõe a dimensão operacional, elencando, para cada um dos eixos, objetivos estratégicos e operacionais definidos, ações e medidas de concretização, seguindo as mesmas áreas de intervenção usadas no diagnóstico; por fim, explica 3) o Modelo de Monitorização e Avaliação e 4) o Modelo de Governação do Plano.

II. DIAGNÓSTICO LOCAL

2.1 CARACTERIZAÇÃO TERRITORIAL

2.1.1 Posicionamento Geográfico

Em termos administrativos o concelho de Castelo Branco enquadra-se na região Centro (unidade territorial NUT II) e na sub-região Beira Baixa (unidade territorial NUT III), onde se incluem também os concelhos de Idanha-a-Nova, Oleiros, Penamacor, Proença-a-Nova e Vila-Velha de Ródão⁶. Estes seis municípios formam também a designada CIMBB – Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa⁷. O concelho de Castelo Branco é igualmente um dos 11 municípios que fazem parte do distrito com o mesmo nome⁸.

O concelho de Castelo Branco é limitado a norte, pelo concelho do Fundão; a este pelo concelho de Idanha-a-Nova; a Sudoeste pelo concelho de Vila Velha de Ródão; a sul pelo rio Tejo, que define a fronteira com Espanha; e a Oeste pelos concelhos de Proença-a-Nova e Oleiros.

O concelho é um dos maiores municípios do país estendendo-se por uma área de 1.438,19 km² (CAOP, 2013). É constituído por um total de 19 freguesias, 13 delas autónomas⁹ e 6 em união com outras¹⁰ (Cf. Figura 1).

Nesta breve caracterização territorial deve também destacar-se o posicionamento privilegiado/vantajoso do concelho de Castelo Branco em duas vertentes: a rede de acessibilidades e a tripla articulação urbana.

⁶ Em 2015, ocorreu uma reformulação administrativa e entrou em vigor uma nova divisão regional em Portugal (NUTS 2013) que resultou em alterações em diversas NUT III. A NUT III em que se insere Castelo Branco alterou a sua designação de Beira Interior Sul para Beira Baixa, passando a integrar os concelhos de Oleiros e de Proença-a-Nova que anteriormente se encontravam inseridos na NUT III Pinhal Interior Sul. Ao longo do relatório, são utilizadas as duas unidades administrativas, reportando-se as mesmas ao período de referência dos dados em análise, pelo que devem ser consideradas as diferenças existentes entre elas. Quando realizadas análise evolutivas que abrangem o período de ambas as NUT III é utilizada a designação da NUT III Beira Baixa.

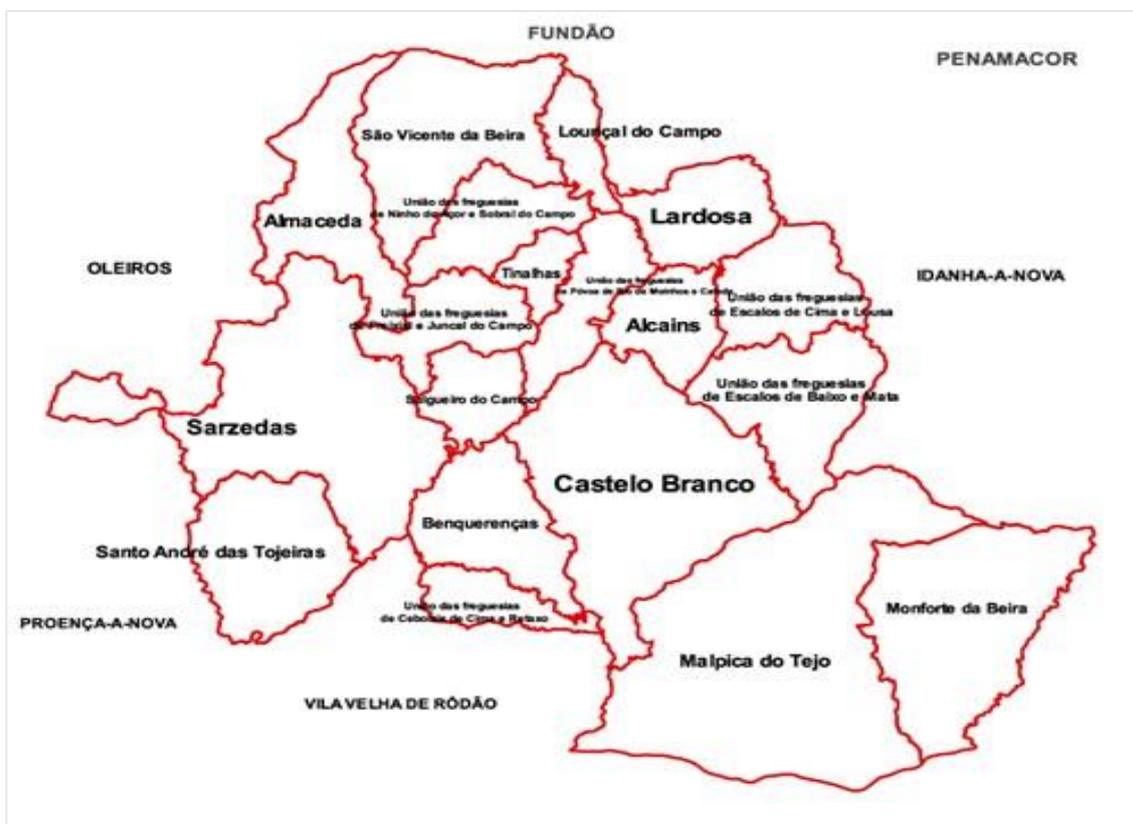
⁷ Saiba mais em: <http://www.cimbb.pt/>

⁸ Fazem parte do Distrito de Castelo Branco, para além do concelho com o mesmo nome, os seguintes municípios: Belmonte, Covilhã e Fundão (pertencem à NUT III – Beiras e Serra da Estrela), Sertã e Vila de Rei (inserir-se à NUT III – Médio Tejo), Idanha-a-Nova, Oleiros, Penamacor, Proença-a-Nova e Vila-Velha de Ródão (enquadram-se na NUT III – Beira Baixa).

⁹ Freguesias autónomas: Alcains, Alameda, Benquerenças, Castelo Branco, Lardosa, Louriçal do Campo, Malpica do Tejo, Monforte da Beira, Salgueiro do Campo, Santo André das Tojeiras, São Vicente da Beira, Sarzedas e Tinalhas.

¹⁰ Uniões de Freguesias: Cebolais de Cima e Retaxo; Escalos de Baixo e Mata; Escalos de Cima e Lousa; Freixial do Campo e Juncal do Campo; Ninho do Açor e Sobral do Campo; e Póvoa de Rio Moinhos e Caféde.

Figura 1. Município e Freguesia do Concelho de Castelo Branco



Fonte: Sítio da Câmara Municipal de Castelo Branco

Atualmente a rede de acessibilidades encontra-se estruturada em torno de um corredor bimodal fortalecido nos últimos anos, formado pela A23 (Torres Novas – Guarda) e pela Linha da Beira Baixa (Entroncamento-Guarda). Este corredor é a principal via de comunicação inter-regional e internacional não apenas do concelho, mas de toda a sub-região. A A23 permite a ligação, por um lado, com o litoral centro e com o sul do país (através da ligação rodoviária ao IP2 e à A1, assim como, com o norte do país (através da ligação à A25), e, por outro, a ligação a Espanha e o resto da Europa, através da ligação à fronteira de Vilar Formoso (via A25). No que à ferrovia diz respeito, a Linha da Beira Baixa tem beneficiado, ao longo dos últimos anos, de diversas intervenções de modernização e mantém-se como uma ligação estratégica com potencial de dinamização nas ligações inter-regionais, com o norte e o litoral (via ligação à Linha do Norte), e com a Europa (através das ligações ferroviárias internacionais, via Espanha: Vilar Formoso-Fuentes de Oñoro e Marvão-Valencia de Alcântara). Neste aspeto, ainda de realçar a importância estratégica que poderá ter a

construção de ligações rodoviárias transfronteiriças, em particular do IC31 (Castelo Branco – Monfortinho) e da EX-A1 (Monfortinho – Plasencia), que permitirá ligar a A23 (Alcains) à A5 espanhola (Navalmoral de la Mata), encurtando a distância-tempo a Madrid e reforçando as ligações e relações sociais e económicas desta zona raiana transfronteiriça.

Quanto a outras infraestruturas existentes, o Aeródromo Municipal de Castelo Branco apresenta igualmente potencial para se desenvolver, não só pelas funções que já desempenha¹¹, mas também pela articulação com iniciativas ou investimentos turísticos (Sítio da CMCB).

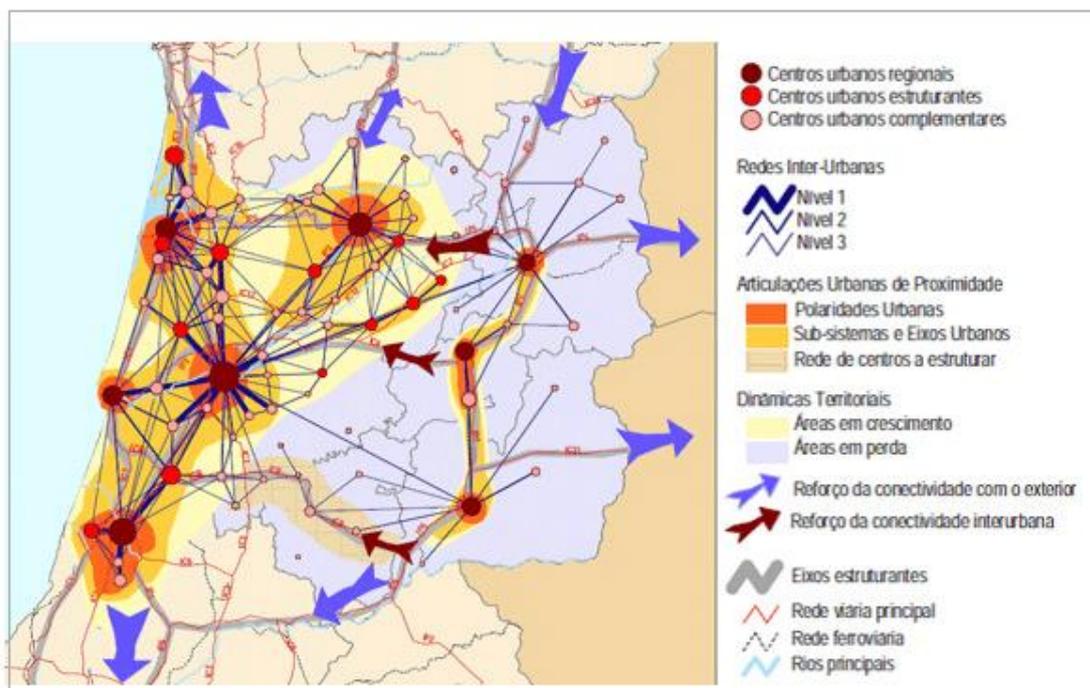
A posição geográfica estratégica do concelho de Castelo Branco evidencia-se num outro aspeto – a tripla articulação urbana: com Lisboa e Coimbra; com o Arco Urbano do Centro Interior (Fundão, Covilhã e Guarda) e também a sul, com Portalegre; e com os centros urbanos espanhóis de Badajoz, Cáceres e Placência.

Efetivamente, o Plano Regional de Ordenamento do Território para a Região Centro (PROT-Centro) defende a necessidade de consolidar um sistema urbano policêntrico de suporte à coesão territorial, assente num conjunto de subsistemas urbanos regionais e em eixos urbanos de proximidade, sustentados em mobilidade, em cooperações estratégicas interurbanas e ou parcerias de âmbito urbano-rural, com dimensões e funcionalidades diferentes: as Metrópoles; os Centros Urbanos Regionais; os Centros Urbanos Estruturantes; e os Centros Urbanos Complementares (Cf. Figura 2).

Por ultimo, referir que algumas das maiores potencialidades do município e da região estão relacionadas com a riqueza do património histórico e arquitetónico, assim como dos recursos naturais, nomeadamente o património natural e paisagístico. A qualidade ambiental e a identidade cultural são também aspetos relevantes a considerar. De facto, estes recursos encerram diversas possibilidades para o seu desenvolvimento sustentável, muitas das quais estão já a ser exploradas.

¹¹ Possui a Base de Apoio Logístico (BAL) da Proteção Civil durante todo o ano; integra uma companhia do Grupo de Intervenção de Proteção e Socorro (GIPS), instalada de forma permanente e sempre suportada por um helicóptero; tem uma estação meteorológica própria, válida e devidamente certificada pelo Instituto Português do Mar e da Atmosfera; a estrutura está a ser utilizada por duas das principais escolas de aviação civil do País, a Nortavia- Transportes Aéreos SA e a L3- Commercial Training Solutions; tem um protocolo de colaboração o Núcleo de Estudantes de Engenharia Aeronáutica da Universidade da Beira Interior; tem recebido diversos encontros aeronáuticos.

Figura 2. Sistema Urbano da Região Centro



Fonte: PROT Centro, 2011

2.1.2 Governança e Capacidade Institucional¹²

Castelo Branco tem-se afirmado, ao longo das últimas duas décadas, como polo dinamizador do desenvolvimento social e económico do interior centro. No contexto regional, a cidade exerce claramente uma forte influência sobre o vasto território envolvente, particularmente sobre os concelhos contíguos, ainda que a Norte enfrente alguma competitividade territorial com o eixo urbano Covilhã-Fundão.

Para este posicionamento contribuíram decisivamente quatro fatores: em primeiro lugar a Zona Industrial, a maior da região centro e que desde a década de oitenta tem sido um dos principais focos de atração de investimentos e geração de empregos no espaço regional; em segundo lugar, a criação do Instituto Politécnico de Castelo Branco (IPCB) em 1979 e a sua progressiva consolidação, contribuiu para o rejuvenescimento demográfico, para a atração de quadros superiores, para a elevação do nível médio de qualificações dos recursos humanos e para a alavancagem de

¹² Cf. CMCB/CEDRU (2015). Castelo Branco 2030. Relatório Final. CEDRU (2008). Beira Interior Sul. Estratégia de Desenvolvimento e Plano de Ação 2007-2013. CMCB (2015). Diagnóstico Social do Concelho de Castelo Branco.

processos de inovação científica e tecnológica; em terceiro lugar, a melhoria das acessibilidades rodoviárias e ferroviárias ao litoral e à Europa, particularmente a construção da A23, que veio atenuar os efeitos da interioridade e potenciou a atração de novos investimentos; e em quarto lugar, o município beneficiou, durante o período de programação comunitária 2000-2013, de importantes intervenções de revalorização e requalificação urbana, em particular através do Programa POLIS e Regenerar. Todos estes fatores contribuíram para a renovação e projeção da imagem da cidade, reforçando a sua atratividade e competitividade territorial.

Um outro aspeto que merece ser aqui mencionado é a estrutura institucional do concelho. Neste âmbito, identificam-se três eixos fundamentais: i) instituições públicas autónomas e estruturas desconcentradas da administração central; ii) o poder local e as suas estruturas associativas; iii) organizações da sociedade civil. Este conjunto de entidades revela naturezas, dinâmicas e capacidades de intervenção diferenciadas, mas complementares, como poderemos comprovar pelos exemplos a seguir apresentados.

O município dispõe de um Centro de Emprego (Castelo Branco), único na sub-região da Beira Baixa, da sede da Direção Regional da Agricultura do Centro, a cidade possui igualmente um dos nove Cartórios Notariais de Competências Especializadas (CNCE) a nível nacional, direcionado para a prática de atos no âmbito do direito comercial, bem como um Centro de Formação Profissional de Gestão Direta e um Centro de Formação Profissional de Gestão Participada (IEFP).

Castelo Branco faz parte de várias associações inter-regionais como, por exemplo, a Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa (CIMBB) e a Associação de Municípios Raia Pinhal (AMRP). Saliente-se ainda a TRIURBIR – Triângulo Urbano Ibérico-Raiano, associação de desenvolvimento que une as cidades de Castelo Branco, Plasencia e Cáceres e que tem contribuído para o reforço da cooperação transfronteiriça.

Por outro lado, deve também mencionar-se algumas entidades de visibilidade regional que resultam da colaboração estabelecida pelas associações de municípios, devendo destacar-se a ADRACES (Associação de Desenvolvimento da Raia Centro-Sul), a Agência Regional de Energia e Ambiente do Interior (ENERAREA) e a BEIRALUSA – Agência de Desenvolvimento Regional da Beira Interior.

De destacar ainda as entidades ligadas à promoção do turismo: a NATURTEJO - Empresa de Turismo, é a entidade que promove as atividades turísticas nos concelhos de Castelo Branco, Idanha-a-Nova, e Vila Velha de Ródão. Contudo, prevê-se reestruturações na Região de Turismo da Serra da Estrela no sentido desta, passar a

quase toda a Beira Interior, incluindo esses três municípios.

Ao nível das instituições de âmbito empresarial, destaque-se o importante papel da Associação Empresarial da Beira Baixa (AEBB) e da Associação Comercial e Industrial da Beira Baixa (ACICB), ambas de âmbito distrital/regional.

Saliente-se também as inúmeras instituições de ensino, nos diferentes níveis (no total o concelho tinha no ano letivo 2018/2019, 45 estabelecimentos de ensino não superior, com 7.490 alunos matriculados), mas muito em particular o Instituto Politécnico de Castelo Branco (IPCB) que, com uma oferta muito diversificada, conseguiu captar, no ano letivo 2019/2020, 4.395 alunos, sendo 812 estrangeiros, o que corresponde a 18,5% do total de alunos inscritos (INE, Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência).

Na área social, não se pode deixar de referir a Rede Social do Município. O Conselho Local de Ação Social de Castelo Branco (CLAS¹³) é “um consórcio de articulação de diferentes parceiros (...) que assenta na participação, na colaboração e na partilha e otimização dos recursos, impulsiona o trabalho de parceria alargada, efetiva e dinâmica, desenvolve e consolida uma consciência coletiva dos problemas sociais e ativa as respostas necessárias, incidindo na planificação estratégica da intervenção social local.” (Regulamento CLAS, 2019:2). Em 2019 o CLAS de Castelo Branco era constituído por 87 entidades, públicas e privadas, incluindo a Câmara Municipal de Castelo Branco e as Juntas de Freguesia do concelho; representantes de entidades ou organismos nas áreas da educação, saúde, segurança social, emprego e mercado de trabalho, justiça e administração interna; representantes de instituições de intervenção junto de crianças e jovens, assim como de idosos; representantes de associações de desenvolvimento local; entre outros.

Esta rede tem por objetivos: a) Combater a pobreza e a exclusão social e promover a inclusão e coesão sociais; b) Promover o desenvolvimento social integrado; c) Promover um planeamento integrado e sistemático, potenciando sinergias, competências e recursos; d) Integrar os objetivos, constantes na Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação 2018 – 2030 nos instrumentos de planeamento; e) Garantir uma maior eficácia e uma melhor cobertura e organização do conjunto de respostas e equipamentos sociais ao nível local; f) Criar canais regulares de comunicação e informação entre os parceiros e a população em geral (Regulamento CLAS, 2019:2).

Ainda neste âmbito, pela importância que a instituição tem no Plano Municipal para a

¹³ Para saber mais sobre o CLAS de Castelo Branco e a realidade social do concelho, Cf. CMCB (2015). Diagnóstico Social do Concelho de Castelo Branco. Rede Social. Disponível em: https://www.cm-castelobranco.pt/media/2292/diagnostico_cb_-2015.pdf e a Rede Social: <https://www.cm-castelobranco.pt/municipio/areas-de-acao/acao-social/rede-social/>

Integração de Migrantes de Castelo Branco 2G, merece alguma atenção neste diagnóstico o trabalho desenvolvido pela Amato Lusitano – Associação de Desenvolvimento (AL-AD).

A Associação privada sem fins lucrativos foi criada em 1998 pela Câmara Municipal de Castelo Branco que tinha identificado um conjunto de problemas sociais e situações de risco existentes no concelho de Castelo Branco às quais havia necessidade de dar uma resposta integrada. Assim, com a missão de promover a igualdade de oportunidades e não discriminação nos grupos de maior risco e vulnerabilidade, através de ações orientadas para a sua inclusão social, a Amato Lusitano – Associação de Desenvolvimento tem vindo a desenvolver, ao longo dos seus 22 anos de existência, vários projetos em múltiplas áreas de intervenção, nomeadamente: atividades junto de crianças e jovens em risco, apoio a vítimas de violência doméstica, apoio à comunidade imigrante, a inserção socioprofissional, ações de mediação e apoio social, entre outras. Ao longo dos anos, a autarquia manteve e tem reforçado o apoio à instituição e aos projetos que esta desenvolve.

Um exemplo dessa dinâmica é o trabalho que a Amato Lusitano – Associação de Desenvolvimento tem vindo a desenvolver com as minorias étnicas¹⁴, mas também com as comunidades migrantes do concelho (Cf. Tabela 1). Neste último caso, a parceria com a Câmara Municipal de Castelo de Branco foi estabelecida em 2004 para a criação e manutenção em funcionamento do Centro Local de Apoio à Integração dos Migrantes de Castelo Branco, serviço que tem sido assegurado de forma ininterrupta desde a sua criação, inclusive durante os períodos em que não beneficiou de qualquer financiamento de programas nacionais ou comunitários. Seguiram-se outros projetos, a maioria cofinanciados por fundos nacionais e/ou europeus (Cf. Tabela 1), mas sempre com o apoio do município, o que atesta o seu compromisso com a sustentabilidade da intervenção local no domínio da integração dos migrantes e a confiança depositada na Amato Lusitano – Associação de Desenvolvimento para a concretização dessa estratégia.

¹⁴ A associação tem sido a entidade gestora de vários projetos de intervenção com as minorias étnicas, em particular: o Projeto “Porta Aberta” e o Projeto “Semear para Escolher” do PROGRIDE (2004); e com o Programa EDP Solidária (2010) implementou oficinas comunitárias também junto da comunidade cigana.

Tabela 1. Amato Lusitano: Projetos Cofinanciados, desde 2004, na Área das Migrações

Período	Designação	Âmbito/Objetivos
2004-2014	Centro Local de Apoio à Integração de Imigrantes de Castelo Branco	Inaugurado no mês de Outubro de 2004, o Centro Local de Apoio à Integração de Imigrantes de Castelo Branco realizou nestes 10 anos 5393 atendimentos, tendo terminado, sob esta designação (CLAI) a 31 de Março de 2014. Foram anos de trabalho bastante profícuo em que os imigrantes residentes no concelho e no distrito viram pela primeira vez os seus interesses defendidos e problemas resolvidos. Foi uma resposta inovadora que a Associação incubou, implementou e geriu, sempre com o apoio da Câmara Municipal de Castelo Branco. Os técnicos envolvidos e as entidades parceiras mereceram o reconhecimento por parte dos imigrantes, pelas entidades públicas e privadas, pelos órgãos de comunicação social e pelo Alto Comissariado para as Migrações.
2009-2010	Estudo de Diagnóstico de caracterização da população imigrante	O objetivo consistiu em possibilitar a identificação das necessidades e dos contributos da população imigrante para as dinâmicas de desenvolvimento do Município de Castelo Branco, e decorreu da necessidade de se contribuir para um maior conhecimento das comunidades imigrantes residentes, conferindo assim sustentabilidade às intervenções futuras na área do acolhimento e integração, permitindo a redução de assimetrias. Foi tutelado pelo Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P. e financiado pelo FEINPT – Fundo Europeu para a Integração de Nacionais Países Terceiros.
2010-2011	Abraçar a Diversidade	Teve como objetivo acolher, integrar e incluir imigrantes promovendo atividades que potenciem o diálogo intercultural. Este Projeto estruturou-se no Programa “Promoção da Interculturalidade a nível Municipal”, 2a Edição, sendo coordenado pelo Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P. e financiado pelo FEINPT – Fundo Europeu para a Integração de Nacionais Países Terceiros.
2014-2015	Unir Culturas - MISP	Potenciar o papel do agente de mediação intercultural nas equipas municipais através do trabalho em rede e com a eleição de facilitadores culturais com o propósito de resolver conflitos e dar respostas às problemáticas mais prementes e geradoras de exclusão social diagnosticadas localmente dentro da comunidade imigrante; Capacitar entidades, imigrantes e agentes locais autóctones através do diálogo intercultural e da cidadania ativa; Desenvolver o município através do aproveitamento e benefício de outras culturas, costumes e vivências, transformando o imigrante num agente da modificação e transformação social e intercultural; Construir uma sociedade coesa socialmente em que a igualdade de oportunidades não seja uma utopia mais uma realidade em construção.

<p>01-04-2014 a 30-06-2015</p>	<p>“Passaporte Global”</p>	<p>Contribuir para que o coletivo migrante seja o agente da modificação e transformação social e intercultural; Adotar uma perspetiva sistémica e humanista na intervenção em que todos os atores são importantes para o acolhimento dos imigrantes; Aproximar a comunidade imigrante da comunidade autóctone, das entidades públicas e das entidades sociais sem fins lucrativos (reforço de competências comunicacionais); Informar e divulgar sobre os direitos e deveres dos imigrantes no que respeita ao SNS; Facilitar a inserção ou reinserção na vida ativa, no sentido de informar para defender direitos e cumprir deveres; Promover a inter e intra geracionalidade entre a comunidade local e a comunidade imigrante; Desenvolver o sentimento de pertença para reforçar a interculturalidade criando espaços de diálogo intercultural; Promover a cultura migrante como forma potenciadora de inclusão mediante a divulgação dos seus saberes; Incrementar o sentimento de pertença à comunidade através da atividade física; Cultivar novas dinâmicas nas escolas para a compreensão da multiculturalidade no sentido de desconstruir estereótipos promovendo a interculturalidade; Melhorar a integração do migrante mediante a aprendizagem ao longo da vida; Valorizar e potenciar o impacto da migração no feminino; Fomentar o <i>empowerment</i> dos migrantes de forma holística; Expandir as tecnologias de informação e comunicação para promover a interculturalidade e o conhecimento das várias culturas dos países de origem.</p>
<p>01-07-2015 a 31-12-2017</p>	<p>“Passaporte Global II”</p>	<p>O projeto assume como objetivo principal assegurar resposta à integração e migração legal no concelho de Castelo Branco, mobilizando a participação de vários parceiros locais e regionais e da população em geral, através da implementação de diversos recursos e atividades, nomeadamente: i) Gabinete Geral de Atendimento do CLAIM de Castelo Branco; ii) Dinâmicas Multiculturais; iii) Olhar + a Diferença; iv) Saúde+. O PMIM 1G surge naturalmente na continuidade do Passaporte Global II embora estabeleça, sobretudo, complementaridade com o CLAIM (resposta que se mantém ativa apesar da ausência do financiamento).</p>
<p>01-09-2017 a 16-08-2020</p>	<p>PMIM – Plano Municipal para a Integração de Migrantes de Castelo Branco 1G</p>	<p>Através de uma candidatura da Câmara Municipal de Castelo Branco ao FAMI – Fundo Asilo, Migrações e Integração, a Amato Lusitano – Associação de Desenvolvimento, foi parceira executora do projeto, a quem coube a gestão da implementação e do processo de monitorização e avaliação durante a vigência do mesmo. Os objetivos gerais eram: Consolidar o conhecimento das dinâmicas globais socioeconómicas do concelho, através do recenseamento dos problemas e necessidades específicas com que se confronta a população migrante do concelho; ii) identificar os recursos disponíveis, nomeadamente, os atores que desenvolvem a sua atividade neste domínio, as intervenções e as estratégias preconizadas e implementadas por cada; iii) reforçar o envolvimento dos atores relevantes, envolvidos ou não em ações locais, através da conjugação de um programa de métodos diversificados e inovadores, melhorando a participação de todos os intervenientes; iv) aprofundar o conhecimento</p>

		acerca das metodologias mais adequadas que vêm sendo implementadas, e assim contribuir para eventuais ajustes a desenvolver no curto prazo, com vista a uma escalabilidade dos resultados.
01-06-2020 a 31-12-2022	Migrantes e Refugiados: pistas para uma intervenção multissetorial	Este projeto pretende elaborar e publicar um recurso técnico-pedagógico suficientemente compreensivo e, simultaneamente, objetivo e concertado, que englobe um conjunto de matérias e recursos teórico-conceptuais, estatísticos, bibliográficos, legislativos e institucionais, assim como exemplos de boas práticas, de forma a proporcionar a toda a comunidade albicastrense alicerces que permitam criar estratégias essenciais a um apropriado e eficaz processo de acolhimento e integração de imigrantes e refugiados a nível local.
01-07-2020 a 30-06-2022	Português Língua de Integração - PLIN	Em plena harmonia com o consagrado na carta dos direitos fundamentais da União Europeia, o projeto tem como objetivo primordial promover ações de ensino não formal de língua, cultura e democracia portuguesa. O projeto destina-se a Nacionais de Países Terceiros, especialmente para os requerentes de asilo a viver no concelho de Castelo Branco, não integrados em nenhum sistema de ensino. Pretende-se criar 4 turmas, cada uma com 7/8 alunos, funcionando duas turmas no ano letivo 2020/2021 e as outras duas no ano letivo 2021/2022, abarcando no total cerca de 30 NPT.

Fonte: PMIM-CB 2G (2020-2022)

2.1.3 **CLAIM – Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes**

No contexto das políticas públicas de integração de migrantes e com a convicção de que essa integração se faz, de forma efetiva, sobretudo, ao nível local, em 2003 nasceu, por iniciativa do então Alto Comissariado para Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI, I.P.), a Rede de Centros Locais de Apoio à Integração de Imigrantes – CLAI¹⁵. A ideia era que estes gabinetes de acolhimento, informação e apoio descentralizado, funcionassem como um instrumento fundamental do processo de integração local dos migrantes.

Resultado de um processo *top-down* de criação de parcerias entre o agora designado Alto Comissariado para as Migrações (ACM, I.P.) e as autarquias ou entidades da sociedade civil (associações de imigrantes ou outras, IPSS, ONG, centros paroquiais, entre outras), o fato é que o número de centros não tem parado de aumentar (sendo atualmente mais de 100 em todo o país), tal como a importância do seu papel e das atividades por eles desenvolvidas.

A verdade é que a constituição da atualmente designada Rede de Centros Locais de Apoio à Integração de Migrantes (Rede CLAIM), revelou-se fundamental para garantir a existência de uma estrutura territorialmente desconcentrada e transversal a vários níveis de governação, que, em cooperação e articulação com outras entidades fundamentais no processo de integração dos migrantes¹⁶, promovem um atendimento integrado que assegura respostas de proximidade aos problemas específicos apresentados pelos imigrantes, por exemplo, em áreas como: Regularização da situação migratória; Aquisição de Nacionalidade; Reagrupamento Familiar; Habitação; Trabalho; Segurança Social; Saúde; Educação; Formação Profissional; Empreendedorismo; Apoio ao Associativismo; Retorno Voluntário; entre outras¹⁷.

O Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes de Castelo Branco (CLAIM-CB) é gerido por e localiza-se na sede da Amato Lusitano – Associação de Desenvolvimento.

¹⁵ Desde então, tanto o instituto como a Rede sofreram alterações na sua designação, sendo atualmente designados de Alto Comissariado para as Migrações, Instituto Público – ACM, I.P. e Rede de Centros Locais de Apoio à Integração de Migrantes – CLAIM, respetivamente.

¹⁶ Referimo-nos aqui, nomeadamente: aos Centros Nacionais de Apoio à Integração de Migrantes – CNAIM, ao incontornável Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), passando pelas escolas e centros de saúde, pela Segurança Social, os Centros de Emprego ou as associações de imigrantes, até às indispensáveis instituições da rede social dos municípios.

¹⁷ Para um maior conhecimento sobre a origem, objetivos e funcionamento dos Centro Locais de Apoio à Integração de Migrantes, Cf. Malheiros, Jorge (Coord.) (2011). *Promoção da Interculturalidade e da Integração de Proximidade: Manual para Técnicas/os*. Lisboa: ACIDI, I.P. Disponível em: https://www.acm.gov.pt/documents/10181/41781/manual_net+%282%29_claii.pdf/a4e41597-2701-41ab-b321-9647823cdb40

A parceria estabelecida desde 2004 entre a Amato Lusitano – Associação de Desenvolvimento e a Câmara Municipal de Castelo de Branco para a criação e manutenção desta estrutura e o seu funcionamento ininterrupto até aos dias de hoje, inclusive durante os períodos em que não beneficiou de qualquer financiamento de programas nacionais ou comunitários, atesta, não apenas o compromisso do município com a sustentabilidade da intervenção local no domínio do acolhimento e da integração dos migrantes, mas também a pertinência e necessidade da oferta dos serviços prestados pelo gabinete no concelho, bem como da sua sustentabilidade.

Efetivamente, durante os 16 anos de existência do CLAIM de Castelo Branco, a Amato Lusitano – Associação de Desenvolvimento, com o apoio da Câmara Municipal de Castelo Branco e de várias entidades locais, através de parcerias formais e informais estabelecidas no âmbito da Rede Social, têm assegurado o seu contínuo funcionamento e dinamização, pelo que este serviço constitui, sem dúvida, uma das respostas de continuidade prestadas no âmbito da política de acolhimento e integração de migrantes no município de Castelo Branco. A dinamização do CLAIM de Castelo Branco fez parte do 1º Plano Municipal para a Integração de Migrantes de Castelo Branco, que foi implementado entre 2018 e 2020 e constitui também uma das ações deste PMIM-CB 2G (Ação 3, Eixo I – Serviços de Acolhimento e Integração), cuja fase de execução irá decorrer em 2021 e 2022.

O CLAIM-CB é uma estrutura que diligencia, em articulação com a rede de parcerias instituídas a nível local e com o apoio do ACM, I.P., as soluções mais adequadas e eficazes, de forma humanizada, sistémica, personalizada, especializada e gratuita, para os problemas e dificuldades específicos dos imigrantes e refugiados residentes no concelho, qualquer que seja a nacionalidade, religião ou etnia. Com o objetivo geral de acolher e integrar ativamente esses cidadãos, ambicionando assim potenciar a sua inclusão social e promover uma cidadania ativa baseada na interculturalidade, bem como a coesão social no território, o CLAIM-CB viu, ao longo dos anos, reforçado o seu papel e visibilidade nesses processos, comprovada pelos seguintes indicadores:

- ✓ atendeu mais de 10 mil migrantes desde a sua criação, tendo vindo a aumentar no número de atendimentos a cada ano (779 em 2018; 1270 em 2019 e 914 entre janeiro e agosto de 2020)
- ✓ houve uma diversificação dos interlocutores (os/as próprios/as migrantes; contudo, a procura de respostas por parte das entidades parceiras, administração local, patronato – advogados e contabilistas de empresas – e associações da sociedade civil locais, está em ascendência)

- ✓ aumentou a abrangência territorial (já não é só migrantes residentes no concelho de Castelo Branco, mas também dos territórios mais próximos como, por exemplo: Belmonte, Covilhã, Fundão, Oleiros, Vila-Velha de Rodão, Vila de Rei, Portalegre, Proença-a-Nova, Sertã, Manteigas, Seia, mas também Abrantes, Mação, Gavião, Alter do Chão, Santarém e Pampilhosa da Serra)
- ✓ procedeu-se à criação de um folheto de divulgação do serviço

As informações recolhidas¹⁸ sobre a atividade do CLAIM de Castelo Branco, permitem-nos apresentar aqui alguns dados relevantes de caracterização.

Entre fevereiro de 2019 e agosto de 2020, o CLAIM-CB, efetuou um total de 2184 atendimentos a Nacionais de Países Terceiros (1180 do género masculino e 1004 do género feminino). Estes valores representam mais 984 atendimentos do que o previsto para o período de execução do PMIM 1G. Mais especificamente, entre janeiro e 19 de agosto de 2020 realizaram-se 914 atendimentos a NPT, sendo que 545 foram do género masculino e 369 do género feminino. Já em 2019 o CLAIM realizou 1270 atendimentos a NPT, uma média de 105 atendimentos por mês, para uma população migrante de 1610 indivíduos.

Os interlocutores no CLAIM de Castelo Branco são na esmagadora maioria os próprios migrantes e seus familiares (77% dos atendimentos) ou Associações (cerca de 21%). Os restantes 2% dos atendimentos são realizados com patronato, instituições da administração local, advogados e com outros interlocutores não especificados. A totalidade dos atendimentos foi realizada a NPT elegíveis, ou seja, com situação regular em território nacional ou em vias de regularização.

No que se refere aos assuntos que levaram ao contato com o CLAIM-CB durante 2019, eles prendem-se essencialmente com a Legalização (cerca de 48% dos casos), Apoios Sociais (30%) e questões relacionadas com o Reagrupamento Familiar ou Nacionalidade (7%). Há ainda cerca de 6% das pessoas que procurou o gabinete para tratar de documentação variada ou outros assuntos não especificados. Para além destes, o CLAIM-CB lidou com um conjunto variado de pedidos em áreas como Saúde, Trabalho, Educação, Segurança Social e Habitação, perfazendo um total de 8,6% dos atendimentos. Residualmente houve quem procurasse o serviço para tratar de questões relacionadas com o Retorno Voluntário e Proteção Internacional (0,4%).

Relativamente às características dos migrantes NPT que utilizaram o CLAIM-CB em 2019, podemos dizer que eram relativamente jovens, já que 81% se encontrava na

¹⁸ Cf. Amato Lusitano (2019). *Relatório de Atividades 2019*. Disponível em: <http://www.amatolusitano-ad.pt/media/1950/relat%C3%B3rio-de-atividades-2019.pdf>; Amato Lusitano (2020). *Relatório Final do PMIM 1G*. Não publicado.

faixa etária 18-45 anos, sendo que um pouco mais de 1/3 (35%) tinha entre 18 e 25 anos. Os/as utentes foram, na sua maioria, nacionais do Brasil (35%), Guiné-Bissau (14%), Índia (10%), Cabo-Verde (6%) e Ucrânia (6%), correspondendo a cerca de 70% dos atendimentos a migrantes NPT. O gabinete foi também procurado por cidadãos nacionais do Paquistão (5,4%), Angola (4%), Nepal (3,8%), Síria (2,5%) e Moldávia (1,3%). Ainda cerca de 12% dos atendimentos a NPT foram realizados junto de nacionais de um vasto conjunto de outras nacionalidades, mas cujo valor estatístico desagregado é irrelevante para a análise aqui feita.

Dizer ainda que, no âmbito da implementação do PMIM-CB 1G foram envolvidos 1009 migrantes e refugiados/as NPT nas atividades desenvolvidas, 583 eram homens e 426 eram mulheres. Em termos da estrutura etária dos envolvidos no PMIM 1G, 671 eram maiores e 86 menores de idade, ou seja, eram descendentes dos/as migrantes e refugiados/as. Já as nacionalidades mais representativas foram o Brasil, Cabo-Verde, Guiné-Bissau, Índia, Nepal, Paquistão, Síria e Ucrânia; e em menor número Angola, China, Moldávia, Moçambique e São-Tomé e Príncipe.

Por fim e em relação ao grau de satisfação dos usuários dos serviços providenciados pelo CLAIM de Castelo Branco, a maioria dos respondentes ao questionário de avaliação, apresentam graus de satisfação muito bons, quer no que respeita à eficácia do serviço na resolução dos problemas, quer na qualidade do atendimento prestado. Por outro lado, a esmagadora maioria voltaria a contactar o CLAIM-CB se necessitasse e daria o contacto do serviço a outros migrantes.

2.1.4 Sinergias e Parcerias

A Amato Lusitano – Associação de Desenvolvimento é a entidade responsável pela conceção, gestão da implementação, assim como administração do processo de monitorização e avaliação do PMIM de Castelo Branco 2G, com quem o Município de Castelo Branco celebrou um acordo nesse sentido. Não obstante e como já notado anteriormente, são várias as entidades locais com um papel relevante em matéria de acolhimento e integração de NPT no município, em particular as que integram o CLAS de Castelo Branco. Todo o trabalho desenvolvido nesta área de intervenção tem contado, inequivocamente, com essa rede de parceiros que inclui instituições com um papel mais central e de contínuo envolvimento e outras com um carácter mais setorial e de funcionamento pontual. Efetivamente, a abordagem subjacente à conceção, implementação e monitorização do PMIM de Castelo Branco 2G prevê a continuidade

e o reforço dessa parceria de cooperação, de natureza não-financeira, mas operacional, que transita do PMIM-CB 1G e que conta com 24 entidades locais e regionais, com competências e recursos relevantes para o acolhimento e a integração dos migrantes (Cf. Tabela 2).

Tabela 2. Parceiros Operativos do PMIM-CB 2G

1) Centro Distrital de Castelo Branco do Instituto de Segurança Social, I.P.;	13) Conservatória do Registo Civil de Castelo Branco;
2) Unidade Local de Saúde de Castelo Branco, E.P.E;	14) Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS);
3) Instituto Politécnico de Castelo Branco;	15) Centro de Respostas Integrado (CRI);
4) Agrupamento de Escolas de Amato Lusitano;	16) Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco (CPCJ);
5) Agrupamento de Escolas Afonso de Paiva;	17) Associação de Apoio à Criança de Castelo Branco (AACCB);
6) Agrupamento de Escolas Nuno Álvares;	18) Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais – Delegação Regional Reinserção do Centro;
7) Escola Tecnológica e Profissional Albicastrense – ETEPA;	19) Autoridade para as competências de trabalho (ACT) – Castelo Branco;
8) Escola Profissional Agostinho Roseta – Polo de Castelo Branco;	20) Polícia de Segurança Pública (PSP) de Castelo Branco;
9) Serviço de Estrangeiros e Fronteiras – Delegação Regional do Centro;	21) Guarda Nacional Republicana (GNR) de Castelo Branco;
10) Centro de Emprego e Formação Profissional de Castelo Branco, IEFP, I.P.;	22) Cáritas Interparoquial de Castelo Branco;
11) ACICB - Associação Comercial e Empresarial da Beira Baixa;	23) Junta de Freguesia de Castelo Branco;
12) AEBB – Associação Empresarial da Beira Baixa;	24) RAS – Reciclagem, Arte e Solidariedade.

Fonte: PMIM-CB 2G (2020-2022)

Para além do envolvimento geral de todas as entidades parceiras na conceção e implementação do PMIM 2G, está prevista a colaboração mais intensa de algumas instituições na implementação de certas ações que integram o Plano, em função das respetivas áreas temáticas (Cf. Tabela 3). Procurar-se-á ainda o envolvimento de outras entidades que trabalham direta ou indiretamente com a comunidade migrante (associações culturais e desportivas, instituições religiosas e outras) nas atividades do Plano previstas no Eixo 4, em particular no âmbito da atividade “Semana da Multiculturalidade” e “Promoção do Diálogo Inter-religioso”.

Ainda no âmbito da caracterização das parcerias do PMIM-CB 2G, cabe aqui também fazer uma breve nota sobre a relevância e o papel da sociedade civil albicastrense nos processos de acolhimento e integração dos migrantes.

Embora não haja estudos sobre as perceções que a comunidade local tem sobre as migrações no território, o trabalho quotidiano e o interesse e participação da população nas atividades desenvolvidas nessa área de atuação, permite-nos dizer que a comunidade autóctone local tem demonstrado, ao longo dos anos, uma atitude de abertura ao acolhimento e integração dos migrantes e que, por conseguinte, acompanhará o que são as tendências globais da generalidade da população portuguesa, que acaba por refletir as características socioeconómicas, o volume (ou a perceção desse volume) que assumem as migrações, e a perceção quanto aos seus impactos (perceção da imigração como oportunidade ou como ameaça) para o país (Oliveira, 2020:20-26).

Neste pressuposto, a população autóctone do município de Castelo Branco, ainda que de forma heterogénea, tenderá a perceber de forma exagerada, mas tendencialmente positiva, a presença e os impactos de população migrante no território. Haverá uma boa perceção sobre o grau de integração dos migrantes no território e de que os decisores políticos estão a fazer o suficiente para fomentar a integração dos migrantes, sendo que a maioria da população acreditará que a promoção da integração dos imigrantes é um investimento necessário para o território a longo prazo.

Efetivamente, segundo Oliveira (2020:25) serão os territórios que tendem a perceções e visões mais favoráveis da imigração, aqueles que valorizam mais o desenvolvimento de políticas de integração para migrantes.

Tabela 3. Parceiros e Respetivas Valências para o PMIM-CB 2G

Designação da Entidade	Valências do serviço para o PMIM-CB 2G	Eixos de Intervenção
Amato Lusitano – Associação de Desenvolvimento	Entidade executora do PMIM-CB 2G. A sua experiência nestas matérias, torna-se imprescindível, contribuindo para os padrões de desempenho de excelência do projeto.	Transversal a todos os Eixos
Junta de Freguesia de Castelo Branco	Apresenta uma dinâmica de promoção da cidadania ativa, terá um papel decisivo para a integração dos novos residentes de outros países, e na valorização territorial.	Eixos I, II e IV
Serviço de Estrangeiros e Fronteiras de Castelo Branco (SEF)	Estabelece com a AL-AD uma relação profícua, contribuindo quer para a identificação dos NPT e disponibilização de dados estatísticos, quer para a divulgação dos serviços de acolhimento e atividades, junto dos NPT. Esta relação permite uma resolução mais célere das situações, atenuando barreiras comunicacionais, apoiando igualmente os migrantes no acesso a informação, preenchimento de formulários e na reunião de documentos necessários à resolução das suas problemáticas.	Eixo I
Conservatória do Registo Civil de Castelo Branco	Apoia na identificação de problemas relacionados com os processos de nacionalidade entre outros assuntos, estabelecendo com a AL-AD, relações de proximidade e confiança, sendo muito oportuna a sua participação nas ações concretas aqui definidas. Permite também uma resolução mais célere das situações, atenuando barreiras comunicacionais, apoiando igualmente os migrantes no acesso a informação, preenchimento de formulários e na reunião de documentos necessários à resolução das suas problemáticas.	Eixo I
Centro Distrital da Segurança Social de Castelo Branco, (CDSS)	Apoia nas respostas e apoios sociais aos refugiados e titulares de proteção subsidiária e estabelece também uma relação de parceria decisiva no apoio aos imigrantes. Permite também uma resolução mais célere das situações, atenuando barreiras comunicacionais, apoiando igualmente os migrantes no acesso a informação, preenchimento de formulários e na reunião de documentos necessários à resolução das suas problemáticas.	Eixo I
CARITAS Interparoquial de Castelo Branco	É entidade de acolhimento de refugiados através da PAR Plataforma de Apoio a Refugiados e do CPR Conselho Português para os Refugiados, apoia económica e socialmente no acolhimento dos NPT. É um parceiro indiscutível no acolhimento de toda a comunidade estrangeira, sempre em colaboração com a AL-AD.	Eixos I e IV



Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS)	É um serviço tutelado pela Santa Casa da Misericórdia de Castelo Branco apoia nas respostas de âmbito social do município.	Eixos I e IV
Instituto do Emprego e Formação Profissional, I. P. (IEFP, I.P.)	Como entidade parceira apoia na inserção profissional e medidas concretas de emprego e formação profissional dos NPT, sempre em colaboração com o GIP Gabinete de Inserção Profissional. Neste sentido é um parceiro fundamental no percurso profissional e formativo dos NPT.	Eixos I e III
Instituto Politécnico de Castelo Branco (IPCB)	Os beneficiários PALOP do PMIM são na sua maioria estudantes do IPCB e neste sentido têm vindo a ser desenvolvidos esforços conjuntos de boas práticas no sucesso da sua integração social e escolar. É importante para o envolvimento dos alunos PALOP e de ERASMUS nas atividades a dinamizar, constituindo-se como uma fonte de riqueza a nível da promoção das relações interculturais inter e intra geracionais.	Eixos I, III, IV e V
Unidade Local de Saúde de Castelo Branco, E.P.E.	Entidade parceira da AL-AD, através das inúmeras atividades desenvolvidas em prol da comunidade migrante a residir no concelho e nos encaminhamentos para cuidados de saúde efetuados. Todos os recursos informativos sobre os direitos e deveres dos migrantes em Portugal têm sido apoiados por esta entidade, quer na sua divulgação, quer na sua promoção. Implementação bem-sucedida das ações enquadradas no Eixo 2, subordinadas sobretudo ao domínio da saúde	Eixos I, II e III
Associação Empresarial da Beira Baixa e Associação Comercial e Industrial de Castelo Branco, (AEBB e ACICB)	São um veículo importante de informação para as empresas e entidades que pretendam recrutar NPT para trabalharem, quer ao nível da contratação, legalização ou reagrupamento familiar, entre outras respostas.	Eixos I e III
Centro de Respostas Integrado (CRI)	Estrutura local de saúde de cariz operativo, constituída por equipas interdisciplinares e uma intervenção multissetorial, cujo objetivo se centra na prevenção, tratamento, redução do risco e minimização de danos junto de pessoas com comportamentos aditivos e ou consumo de substâncias psicoativas. As respostas sociais da AL-AD e concretamente o PMIM, articulam contatos e respostas com este Centro.	Eixos I, II e IV
Escola Tecnológica e Profissional Albicastrense (ETEPA) e Escola Profissional Agostinho Roseta	Por serem entidades de ensino profissional receptoras de estudantes dos PALOP, articulando conosco respostas sociais, quer ao nível da legalização, quer ao nível do apoio social. Importante nas atividades a dinamizar, constituindo-se como uma fonte de riqueza a nível da promoção das relações interculturais.	Eixos I, II, III, IV, V

Agrupamentos de Escolas de Castelo Branco e Alcains	Entidades públicas que recebem crianças e jovens NPT, pressupondo responsabilidade de promoverem, junto da comunidade escolar maioritária, a diversidade cultural e a importância de acolherem estes jovens. Neste ponto, a AL-AD tem ao longo dos anos e com projeto no âmbito da interculturalidade, realizado um trabalho de proximidade de forma a desconstruir mitos e medos sobre a interculturalidade.	Eixos I, II, III, IV, V
Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco (CPCJ)	Tem a missão de proteção deste grupo, também junto dos NPT, estando sempre em articulação com a entidade gestora e com os projetos a decorrer.	Eixos I, IV, V
Associação de Apoio à Criança de Castelo Branco (AACCB)	Recebeu uma criança deficiente motora nacional da Síria e desenvolveu um trabalho inesgotável com este jovem, mostrou-se interessada em participar nestas ações de capacitação.	Eixos I, IV e V
Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais	É responsável pelas medidas de Trabalho Comunitário a favor da Sociedade, neste sentido, é uma entidade que colabora com a entidade gestora na promoção de medidas, principalmente com a comunidade cigana. Contudo, a promoção da interculturalidade é um trabalho transversal.	Eixos I e II
Polícia de Segurança Pública (PSP) e Guarda Nacional Republicana (GNR)	Entidades parceiras da AL-AD, cuja missão de proteger e defender o país e os cidadãos independentemente da sua nacionalidade, raça ou etnia tem um papel decisivo na integração dos NPT, na promoção dos seus direitos e deveres legalmente instituídos em Portugal.	Eixos I e V
Autoridade para as competências de Trabalho (ACT) de Castelo Branco	Tem por missão a promoção da melhoria das condições de trabalho, através de normas laborais e controlo de segurança e saúde no trabalho; articula com o CLAIM-CB, desde há muitos anos, em ações de prevenção no trabalho, denúncias de situações abusivas, pelo que constitui um parceiro indiscutível.	Eixos I, II e III
RAS - Reciclagem, Artes e Solidariedade	Um projeto solidário com o objetivo de recolher, fazer a gestão e doar roupa usada a instituições de solidariedade e que já conta com a colaboração de alguns migrantes.	Eixos I, II e IV

Fonte: PMIM-CB 2G (2020-2022)

Por outro lado, não é menos relevante para o trabalho realizado na área das migrações, a sinergia criada entre os diversos projetos e as múltiplas e diversas respostas sociais da Amato Lusitano – Associação de Desenvolvimento. Assim, a implementação do PMIM-CB 2G, pressupõe também uma forte complementaridade com outros projetos atualmente em execução pela Amato Lusitano – Associação de Desenvolvimento, designadamente (Cf. Tabela 4):

1. Gabinete de Inserção Profissional (GIP) – tem por objetivo apoiar jovens e adultos desempregados na definição ou desenvolvimento do seu percurso de inserção no mercado de trabalho, em parceria com o Centro de Emprego (IEFP, I.P.). Assim, o GIP presta apoio na orientação profissional e escolar das pessoas desempregadas ou pessoas à procura do 1º Emprego (subsidiadas e não subsidiadas). Entre as diferentes atividades desenvolvidas no âmbito do GIP, será particularmente relevante a sua articulação com o PMIM-CB 2G, em particular no aconselhamento e encaminhamento dos migrantes NPT em questões relacionadas com:
 - Apoio à procura ativa de emprego;
 - Captação de ofertas de emprego e encaminhamento de candidatos para as várias modalidades de formação;
 - Informação e encaminhamento para medidas de empregabilidade, apoio à contratação e empreendedorismo.

2. Estrutura de Apoio à Vítima de Violência Doméstica de Castelo Branco (EAVVD-CB) – a funcionar desde 2006 nas instalações da Associação Amato Lusitano, tem dado uma resposta integrada e ativa no apoio às vítimas de violência doméstica, desenvolvendo um trabalho em rede com várias entidades públicas e privadas nacionais, regionais e locais. Considerando o âmbito de intervenção da EAVVD-CB será promovida uma estreita articulação com o PMIM-CB 2G, operacionalizada através de:
 - Acompanhamento especializado e apoio psicológico, jurídico e social em situações de violência envolvendo os migrantes NPT;
 - Sensibilização para as questões da violência no namoro e violência escolar, igualdade de género e violência de género;
 - Divulgação de informação aos migrantes NPT acerca dos direitos e deveres das vítimas de violência doméstica, a legislação nacional e os apoios disponíveis para as vítimas.

3. “Nós Com os Outros – E7G” – projeto financiado pelo Programa Escolhas, a execução do seu Plano de ação terminará a 31 de dezembro de 2020. No entanto, independentemente do fim do financiamento, prevê-se a continuidade de alguns serviços/ações prestados por este projeto, que irão ser desenvolvidas em estreita articulação com o PMIM-CB 2G, muito em particular, atividades de promoção pessoal, social e escolar. Ambos os projetos estão muito ajustados à integração da comunidade migrante, mas enquanto o PMIM-CB 2G se vocaciona mais para as questões do emprego, da legalização, saúde e integração na comunidade, a equipa do Escolhas 7G promovido pela Amato Lusitano – Associação de Desenvolvimento procura intervir junto de crianças e jovens residentes no concelho de Castelo Branco que sejam migrantes (de 1ª geração ou descendentes), refugiados ou jovens das comunidades ciganas, que se encontrem em risco aumentado de adesão a percursos de exclusão social e, no extremo, criminalidade. Nesta medida, a equipa de projeto do PMIM-CB 2G irá também, numa lógica concertada, articular com a equipa do Escolhas 7G na sinalização e encaminhamento dessas crianças e jovens, no sentido da articulação de respostas sociais, que contribuam para o desenvolvimento de uma intervenção sistémica e alargada em todo o seu processo de inclusão social.
4. Contrato Local de Desenvolvimento Social de 4ª geração (CLDS 4G) – projeto que terá um campo de atuação até março de 2023 o que permitirá uma estreita articulação com o PMIM-CB 2G, na medida que este projeto visa essencialmente:
- Aumentar os níveis de coesão social dos concelhos objeto de intervenção dinamizando a alteração da sua situação socio territorial;
 - Concentrar a intervenção nos grupos populacionais que em cada território evidenciam fragilidades mais significativas, promovendo a mudança na situação das pessoas tendo em conta os seus fatores de vulnerabilidade;
 - Potenciar a congregação de esforços entre o sector público e o privado na promoção e execução dos projetos através da mobilização de atores locais com diferentes proveniências;
 - Fortalecer a ligação entre as intervenções a desenvolver e os diferentes instrumentos de planeamento existentes de dimensão municipal.

5. Projeto de Mediadores Municipais e Interculturais (“InterCOOLturas”) – pese embora todo o plano de ação abarque um conjunto de atividades que irão permitir redes e parcerias capazes de criar pontes entre todos os cidadãos e instituições contribuindo para uma maior coesão social no município, uma melhoria na qualidade de vida e na convivência intercultural, este projeto foi construído na sua maioria tendo como destinatários a comunidade cigana. Este projeto surge aqui como um complemento ao PMIM-CB 2G. O facto de ambos terem previsão temporal de execução idênticos, será uma mais valia para o sucesso da prossecução de ambos, na medida que toda a comunidade migrante, refugiada e cigana, será alvo de intervenção direcionada e ajustada, com equipas de projeto especializadas a cada realidade de intervenção, tanto junto das camadas mais jovens como das mais adultas destas minorias, aumentando com isso a eficácia dos propósitos das mesmas.

6. Projeto “Português Língua de Integração” (PLIN) – financiado pelo FAMI (PT/2020/FAMI/540), com um período de execução 2020-2022, estará em perfeita articulação com os objetivos e ações do PMIM-CB 2G, na medida em que irá dinamizar ações não formais de aprendizagem da língua, cultura e democracia portuguesa, junto dos refugiados/as a residir no concelho de Castelo Branco.

7. Projeto “Migrantes e Refugiados: Pistas para uma Intervenção Multissetorial” – este projeto visa basicamente elaborar, publicar e distribuir um recurso técnico pedagógico com informações que possam apoiar profissionais/voluntários e em instituições público-privadas, locais e regionais, que contatem diretamente com NPT e outros que tenham um papel relevante na comunidade de acolhimento. Financiado pelo FAMI (PT/2020/FAMI/522), com um período de execução 2020-2022, este projeto amplia a intervenção do PMIM-CB 2G.

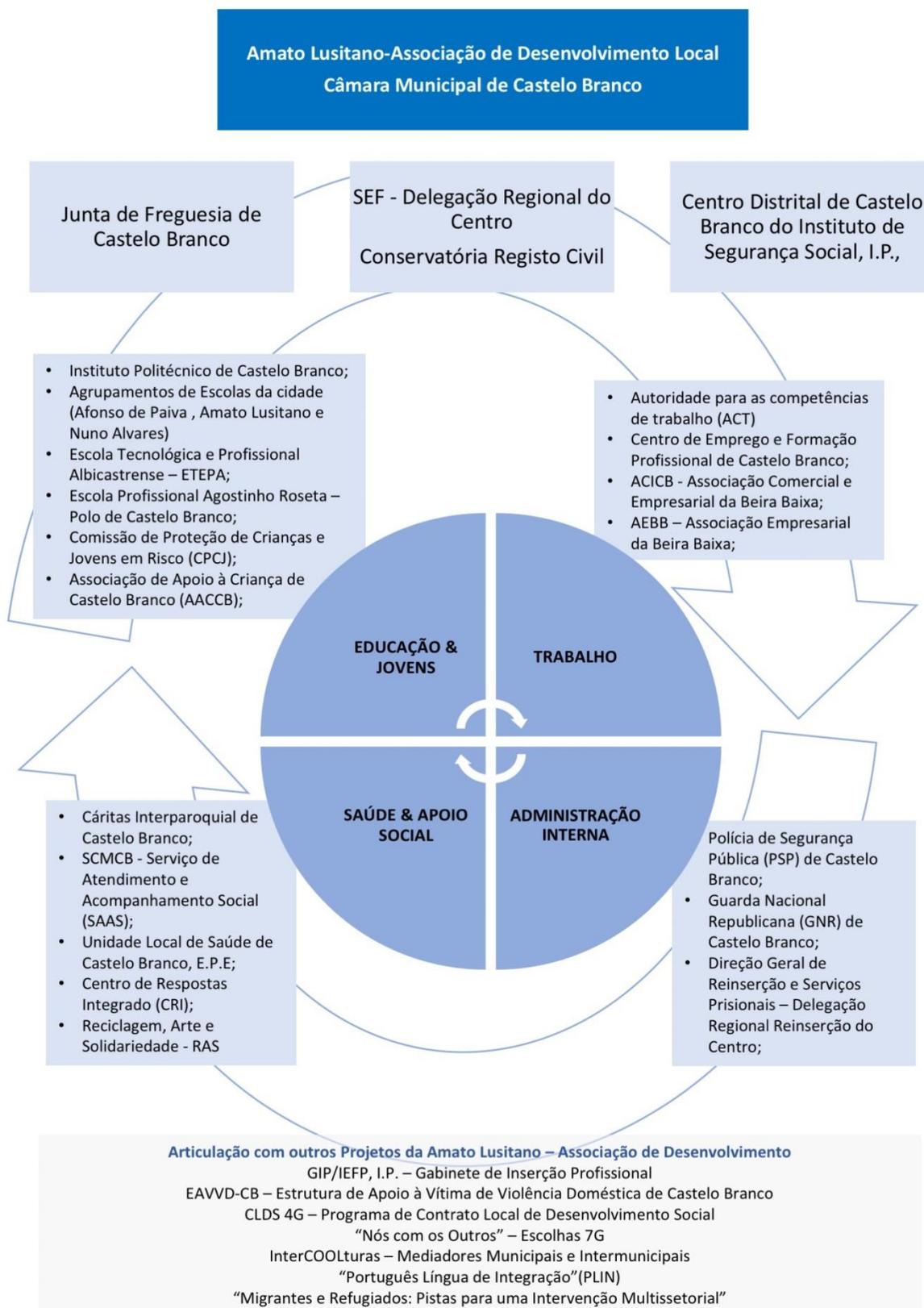
Em suma, tanto as parcerias como as sinergias (Cf. Figura 3) criadas ao longo dos anos entre a Câmara Municipal de Castelo Branco, a Associação Amato Lusitano, um conjunto alargado de parceiros institucionais e a sociedade civil albacastrense, cobrem múltiplas áreas de intervenção e proporcionam, por conseguinte, respostas multinível, concertadas e orientadas, que contribuem, de forma mais eficaz, para a melhoria qualitativa das políticas e dos processos de acolhimento e integração dos migrantes no município de Castelo Branco.

Tabela 4. Sinergias do PMIM-CB 2G com Outros Projetos

Designação do Projeto	Valências do serviço para o PLIM-CB 2G	Eixo de Intervenção
GIP/IEFP, I.P. – Gabinete de Inserção Profissional	<ul style="list-style-type: none"> • Apoio à procura ativa de emprego; • Captação de ofertas de emprego e encaminhamento de candidatos para as várias modalidades de formação; • Informação e encaminhamento para medidas de empregabilidade, apoio à contratação e empreendedorismo. 	Eixo III
EAVVD-CB – Estrutura de Apoio à Vítima de Violência Doméstica de Castelo Branco	<ul style="list-style-type: none"> • Acompanhamento especializado e apoio psicológico, jurídico e social em situações de violência envolvendo os migrantes NPT; • Sensibilização para as questões da violência no namoro e violência escolar, igualdade de género e violência de género; • Divulgação de informação aos migrantes NPT acerca dos direitos e deveres das vítimas de violência doméstica, a legislação nacional e os apoios disponíveis para as vítimas. 	Eixo V
“Nós Com os Outros – E7G”	<ul style="list-style-type: none"> • Sinalização e encaminhamento de crianças e jovens migrantes ou descendentes de NPT no concelho que se encontrem em risco aumentado de adesão a percursos de exclusão social e, no extremo, criminalidade. 	Eixo II, IV, V
CLDS 4G – Contrato Local de Desenvolvimento Social de 4ª geração	<ul style="list-style-type: none"> • Muitas das ações dinamizadas por este projeto, essencialmente do eixo 1 – Emprego, Formação e Qualificação e eixo 2 - Intervenção familiar e parental, preventiva da pobreza infantil, possam também ser executadas numa lógica concertada com o PMIM 2G, como por exemplo, o encaminhamento de NPT para o Gabinete de Apoio Familiar e Banco Alimentar. 	Eixo III, IV
“InterCOOLTuras” – Projeto de Mediadores Municipais e Interculturais	<ul style="list-style-type: none"> • Apoiarão na identificação e na operacionalização de algumas atividades materializadas no terreno tanto junto das camadas mais jovens como das mais adultas das comunidades migrante, refugiada e cigana, aumentando com isso a eficácia dos propósitos das mesmas. 	Eixo III, IV, V
Português Língua de Integração (PLIN)	<ul style="list-style-type: none"> • Promover sessões informais de aprendizagem da língua portuguesa, dos usos e costumes, bem como do sistema democrático português, de forma a potenciar a integração social dos refugiados/as a residir no concelho de Castelo Branco. 	Eixos I e III
Migrantes e Refugiados: Pistas para uma Intervenção Multissetorial	<ul style="list-style-type: none"> • Elaborar, publicar e distribuir o recurso técnico pedagógico que permita sensibilizar e informar os colaboradores dos diferentes serviços, públicos e privados, locais e regionais, que contactem diretamente com NPT, e outros que tenham um papel relevante na comunidade de acolhimento. 	Eixo I

Fonte: PMIM-CB 2G (2020-2022)

Figura 3. Diagrama de Parceiras e Sinergias do PMIM-CB 2G



Fonte: PMIM-CB 2G (2020-2022)

2.1.5 Dinâmicas Demográficas

Em matéria de dinâmicas demográficas no concelho de Castelo Branco, foram escolhidos alguns indicadores que se considera poderem aludir ao que se passa atualmente no território. A esse respeito, escolheram-se como indicadores a evolução geral da população residente, os saldos populacionais e referência a alguns indicadores chave relacionados com o envelhecimento da população e diminuição da população ativa, duas das principais características demográficas do território.

Em 2011, data dos últimos Censos, o distrito de Castelo Branco tinha 6 627,47 km² e uma população de 196 264 residentes (Cf. Tabela 5) distribuída por 11 municípios e 120 freguesias. Destacam-se neste contexto as únicas cidades do território – Castelo Branco, Covilhã e Fundão, com 56 109, 51 797 e 29 213 habitantes, respetivamente.

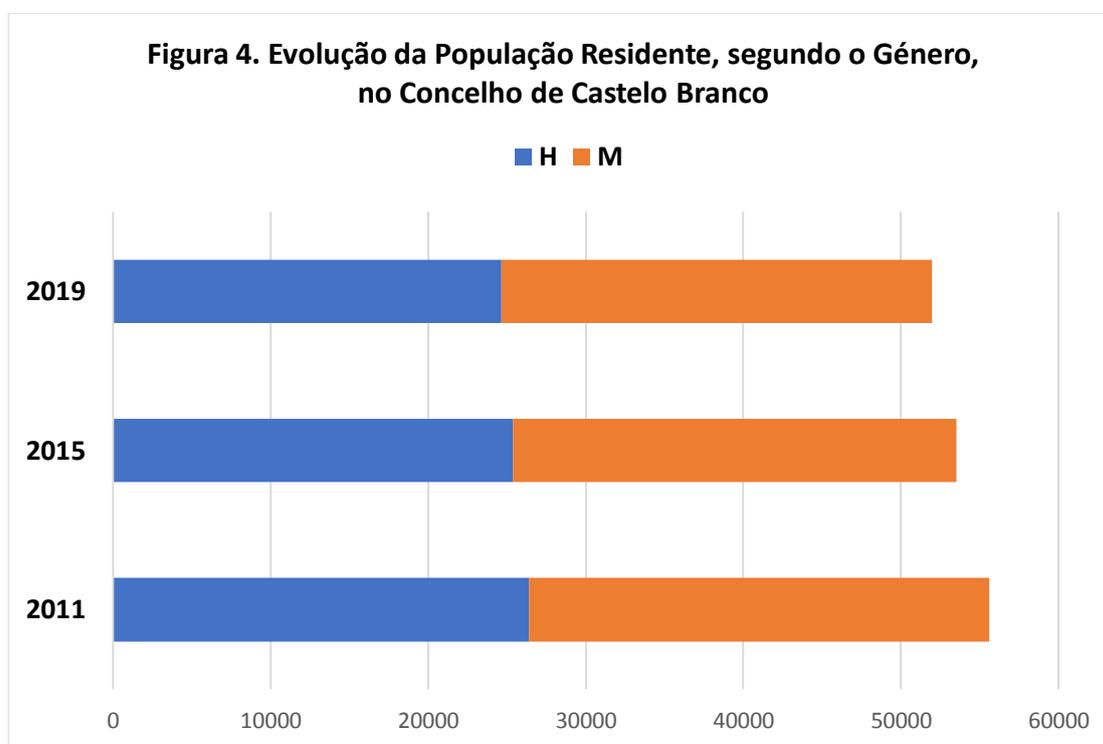
Tabela 5. Municípios do Distrito de Castelo Branco

Nome	Freguesias	Habitantes (Milhares)
Belmonte	4	6 859
Castelo Branco	19	56 109
Covilhã	21	51 797
Fundão	23	29 213
Idanha-a-Nova	13	9 716
Oleiros	10	5 721
Penamacor	9	5 682
Proença-a-Nova	4	8 314
Sertã	10	15 880
Vila de Rei	3	3 452
Vila Velha de Ródão	4	3 521
Total	120	196 264

Fonte: INE, Censos 2011 – Dados definitivos

Segundo os últimos Censos, o concelho de Castelo Branco possuía uma população total de 56 109 habitantes, no entanto, dados estatísticos mais recentes (Cf. Figura 4.) permitem-nos perceber a evolução decrescente da população residente. Se em 2018 a população total já tinha descido para 52 448 residentes, face a 2011 e a 2015 (53 507), esse número desceu novamente em 2019, para 51 987 habitantes. Ou seja, tem vindo a registar-se uma descida progressiva da população ao longo do tempo, em linha com o que se passa no resto do país, de um modo geral.

Ainda assim, uma análise da dinâmica populacional interna por freguesias, revela ganhos de população para a freguesia de Castelo Branco, que em 2011 tinha 35 242 habitantes, sendo a freguesia de residência para cerca de 62% do total de residentes do concelho e de 47% dos residentes da NUT-III Beira Interior Sul (75 028 residentes).

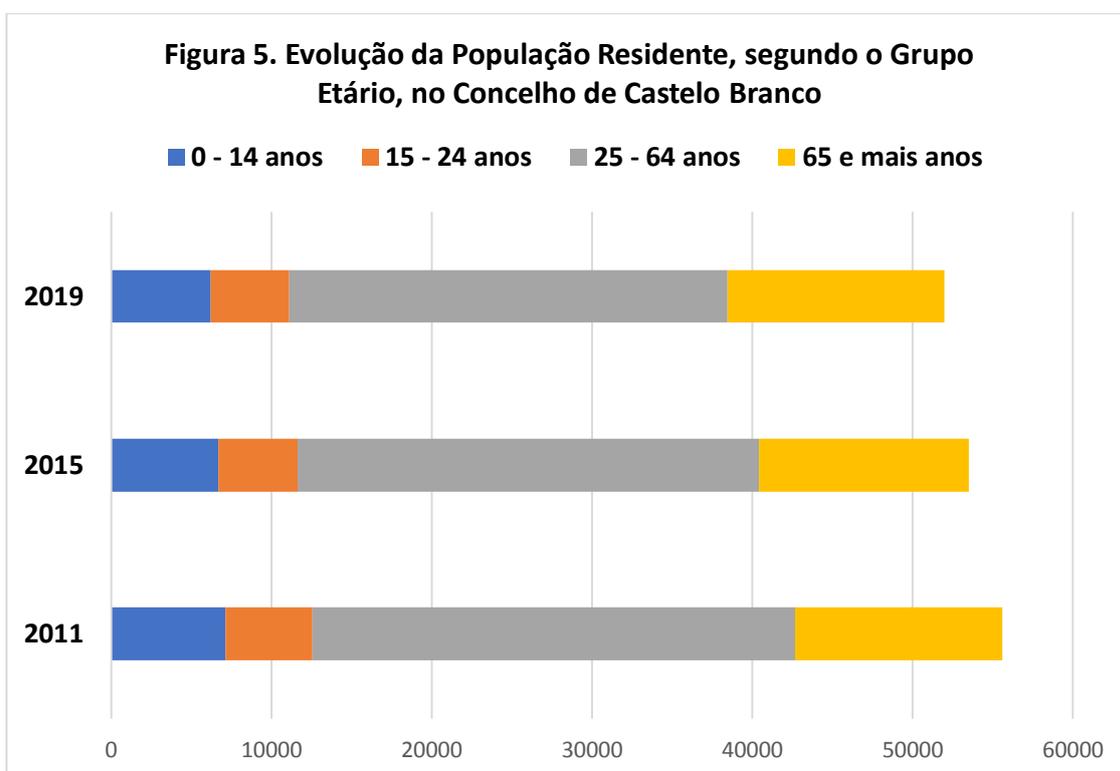


Fonte: INE, Estimativas anuais da população residente

Ao analisarmos a evolução da população total residente, por grupo etário, em três períodos temporais distintos (2011, 2015 e 2019), conclui-se que, ao longo do tempo, há uma ligeira descida nos grupos 0-14 anos e no grupo etário 15-24 anos (cerca de 915 e 528 indivíduos, respetivamente) e uma descida mais acentuada no grupo etário 25-64 anos, com uma perda total de 2 742 indivíduos no período temporal analisado. Com ganhos populacionais entre 2011 e 2019 está apenas o grupo populacional com

65 ou mais anos (+572 indivíduos). Efetivamente, se em 2011 os residentes no grupo etário 0-24 anos eram ligeiramente menos que os residentes no grupo 65 ou mais anos (12 549 e 19 951, respetivamente), em 2019 essa diferença acentua-se com 11 106 residentes a integrar o primeiro grupo e 13 523 a integrarem o segundo.

Assim, em 2019 havia 6 223 habitantes que integravam a faixa etária 0-14 anos, 4 883 no grupo etário seguinte (15-24 anos), 27 358 residentes tinham entre 25 e 64 anos e 13 523 tinha 65 ou mais anos. Estes dados evidenciam claramente dois fenómenos demográficos, por um lado o envelhecimento da população residente no município e, por outro, a perda de população em idade ativa.



Fonte: INE, Estimativas anuais da população residente

Na mesma linha de apreciação, passamos a analisar, de forma breve, a evolução de um conjunto de indicadores demográficos, para o período temporal 2010-2018 (Cf. Tabela 6). O primeiro desses indicadores é o da população ativa, que sofre um decréscimo de cerca de 2pp no período temporal em análise; depois temos a percentagem de jovens e de idosos no total da população residente: aqui observamos a descida de quase 1pp entre 2010 e 2018 na primeira categoria e a subida de cerca de 2,5pp na segunda.

Com estas informações não será surpresa os dados relativos aos três índices que analisamos já de seguida e cujo agravamento entre 2010 e 2018 é evidente.

Dos três índices em análise, o de dependência de jovens é o que sofre menos alterações no período temporal em análise (0,8pp); já o índice de dependência de idosos observa um agravamento entre 2010 e 2018 de 5,4pp. Por fim, o índice de envelhecimento do concelho passa de 177 em 2010 para 209 em 2018.

A análise destes indicadores reforça as evidências sobre o problema do envelhecimento da população no concelho de Castelo Branco e a necessidade de definir uma estratégia que contrarie ou colmate estas tendências.

Tabela 6. Evolução de Indicadores Demográficos Chave no Concelho de Castelo Branco

	2010	2018
População em idade ativa (%) (15 aos 64 anos)	64,1	62,3
Jovens (%) (menos de 15 anos)	13,0	12,2
Idosos (%) (65 e mais anos)	22,9	25,5
Índice de envelhecimento (idosos por cada 100 jovens)	177	209
Índice de dependência de idosos (Relação entre a população idosa e a população em idade ativa)*	36,5	41,9
Índice de dependência de jovens (Relação entre a população jovem e a população em idade ativa)*	19,3	20,1

Fonte: INE

(*) Anos de referência: 2011 e 2019, respetivamente.

Um outro conjunto de indicadores muito relevantes para perceber as dinâmicas populacionais dos territórios são os saldos populacionais. De seguida vamos analisar o saldo natural, migratório e total do concelho de Castelo Branco, para os anos censitários (1991, 2001, 2011) e para o ano mais recente disponível – 2019 (Cf. Tabela 7).

Em relação ao saldo natural, observamos claramente a sua evolução negativa, em 1991 era de -205, passando para -394 em 2019, apesar das melhorias em 2001, ano em que a diferença entre óbitos e nascimentos foi menor. Já no que ao saldo migratório diz respeito, observa-se, antes de mais, um salto significativo no período intercensitário 1991-2001, que corresponde à intensificação e diversificação dos fluxos migratórios para Portugal, com reflexos na dispersão de imigrantes um pouco por todo o território nacional. Depois há que realçar o saldo migratório de 2011, que, na verdade, marca o início de seis anos seguidos de saldos migratório negativos em território nacional, com reflexos também ao nível do concelho de Castelo Branco. Esta situação tem vindo a inverter-se desde 2016 com um progressivo aumento dos saldos migratórios positivos, particularmente em 2018 e 2019, situação espelhada no saldo migratório positivo em 2019, ainda que bastante mais baixo do que o registado em 2001, para o concelho.

Estas realidades traduzem-se em saldos totais negativos com a exceção de 2001, em que se juntaram um saldo natural menos negativo e um saldo migratório mais elevado, e, por isso se registou um saldo populacional positivo. Mas há ainda a realçar nesta categoria duas outras situações, a primeira é o valor do saldo populacional total em 2011, que é muito elevado comparativamente com os restantes anos em análise. Isto deve-se ao facto de, nesse ano, ter havido em simultânea um elevado saldo natural negativo e também um elevado saldo migratório negativo (o pior em todo o período de análise); a segunda prende-se com o saldo total em 2019, que apesar de negativo foi, claramente, influenciado pelo saldo migratório positivo, uma vez que o saldo natural negativo era bastante elevado (o mais negativo no período analisado).

Tabela 7. Evolução dos Saldos Populacionais no Concelho de Castelo Branco

Saldos	1991	2001	2011	2019
Saldo Natural	-205	-183	-283	-394
Saldo Migratório	15	441	-335	189
Saldo Total	-190	258	-618	-205

Fonte: INE

2.1.6 Economia e Mercado de Trabalho

Do ponto de vista económico e do mercado de trabalho foram escolhidos dois indicadores suscetíveis de apontarem as dinâmicas existentes atualmente no território. Os dois indicadores que nos pareceram relevantes foi do volume de negócios das empresas do concelho de Castelo Branco e o número de trabalhadores, ambos apresentados por sector de atividade (Cf. Tabela 8). Por conseguinte, em 2018, o volume de negócios total registado no concelho situou-se nos 1.262.754,789 euros. Já quanto ao número de trabalhadores, em 2018, contabilizavam-se um total de 16.232 funcionários.

O sector com maior volume de negócios foi o sector do comércio por grosso e a retalho, onde se incluem as atividades de reparação de automóveis e motociclos, com um volume total de 610 milhões de euros. Em segundo lugar encontra-se o sector das indústrias transformadoras com um volume de negócios na ordem dos 254 milhões de euros. Ambos os sectores apresentam uma trajetória de aumento do seu volume de negócios face a anos anteriores.

Na terceira e quarta posições relativamente ao volume de negócios está o setor dos transportes e armazenagem, com mais de 78 milhões de euros (mais do que duplicou relativamente ao ano de 2016 - 35 milhões de euros); e o sector da construção, com mais de 67 milhões de euros de volume de negócios, em 2018. Este último setor, apesar de continuar a apresentar uma tendência de diminuição comparativamente, por exemplo a 2012 (83 milhões de euros), subiu quando comparado a 2016 (62 milhões de euros). De destacar ainda o setor do alojamento, restauração e similares com um volume de negócios de mais de 43 milhões de euros.

Por outro lado, os sectores com volume de negócios menos relevantes são o das indústrias extrativas, com um volume pouco mais de 3 milhões, o das atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas que gerou, em 2018, um valor na ordem dos 3 milhões e duzentos mil euros e o da educação que, ainda assim, ultrapassou os 3 milhões e 500 mil euros.

Relativamente ao número de trabalhadores no concelho em 2018, pode observar-se que, no geral, os sectores de atividade onde se registava maior número de trabalhadores coincidem com aqueles onde se registava maior volume de negócios.

De um total de 16.232, o sector do comércio por grosso e a retalho, empregava 4.031 funcionários, sendo que nas indústrias transformadoras existiam 2.873 trabalhadores. Os sectores da construção e do alojamento, restauração e similares, empregavam, respetivamente, 1.358 e 1.244 trabalhadores. De mencionar ainda o setor das

atividades administrativas e dos serviços de apoio que, apesar de não ter um volume de negócios muito elevado, empregava 1.367 pessoas, mais do que o setor do alojamento, restauração e similares. Os restantes sectores apresentavam um número total de trabalhadores inferior a 1.000.

Tabela 8. Volume de Negócios e Número de Trabalhadores, por Sector de Atividade, no Concelho de Castelo Branco (2018)

Sector	Volume de Negócios (€)	Número de trabalhadores
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	26.541,730	843
Indústrias extrativas	3.047,481	24
Indústrias transformadoras	254.823,424	2873
Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	36.888,077	66
Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	22.345,263	188
Construção	67.140,338	1358
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	610.067,492	4031
Transportes e armazenagem	78.813,686	658
Alojamento, restauração e similares	43.490,106	1244
Atividades de informação e de comunicação	23.231,957	445
Atividades imobiliárias	11.788,107	194
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	21.730,518	902
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	22.232,568	1367
Educação	3.871,009	488
Atividades de saúde humana e apoio social	23.337,199	758
Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	3.237,827	206
Outras atividades de serviços	10.168,007	587
Total	1.262.754,789	16.232

Fonte: INE, Sistema de contas integradas das empresas

(1) O âmbito de atividade económica considerado compreende as empresas classificadas nas secções A a S da CAE Rev.3, com exceção das Atividades Financeiras e de Seguros (Secção K) e da Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória (Secção O).

2.2 CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO MIGRANTE: RESIDENTE E INQUIRIDA

2.2.1 População Migrante Residente

Na última década, as dinâmicas de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional, estão enquadradas por três fatores que puderam induzir algumas mudanças nos fluxos e perfis migratórios¹⁹.

- ✓ De destacar, em primeiro lugar, o grande incremento de pedidos de proteção internacional a Portugal.
- ✓ Deve assinalar-se, também, as mudanças no enquadramento legal de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional, em particular aquelas que facilitaram ou reforçaram a entrada de estrangeiros por motivos de estudo e para atividades de investigação e altamente qualificadas, em especial os cidadãos extracomunitários; e as que facilitaram a obtenção de uma autorização de residência, para exercício independente ou subordinado de atividade profissional em Portugal (ex. apenas baseada numa promessa de contrato de trabalho).
- ✓ E há ainda a sinalizar a inversão dos saldos migratórios. Na última década as dinâmicas migratórias em Portugal foram marcadas por saldos migratórios negativos (entre 2011 e 2016), que atingiram o seu pico em 2012, com um saldo migratório negativo de -37.352 indivíduos. Não obstante, nos últimos anos, Portugal conseguiu quebrar essa tendência e tanto 2018 como 2019 evidenciam um reforço das entradas e da permanência de estrangeiros residentes em Portugal. Nesses anos observa-se um crescimento substantivo, tanto na atribuição de vistos e autorizações de residência, como no número de estrangeiros residentes - quase seiscentos mil residentes estrangeiros (em 2019 houve +110 mil residentes face ao ano anterior).

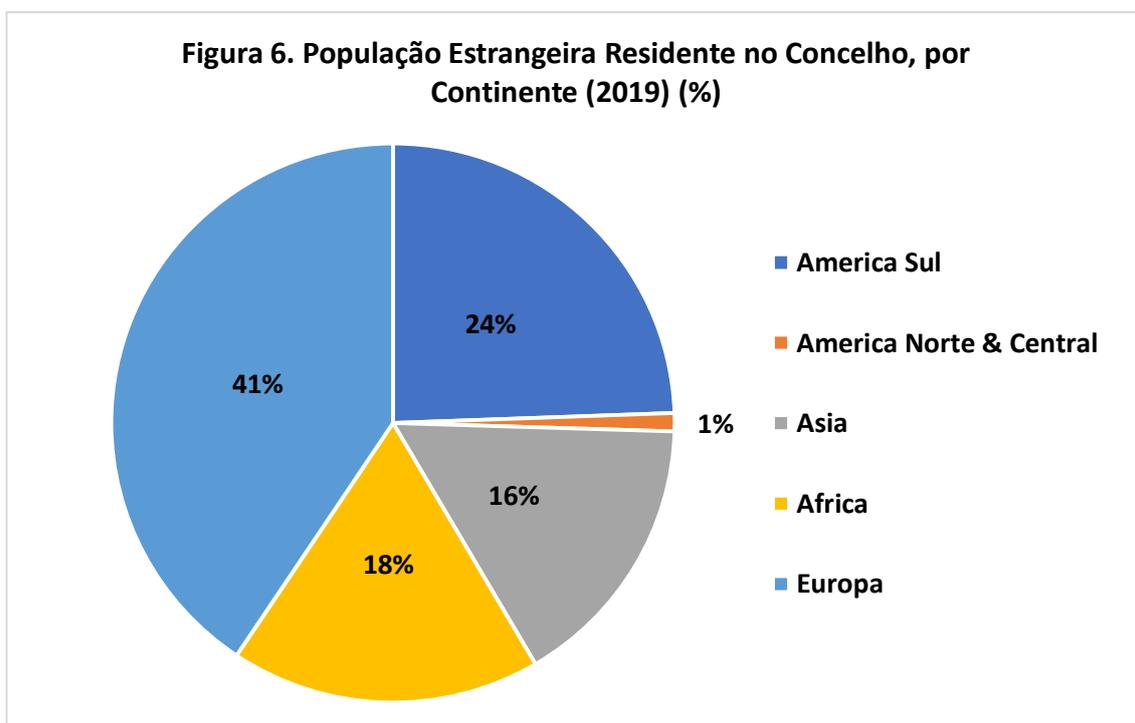
Segundo dados do SEF – Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, em 2019 viviam legalmente no concelho de Castelo Branco 1.617 estrangeiros. Esse valor representa cerca de 3% da população total residente no território e uma taxa de variação de 31% face ao ano anterior. Representa também mais de ¼ (28%) da população estrangeira residente no distrito de Castelo Branco.

A distribuição por género é igualitária, já que dos 1.617 estrangeiros residentes, 49,8%

¹⁹ Cf. Oliveira, Catarina R. (Coord.) (2020-1). *Indicadores de Integração de Imigrantes 2020. Relatório Estatístico Anual*. Coleção Imigração em Números do Observatório das Migrações. Disponível em: <https://www.om.acm.gov.pt/documents/58428/383402/Relatório+Estat%C3%ADstico+Anual+2020+-+Indicadores+de+Integração+de+Imigrantes/472e60e5-bfff-40ee-b104-5e364f4d6a63>

são homens e 50,2% são mulheres.

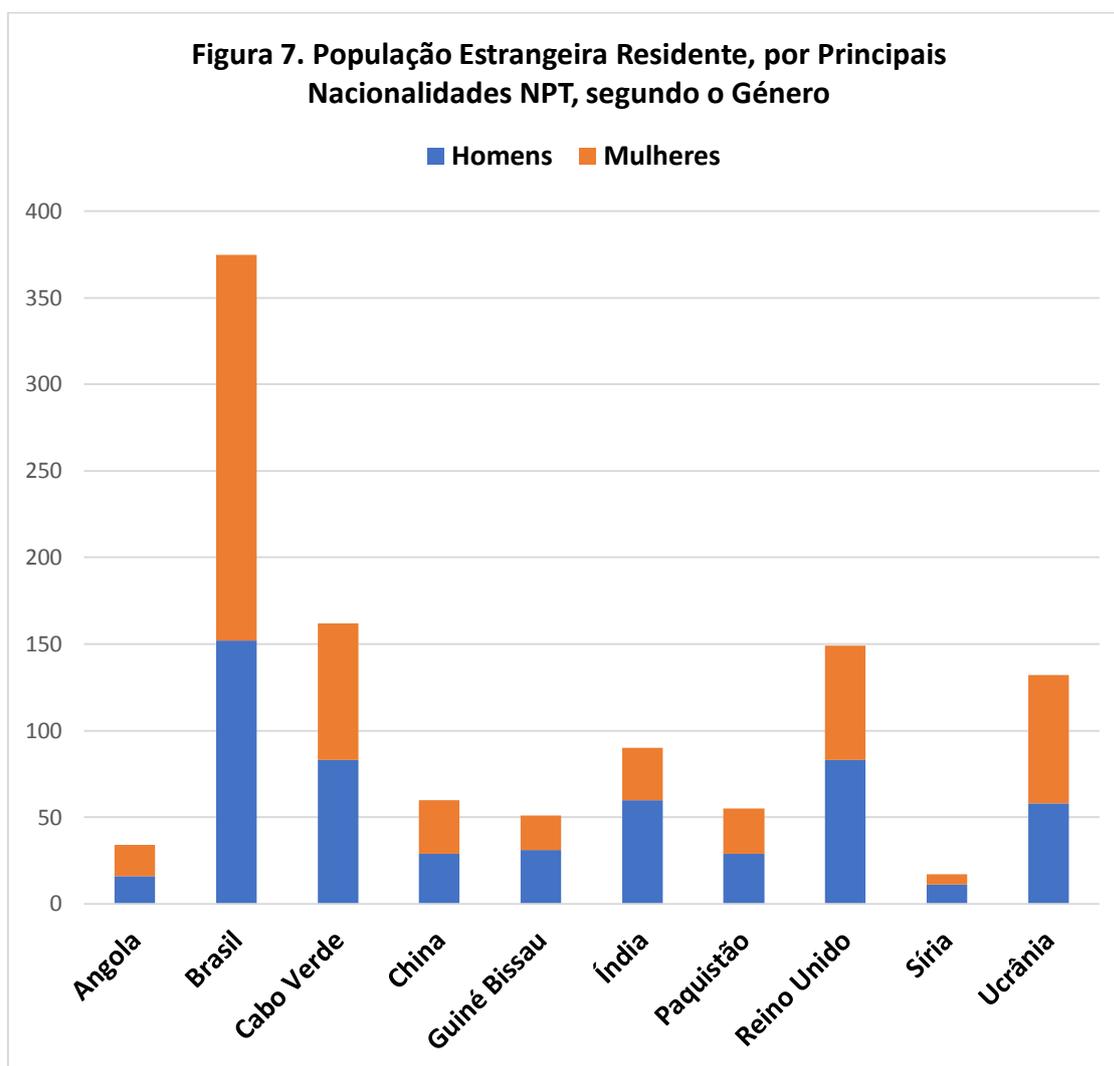
Quanto à diversidade da população estrangeira, temos representadas 68 nacionalidades (Cf. Figura 6), muitas delas de países europeus, em particular da EU (55% das nacionalidades europeias) e de países africanos, com destaque para os PALOP (94% dos países africanos), mas também de países asiáticos, nomeadamente, a Índia, China e Paquistão que representam 79% dos nacionais asiáticos. Apesar da América do Sul surgir em segunda posição na distribuição por continentes, 95% desses cidadãos são brasileiros, o que indicia o elevado peso destes nacionais no total da população estrangeira residente.



Fonte: SEF (SEFSTAT, estatísticas territoriais 2019).

A Figura 7 apresenta-nos a distribuição da população estrangeira residente, nacionais de países terceiros, segundo as dez principais nacionalidades presentes no concelho de Castelo Branco. Essas nacionalidades representam 70% do total de nacionais e são, por ordem de grandeza da mais representativa para a menos, as nacionalidades brasileira (representa 23% do total de estrangeiros), cabo-verdiana (10%), inglesa (9%), ucraniana (8%), indiana(6%), chinesa (4%), paquistanesa (3%), guineense (3%), angolana (2%) e síria(1%).

A mesma figura também nos dá a distribuição por sexo dos residentes estrangeiros dessas dez nacionalidades. A análise desses dados diz-nos que as mulheres estão em maioria entre os cidadãos do Brasil (60%), Ucrânia (56%), Angola (53%) e China (52%); já os homens constituem a maioria entre os cidadãos da Índia (67%), Síria (65%), Guiné Bissau (61%) e Reino Unido (56%). Neste aspeto, realçar ainda os nacionais de Cabo Verde e do Paquistão com uma distribuição das respetivas populações muito equitativa, 51% de homens e 49% de mulheres, e 53% de homens e 47% de mulheres, respetivamente.



Fonte: SEF (SEFSTAT, estatísticas territoriais 2019).

No que ao Asilo e Proteção Subsidiária²⁰ diz respeito, Portugal não se encontra entre os principais destinos no mundo, nem sequer na Europa²¹, mas verificou, na última década, um incremento substancial no número de pedidos de proteção internacional (Cf. Figura 8).

Os pedidos de proteção internacional chegam, atualmente, através de quatro canais de entrada: i) Pedidos Espontâneos; ii) Programa Europeu de Recolocação; ii) Mecanismo Europeu de Reinstalação (Acordo UE/Turquia 1x1 e Reinstalação 50mil)²²; iv) Recolocação ad hoc (de barcos humanitários), enquadrados num diversificado quadro normativo multiescalar (regional, multilateral e nacional) e num complexo esquema processual e institucional²³.

De facto, desde o início da década o número de pedidos tornou-se quase 12 vezes mais – se em 2010 foram feitos 160 pedidos de proteção internacional, em 2019 esse valor foi de 1.849, ao que acrescem os 376 refugiados dos Programas de Reinstalação²⁴. Neste contexto, em 2019, Portugal acolheu um total de 2.225 pedidos.

Figura 8. Evolução dos pedidos de proteção internacional em Portugal 2007-2019



Fonte: SEF, Retirado de Oliveira e Gomes (2020:39).

²⁰ No contexto da UE, a proteção internacional abrange o estatuto de refugiado e de proteção subsidiária. Cf. Oliveira, Catarina R. (2020-2). *Entrada, Acolhimento e Integração de Requerentes e Beneficiários de Proteção Internacional em Portugal. Relatório do Asilo 2020*. Coleção Imigração em Números. Disponível em: <https://www.om.acm.gov.pt/documents/58428/440932/Relatorio-Asilo-2020-OM.pdf/9f22513a-46ff-4f4b-a292-93347463d71c>

²¹ Em 2019, segundo dados do EUROSTAT, Portugal posicionava-se em 22.º entre os 28 Estados-membros da UE, sendo que os pedidos de proteção internacional a Portugal representaram apenas 0,3% do total de pedidos da UE28.

²² Porque este mecanismo funciona para pessoas a quem já foi concedido o estatuto de refugiado, os números inerentes a estes processos não estão contabilizados no número total de pedidos de proteção internacional.

²³ Cf. Oliveira, Catarina R. (2020-2).

²⁴ O Mecanismo Europeu de Reinstalação prevê dois programas – Acordo UE/Turquia 1x1 ao abrigo do qual Portugal recebeu, em 2016 e 2017, 142 indivíduos; o Reinstalação UE50mil, ao abrigo do qual Portugal recebeu em 2018 e 2019 um total de 409 indivíduos.

Segundo o mais recente relatório estatístico anual do Observatório das Migrações²⁵, os dados relativos às características demográficas básicas dos requerentes de proteção internacional em Portugal, em 2019, dizem-nos que 77% dos requerentes vêm da África, 8,7% da América e 7,4% da Ásia. Confirma-se uma sobre representação dos requerentes do sexo masculino (representam 73% do total de pedidos), com destaque para as nacionalidades da Gâmbia, do Senegal e da Guiné-Bissau). Relativamente ao sexo feminino as nacionalidades onde houve maior representatividade foram Venezuela, República Democrática do Congo, Camarões, Ucrânia e Angola (Oliveira, 2020-1:97).

Já, segundo dados do SEF para 2019²⁶, a distribuição dos requerentes de proteção internacional em Portugal, por grupos etários, confirma a tendência de uma sobre representação de requerentes com idades entre 19 e 39 anos (67,8% do total de requerentes), principalmente oriundos da Guiné, da Guiné-Bissau, do Senegal e da Gâmbia. Segue-se o grupo etário até 18 anos de idade (19,5% dos requerentes), onde se destacam os nacionais de Angola, Ucrânia e da República Democrática do Congo. No grupo com idades entre 40 e 64 anos (representa 12% dos requerentes), prevalecem cidadãos da Ucrânia, Venezuela e Nigéria. Por último dizer que são praticamente inexistentes requerentes com 65 e mais anos de idade (0,6%).

Não obstante, nem todos os pedidos de proteção internacional obtêm deferimento. Ainda assim, o incremento dos pedidos de proteção internacional em território nacional nos últimos anos reflete-se, também, na evolução das concessões do estatuto de refugiado e de proteção subsidiária no país, que aumentou substantivamente na última década, mas especialmente entre 2016 e 2018.

Em 2019 o estatuto de refugiado foi concedido a um total 183 pessoas, num total acumulado, entre 2015-2019, de 724 autorizações de residência concedidas por esse motivo, enquanto entre 2010 e 2014 foram apuradas 82 concessões. Quanto à concessão de autorização de residência a beneficiários de proteção subsidiária, na última década, o número destas concessões foi superior à atribuição do estatuto de refugiado. Se entre 2010 e 2014 foram concedidas 380 autorizações, entre 2015-2019 esse número subiu para 1327.

²⁵ Cf. Oliveira, Catarina R. (Coord.) (2020-1). *Indicadores de Integração de Imigrantes 2020. Relatório Estatístico Anual*. Coleção Imigração em Números do Observatório das Migrações.

²⁶ Cf. Oliveira, Catarina, R. (2020-2:98). SEF/GEPF (2019). *Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo de 2019* (RIFA 2019). Oeiras: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras. Disponível em: <https://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa2019.pdf>

Tabela 9. Concessões de Proteção Internacional em Portugal, por Tipologia (vários anos)

Tipologia	2019	2010-2014	2015-2019
Estatuto de Refugiado	183	82	724
Proteção subsidiária	113	380	1327
Mecanismo Europeu de Reinstalação (Acordo UE/Turquia 1x1)*	-	-	142
Mecanismo Europeu de Reinstalação (Reinstalação 50mil)*	370	-	409
Programa Europeu de Recolocação***	-	-	1550
Recolocação ad hoc**	100	-	184
Menores não acompanhados	46	-	197
Mulheres e raparigas	24	-	24

Fonte: SEF, Rifa 2019; Oliveira, Catarina, R. (2020); Oliveira, Catarina R. (Coord.) & Gomes, Natália (2020)

Nota: *Implementado nos anos 2016 e 2017; **Implementado nos anos 2018 e 2019;

***Implementado nos anos 2015-2018

No concelho de Castelo Branco estão identificadas 30 famílias, o que corresponde a 115 indivíduos, entre refugiados (3 agregados familiares) e requerentes de asilo (27 agregados familiares).

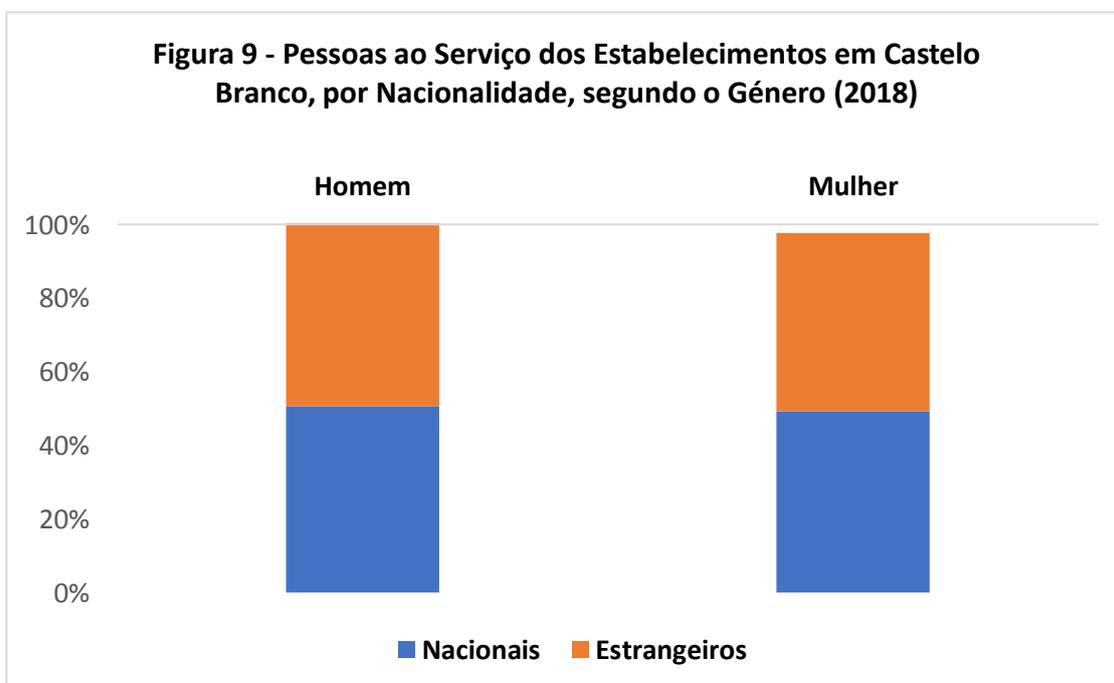
Conseguimos apurar que pelo menos 49 são mulheres e 46 são homens, sendo que a maior parte dos homens está desempregado (apenas 4 trabalham) e que as mulheres são domésticas. As nacionalidades são: Afeganistão, Angola, Eritreia, Paquistão, Sudão do Sul e Ucrânia.

Estes agregados familiares estão no concelho de Castelo Branco ao abrigo do Protocolo entre o CPR e o Instituto de Segurança Social (25 agregados, 86 beneficiários) e do Acordo PAR/Cáritas Interparoquial de Castelo Branco (5 agregados, 29 beneficiários).

Capital Humano²⁷

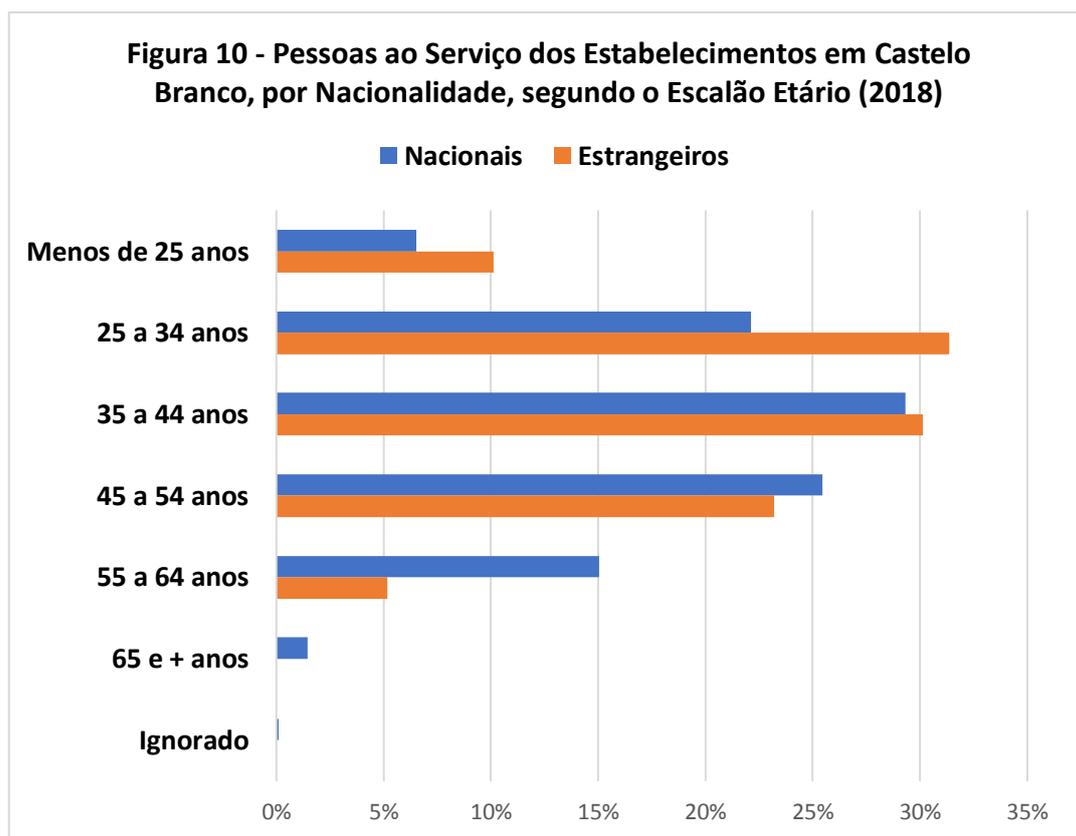
Veja-se de seguida alguns dados de caracterização demográfica das pessoas ao serviço nos estabelecimentos do concelho de Castelo Branco em 2018.

Segundo os dados dos Quadros de Pessoal 2018, havia um total de 13290 pessoas ao serviço, sendo que 12885 eram nacionais portugueses (97%) e 405 eram nacionais estrangeiros (3%). Na Figura 9 pode observar-se que a distribuição do pessoal ao serviço, segundo o género, é essencialmente idêntica, isto é, não há grandes diferenças entre homens e mulheres, sejam nacionais, sejam estrangeiros – no total há, em 2018, 51% de homens e 49% de mulheres ao serviço dos estabelecimentos do concelho de Castelo Branco, sendo que o número de homens estrangeiros é 1pp superior ao número de homens portugueses e no caso das mulheres surge a situação inversa. Quando analisamos essa distribuição segundo o escalão etário (Cf. Figura 10), pode observar-se o peso dos estrangeiros, principalmente no grupo etário 25-34 anos (mais 9pp relativamente aos portugueses nesse grupo) e no grupo etário menos de 25 anos (3pp a mais relativamente aos portugueses) e, em menor grau, no grupo 35-44 anos diferença de 1pp face aos portugueses). Estes dados refletem a estrutura etária jovem e em plena idade ativa das comunidades que migram para o país e em particular para o concelho de Castelo Branco.



Fonte: GEP/MTSSS, Quadros de Pessoal 2018

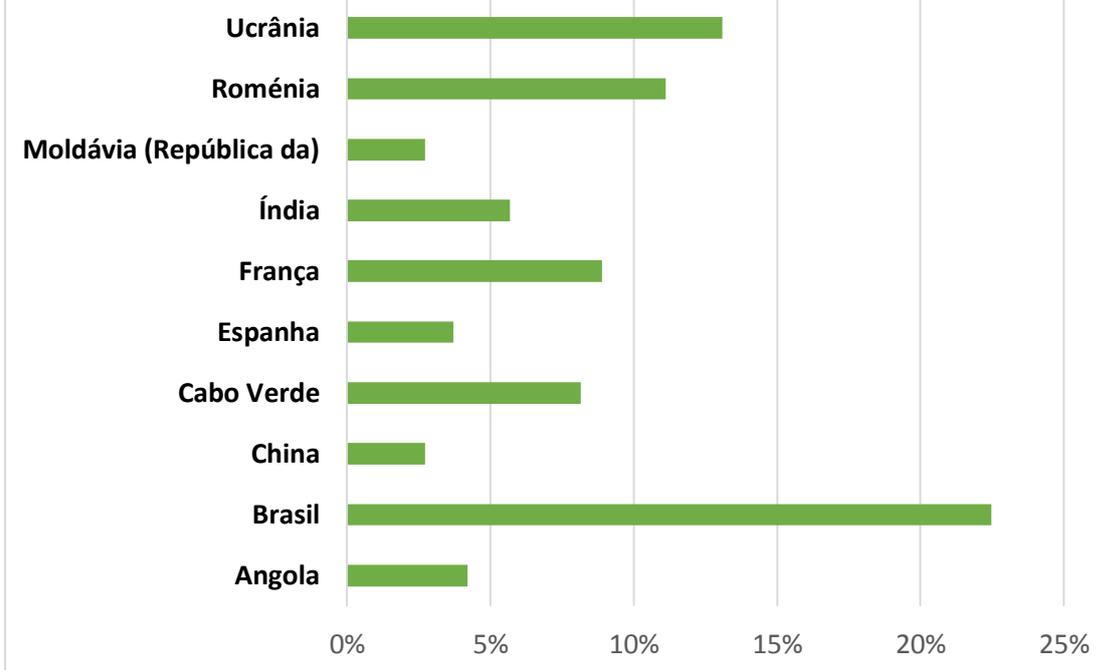
²⁷ Secção do texto baseada no levantamento documental e estatístico realizado para o Manual “Benefícios da Integração e da Diversidade Cultural nas Empresas”. Não Publicado.



Fonte: GEP/MTSSS, Quadros de Pessoal 2018

Ainda em relação a esta breve caracterização demográfica parece relevante mencionar as 10 principais nacionalidades dos cidadãos estrangeiros que estavam ao serviço dos estabelecimentos do concelho de Castelo Branco em 2018 (Cf. Figura 11). Destacam-se claramente os nacionais do Brasil, representando quase 1/4 dos estrangeiros (23%) ao serviço dos estabelecimentos no concelho. Mas, podemos também observar o peso dos cidadãos da Ucrânia (13%), Roménia (11%), França (9%) e Cabo Verde (8%). Fazem ainda parte desta lista Top 10 dos cidadãos estrangeiros ao serviço dos estabelecimentos em Castelo Branco, a Índia (6%), Angola e Espanha (4% cada), Moldávia e China (3% cada).

Figura 11 - Pessoas Estrangeiras ao Serviço dos Estabelecimentos em Castelo Branco, segundo as 10 Principais Nacionalidades (2018)



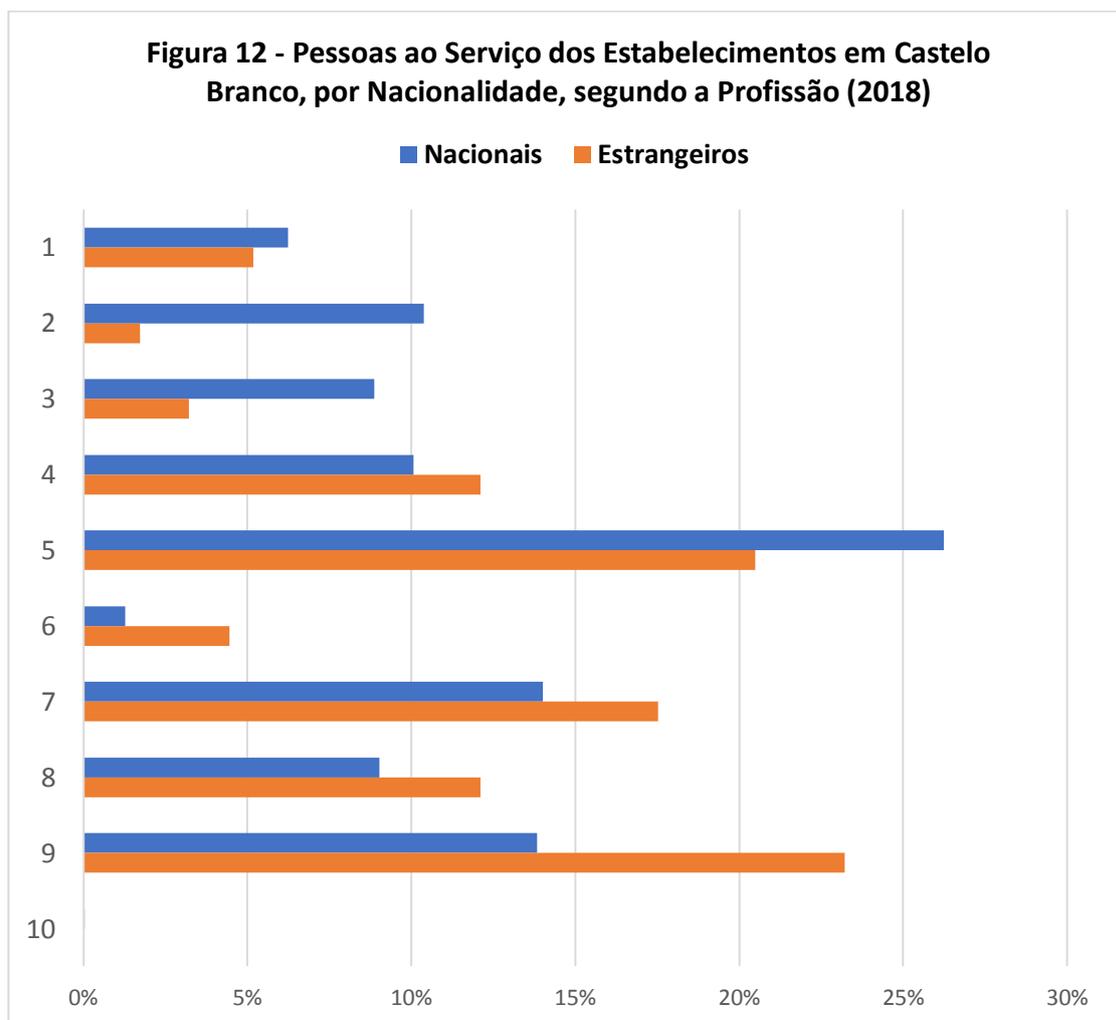
Fonte: Fonte: GEP/MTSSS, Quadros de Pessoal 2018

Pegando em três indicadores que geralmente são usados para medir a integração dos migrantes no mercado de trabalho e aplicando-os aos dados disponíveis para o concelho de Castelo Branco, analisa-se, sucintamente, a distribuição da população ao serviço dos estabelecimentos, por nacionalidade, segundo a profissão declarada (Cf. Figura 12), assim como segundo o regime de duração do trabalho (Cf. Figura 13) e o tipo de contrato (Cf. Figura 14).

Na Figura 12 temos a distribuição da população ao serviço dos estabelecimentos no concelho de Castelo Branco, por nacionalidade, segundo a profissão declarada (Cf. Legenda Figura 12), podendo observar-se que a maioria das pessoas ao serviço (54% dos nacionais e 61% dos estrangeiros) se encontram inseridas nos grupos 5, 7 e 9; ou seja, Trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores; Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices; Trabalhadores não qualificados, respetivamente. Refinando a análise pode concluir-se que no grupo 5, entre o número de nacionais e de estrangeiros, há 5pp de diferença (26% e 21% respetivamente). Já no grupo 9, a diferença entre o número de nacionais e estrangeiros ao serviço com esta profissão é de 9pp (14% e 23%, respetivamente). Na

análise destes dados é ainda significativo realçar a presença de pessoas ao serviço no grupo 7 (Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices) com 14% dos nacionais e 18% dos estrangeiros.

Numa outra perspetiva, comparando nacionais e estrangeiros em cada categoria, salienta-se a presença dos nacionais nos grupos profissionais 2 (Especialistas das atividades intelectuais e científicas) e 3 (Técnicos e profissões de nível intermédio) com 10% e 9% das pessoas ao serviço, respetivamente, enquanto que os estrangeiros, em cada uma dessas categorias, era de 2% e 3%, respetivamente. Em contrapartida, a presença de estrangeiros torna-se mais significativa nos grupos profissionais 9 (Trabalhadores não qualificados) e 6 (Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura, da pesca e da floresta) com 23% e 4,4% das pessoas, respetivamente, enquanto há 14% e 1,3% de nacionais com essas profissões ao serviço dos estabelecimentos no concelho de Castelo Branco.

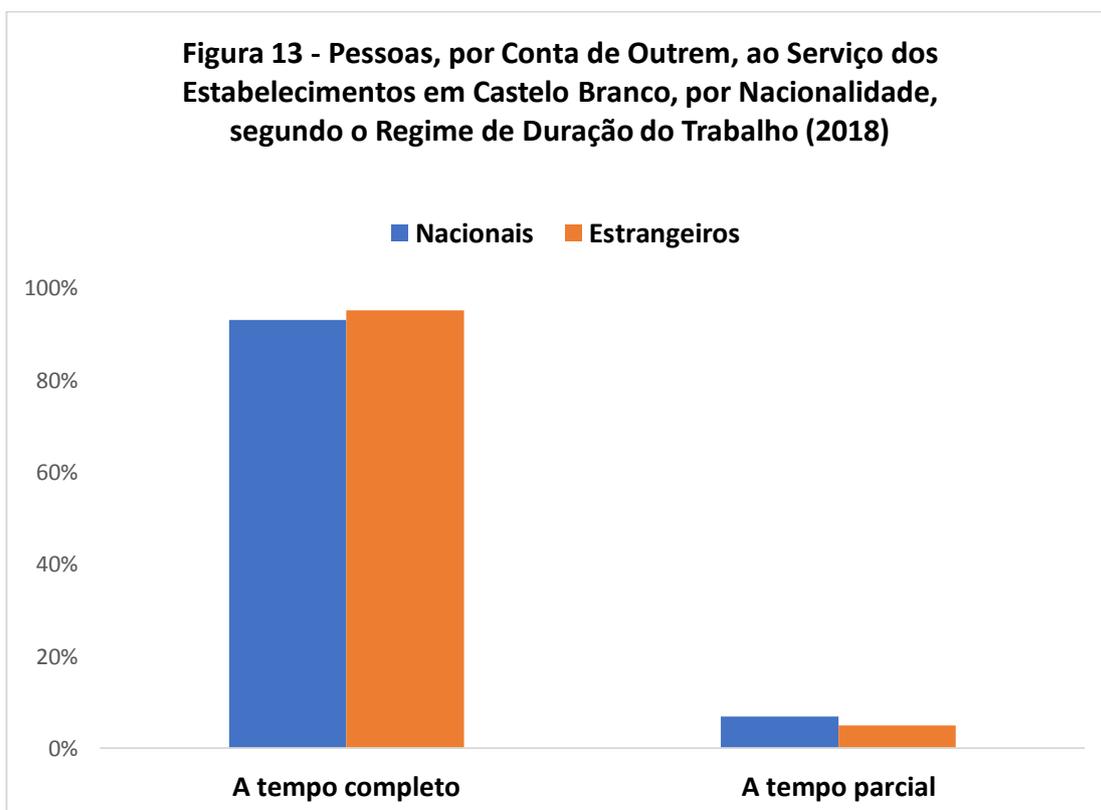


Fonte: GEP/MTSSS, Quadros de Pessoal 2018

Legenda:

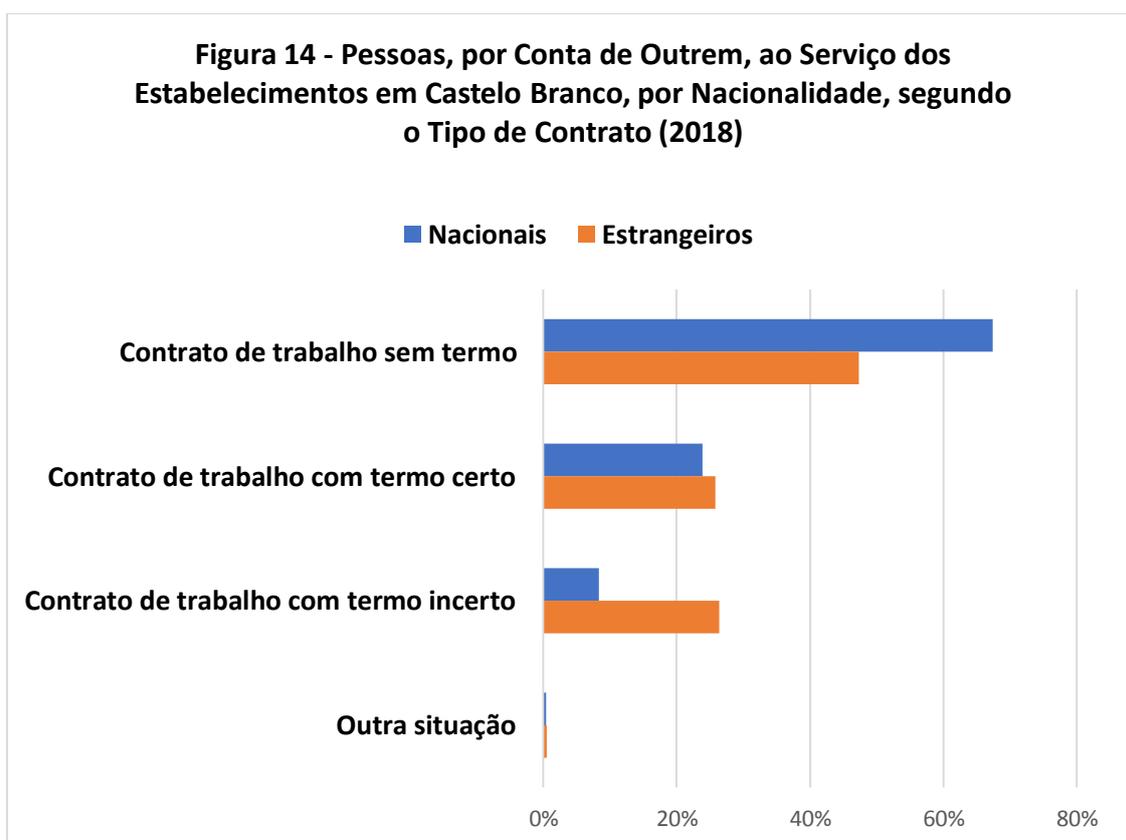
- 1 Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos, dirigentes, diretores e gestores executivos
- 2 Especialistas das atividades intelectuais e científicas
- 3 Técnicos e profissões de nível intermédio
- 4 Pessoal administrativo
- 5 Trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores
- 6 Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura, da pesca e da floresta
- 7 Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices
- 8 Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem
- 9 Trabalhadores não qualificados
- 10 Ignorada

Em relação ao regime de duração do trabalho das pessoas ao serviço dos estabelecimentos no concelho de Castelo Branco (Cf. Figura 13), o destaque vai para o fato de a esmagadora maioria dos trabalhadores exercer as suas funções a tempo inteiro, sendo essa percentagem 2pp superior para os trabalhadores estrangeiros (95%, enquanto para os nacionais o valor é de 93%).



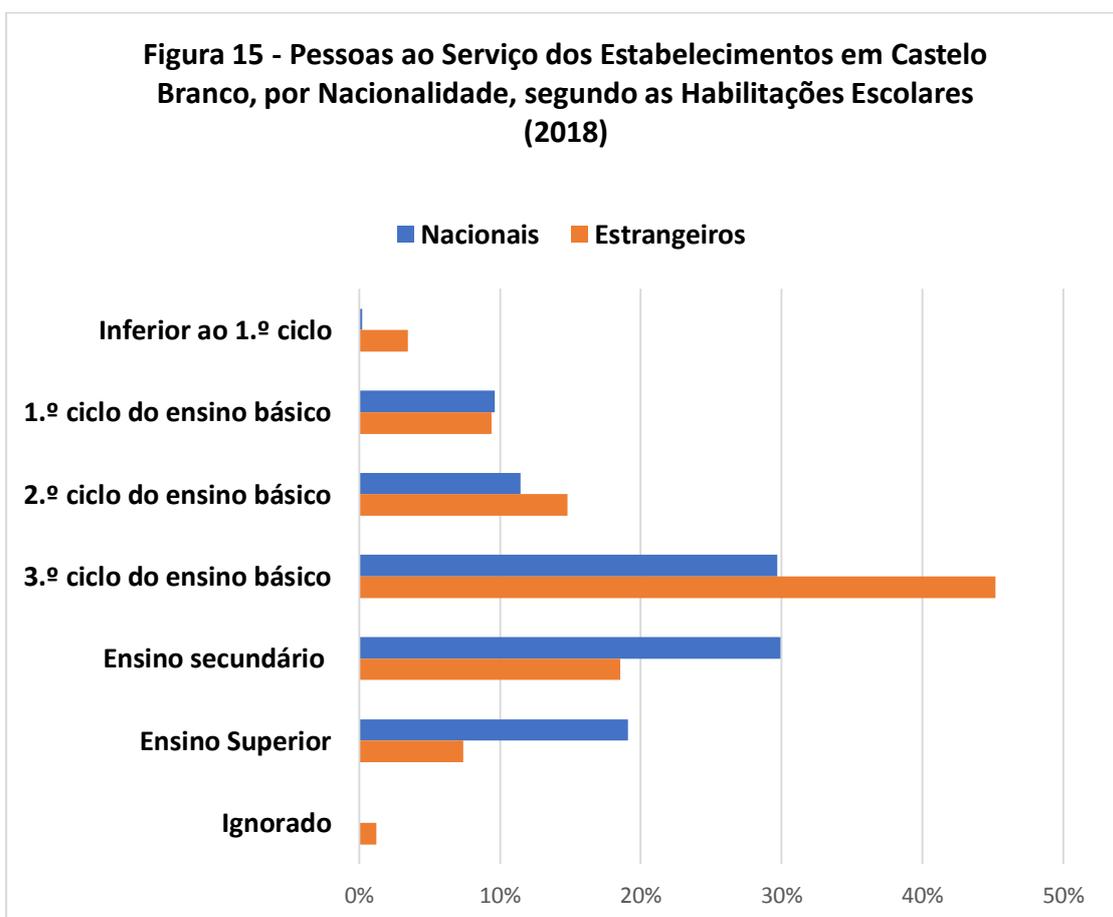
Fonte: GEP/MTSSS, Quadros de Pessoal 2018

Já no que diz respeito ao tipo de contrato das pessoas ao serviço dos estabelecimentos no concelho de Castelo Branco (Cf. Figura 14), podemos observar que pouco mais de metade (52,2%) dos estrangeiros tem contratos a termo incerto ou certo (26% em ambos os casos), enquanto apenas cerca de 32% dos nacionais se encontram nessa situação. O refinamento dos dados permite concluir que cerca de 1/4 de todos os trabalhadores têm contratos a termo certo, sendo que a percentagem é ligeiramente superior no caso dos estrangeiros, em que 26% das pessoas se encontram nessa situação, enquanto que essa condição é vivida por 24% dos nacionais. No entanto, o peso dos estrangeiros destaca-se na quantidade de pessoas que tem contrato de trabalho com termo incerto 26% por oposição a 8% de nacionais. Pode também observar-se que 67% dos nacionais e 47% dos estrangeiros têm contratos sem termo, pelo que, comparativamente, estes últimos se encontram numa situação menos favorável. Há ainda uma percentagem muito similar, tanto para nacionais (0,4%) como para estrangeiros (0,5%) que se encontram em outras situações contratuais não especificadas.



Fonte: GEP/MTSSS, Quadros de Pessoal 2018

Pegando no indicador das habilitações dos trabalhadores e analisando os dados relativos às pessoas ao serviço dos estabelecimentos no concelho de Castelo Branco (Cf. Figura 15), pode observar-se que a maioria dos trabalhadores detêm o 3º ciclo do ensino básico (7º, 8º, 9º anos de escolaridade) ou o ensino secundário (10º, 11º, 12º anos) - 60% no caso dos nacionais e 64% no caso dos estrangeiros. Esmiuçando a análise vê-se claramente o peso dos estrangeiros que detêm o 3º ciclo do ensino básico (45%) comparativamente com os nacionais (30%). Os nacionais estão mais representados entre as pessoas ao serviço com o ensino secundário, em que 30% e 19%, respetivamente, detêm essas habilitações (os valores para os estrangeiros, nessas categorias é de 19% e 7% respetivamente). Com o 2.º ciclo do ensino básico temos 11% dos nacionais e 15% dos estrangeiros; e com o 1.º ciclo do ensino básico ou inferior, temos 10% dos nacionais e 13% dos estrangeiros, sendo que a maior diferença percentual se encontra entre as pessoas com habilitações inferiores ao 1º ciclo (0,2% e 3,5%, respetivamente para nacionais e estrangeiros). Relativamente ao ensino superior, 19% dos nacionais e 7,4% dos estrangeiros ao serviço detêm essa habilitação escolar.



Fonte: GEP/MTSSS, Quadros de Pessoal 2018

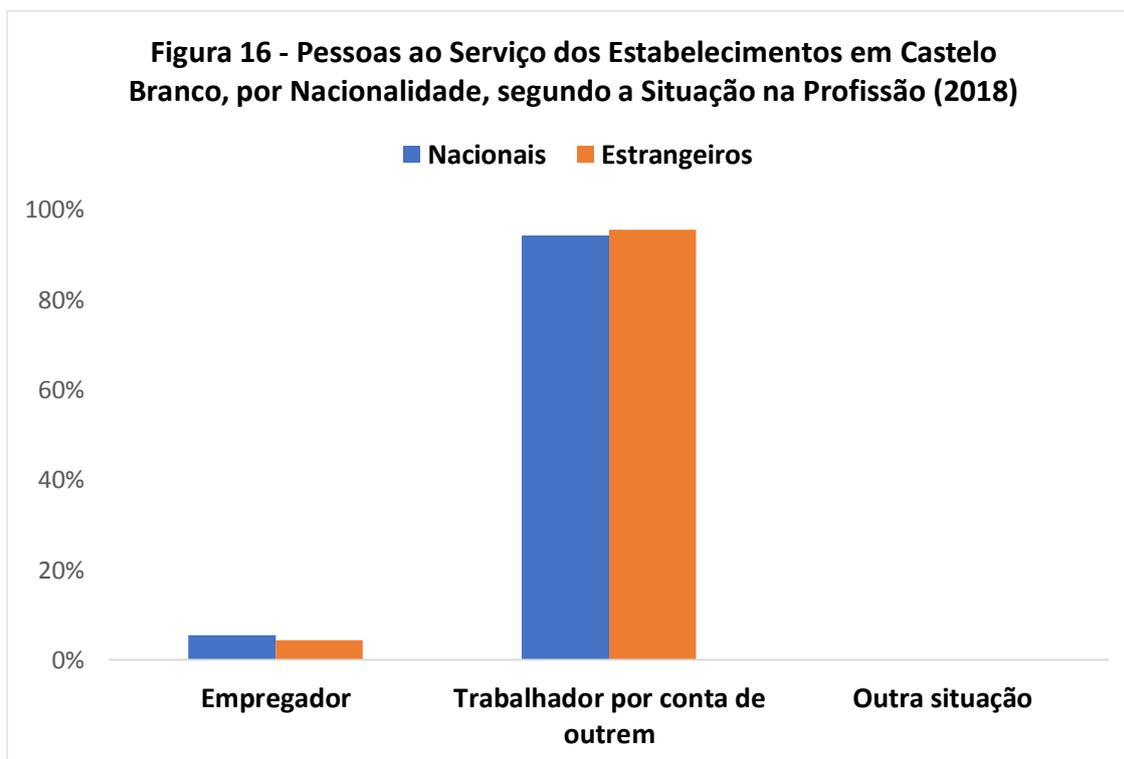
Em relação às remunerações base médias, continua a verificar-se um desequilíbrio quando comparamos os trabalhadores portugueses e estrangeiros. Em média, os trabalhadores estrangeiros têm remunerações mais baixas (em 2018 foi -5,4%) que os trabalhadores portugueses, embora tenham nos últimos anos reduzido essa discrepância (era -9,4% em 2011). Os dados das remunerações diferem também em função do país de nacionalidade do trabalhador – por comparação aos trabalhadores portugueses são os nacionais dos países terceiros aqueles que tendem a obter remunerações médias mais baixas pelo seu trabalho, enquanto os trabalhadores nacionais de países da União Europeia obtêm as remunerações mais altas.

Segundo dados dos Quadros de Pessoal 2018 para o concelho de Castelo Branco, os estrangeiros recebem, em média, menos 84,69 euros que os nacionais – a remuneração média das pessoas portuguesas ao serviço nos estabelecimentos de Castelo Branco é de 959,70 euros, enquanto a dos estrangeiros é de 875,01 euros.

Nas últimas décadas os estrangeiros têm apresentado taxas de empreendedorismo superiores às taxas dos portugueses, tendo-se notado o aumento da importância relativa dos empregadores estrangeiros no total de empregadores do país – enquanto o número de empregadores estrangeiros tem aumentado, o número de empregadores portugueses tem diminuído. Entre 2012 e 2017, a importância relativa de empregadores estrangeiros no total de empregadores do país passou de 3,58% para 4,39%, seguindo a evolução positiva dos trabalhadores estrangeiros registados nos Quadros de Pessoal, identificando-se o empreendedorismo como uma alternativa ao trabalho por conta de outrem no país. De 2012 para 2017 os empregadores estrangeiros tiveram uma evolução bastante positiva (+21%) e equiparada à evolução dos trabalhadores estrangeiros por conta de outrem (+25%). Esta evolução dos estrangeiros registados nos Quadros de Pessoal contrasta com a evolução dos portugueses, para os quais o aumento foi essencialmente no número de trabalhadores por conta de outrem (+16%), tendo sido residual a evolução dos empregadores portugueses (+2,3%).

Ao analisarmos a distribuição das pessoas ao serviço dos estabelecimentos no concelho de Castelo Branco, segundo a situação na profissão (Cf. Figura 16), pode observar-se que a esmagadora maioria dos trabalhadores, nacionais e estrangeiros, o são por conta de outrem (94% e 96%, respetivamente). Já no que diz respeito aos empregadores no concelho, podemos observar que 98% são nacionais e apenas 2,4% são estrangeiros, ainda assim, quando analisamos esta distribuição tendo em conta o peso em cada uma das populações, observa-se que o número de empregadores está

bastante próximo, 5,6% das pessoas nacionais ao serviço e 4,4% das pessoas estrangeiras.



Fonte: GEP/MTSSS, Quadros de Pessoal 2018

Por último, apenas referir que, em Portugal, a relação entre as contribuições dos estrangeiros e as prestações sociais de que beneficiam traduz, há várias décadas, um saldo financeiro bastante positivo. Em 2018, as contribuições dos estrangeiros para a segurança social foram de 746,9 milhões de euros e os gastos do sistema com prestações sociais de que os contribuintes estrangeiros beneficiam foi de 95,6 milhões.

Adicionalmente a imigração tem permitido aliviar e contrabalançar os efeitos da pressão que o sistema de Segurança Social português sofre, face aos efeitos do envelhecimento demográfico. Isto é, globalmente a população estrangeira residente em Portugal tem um papel particularmente importante para compensar a debilidade das contas do sistema de Segurança Social, contribuindo para um relativo alívio do sistema e para o seu equilíbrio e a sua sustentabilidade.

2.2.2 População Migrante Inquirida

No âmbito da concretização deste diagnóstico e com o objetivo de aferir as principais necessidades e/ou dificuldades dos migrantes nacionais de países terceiros (NPT), foram realizados inquéritos por questionário a esses cidadãos entre 12 de Outubro e 22 Dezembro 2020.

Dados os condicionalismos inerentes à situação epidemiológica no país nesta altura, optou-se por realizar a maioria dos inquéritos (90%) aos cidadãos NPT utilizadores do Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes do concelho de Castelo Branco, localizado nas instalações da Amato Lusitano – Associação de Desenvolvimento.

No total foram realizados 206 inquéritos, numa amostragem aleatória simples e não probabilística da população migrante.

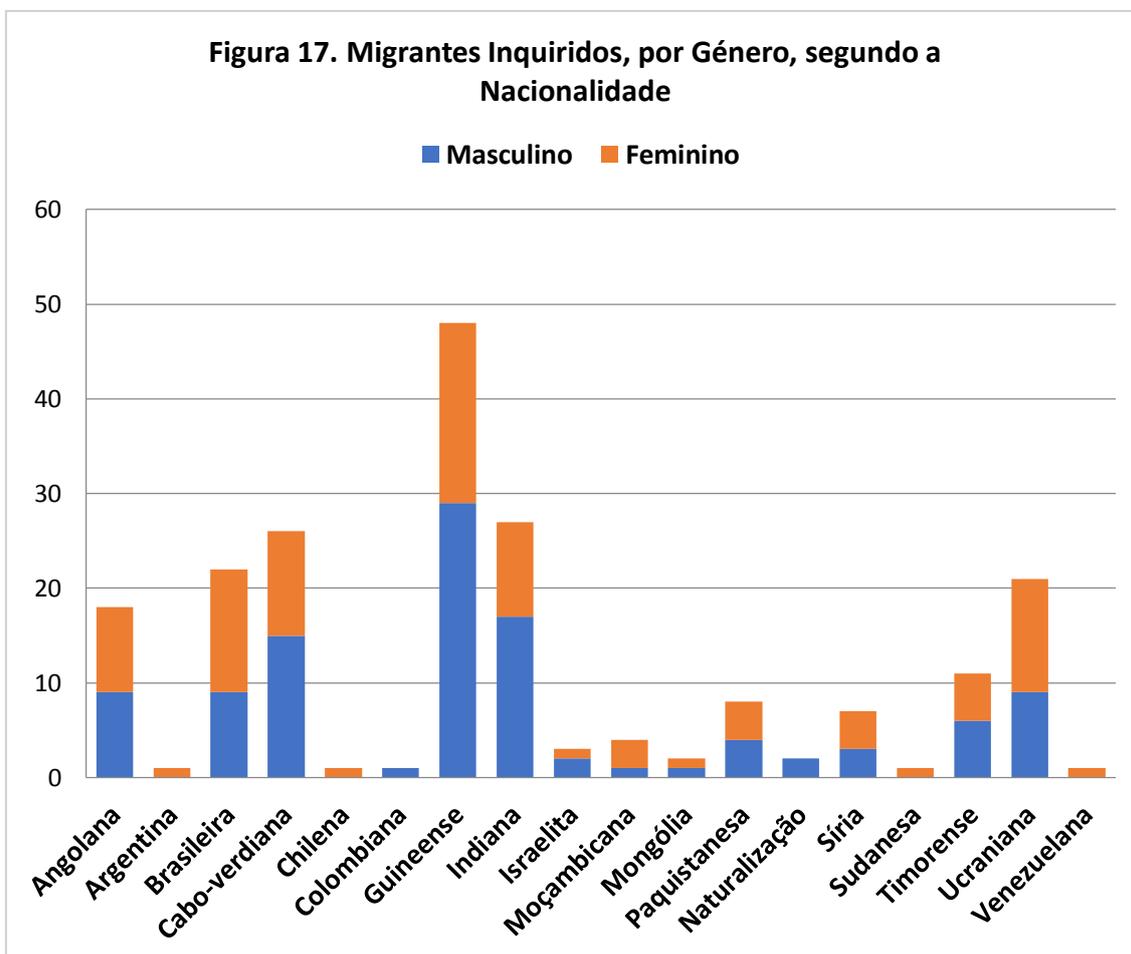
A análise das características demográficas dos migrantes são basilares e indispensáveis em qualquer análise dos processos migratórios, pois permitem-nos identificar a fase do ciclo de vida em que os migrantes se encontram e melhor compreender as motivações, estratégias de integração e planos futuros, assim como, constrangimentos e potencialidades para os territórios de destino.

Observando os dados relativos às características de género e origem dos migrantes NPT inquiridos, conclui-se que, dos 206 respondentes, 108 são homens (52%) e 98 são mulheres (48%) e que foram inquiridos indivíduos de 18 nacionalidades distintas²⁸, sendo as mais representativas a guineense (Guiné-Bissau), detida por 24% dos inquiridos; a indiana (13%); a cabo-verdiana (13%); a brasileira (11%); a ucraniana (10%); a angolana (9%); a timorense (5%); a paquistanesa (4%); e a nacionalidade síria (3%). Estas nove nacionalidades abrangem cerca de 91% dos inquiridos.

A distribuição por género (Cf. Figura 17), segundo as principais nacionalidades, permite-nos concluir que, em termos absolutos, os homens estão mais representados entre os nacionais da Índia (63%), Guiné-Bissau (60%) e Cabo Verde (58%); já as mulheres estão mais representadas entre os nacionais do Brasil e da Ucrânia, com 59% e 57% respetivamente. No conjunto dos cidadãos de Angola, Paquistão, Síria e Timor há uma distribuição praticamente igualitária entre homens e mulheres. Por último, o peso relativo dos homens é maior nos nacionais da Guiné Bissau, Índia e Cabo Verde, com 27%, 16% e 14% respetivamente; e o peso relativo das mulheres é maior nas nacionais da Guiné Bissau, Brasil e Ucrânia, com 20%, 14% e 13%

²⁸ Houve duas inquiridas que não indicaram a nacionalidade, N=204.

respetivamente, seguidas das cabo-verdianas (12%), indianas (10%) e angolanas (9%).



Fonte: Inquérito aos Migrantes NPT (Castelo Branco, 2020)

Na análise da estrutura etária da população inquirida (Cf. Figura 18) podemos verificar que ela é bastante jovem, já que 41% dos inquiridos tem menos de 25 anos e 51% tem entre 25 e 44 anos.

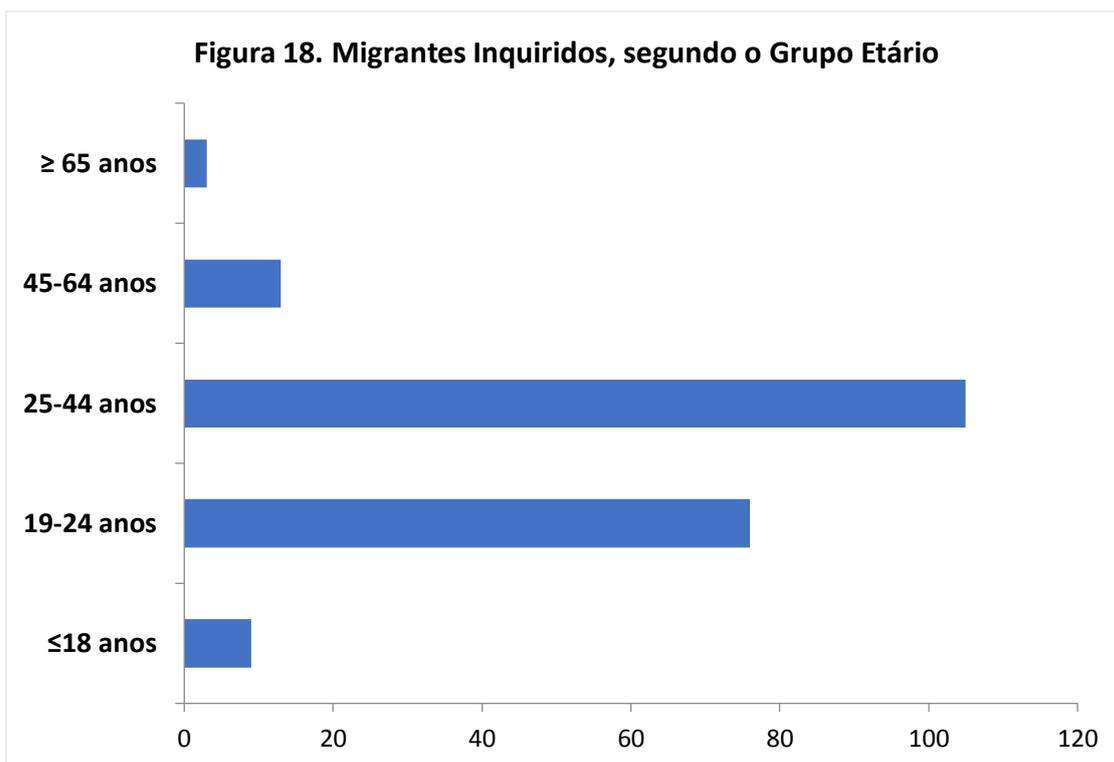
Efetivamente, o grupo etário 25-44 anos é aquele onde se encontra o maior número absoluto de respondentes (105 indivíduos). Se olharmos para as principais nacionalidades e como é que elas se distribuem em termos de grupos etários, observa-se claramente a importância dos cidadãos paquistaneses (todos os respondentes estão nesta faixa etária), dos brasileiros (82%), sírios (71%), indianos (67%) e ucranianos (57%) na composição deste grupo.

No escalão seguinte, dos 19-24 anos, temos 76 respondentes (corresponde a 37% dos inquiridos). Aqui o peso em termos de nacionalidades fica claramente com os guineenses (67%), cabo-verdianos (58%), angolanos (56%) e timorenses (55%). Não é alheio a esta composição o fato destes nacionais serem na esmagadora maioria

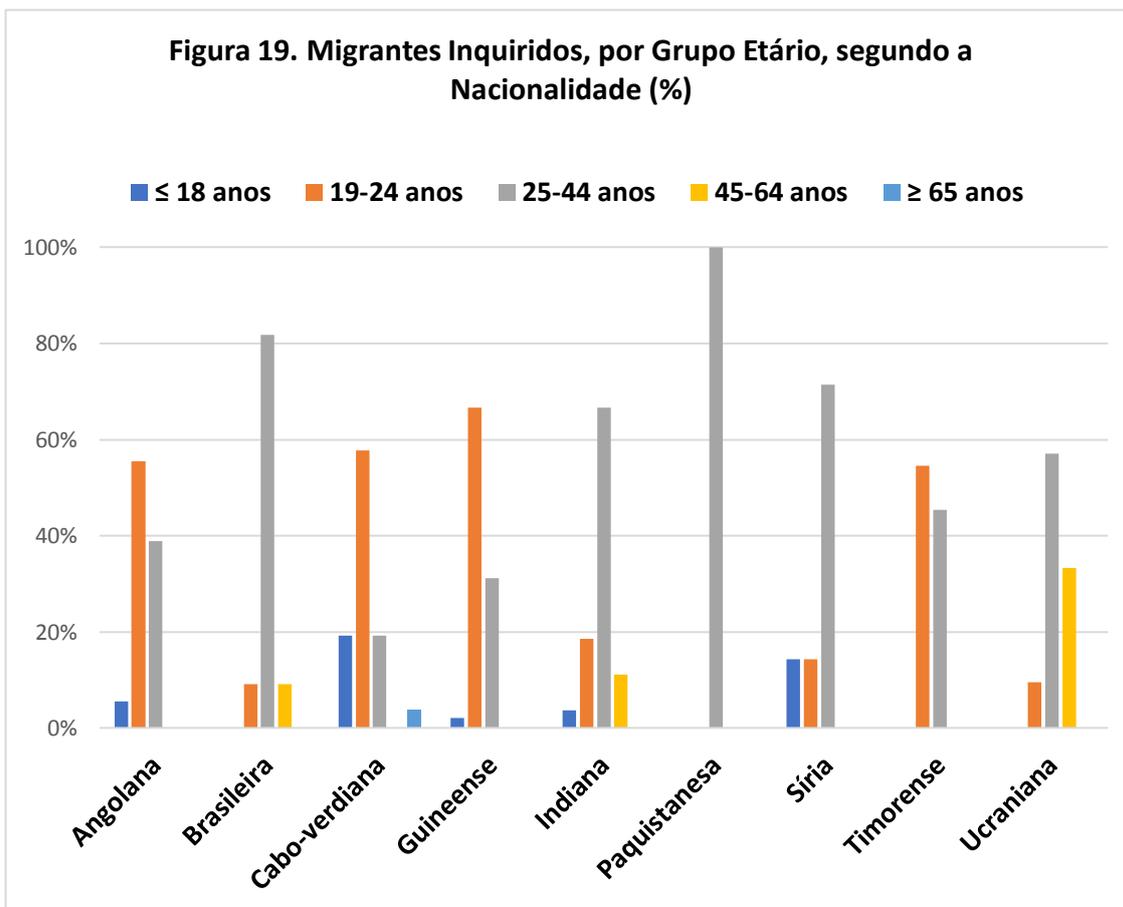
estudantes universitários (85%), que têm uma grande relevância na composição da população migrantes residente e inquirida e daí a pertinência da sua inclusão destacada nesta análise.

Com menor representatividade no total da população inquirida estão os respondentes com idade entre os 45-64 anos (6,3%) e igual ou inferior a 18 anos (4,4%). No primeiro grupo observa-se claramente a importância dos cidadãos da Ucrânia (33,3% estão nesta faixa etária), mas também da Índia (11%) e do Brasil (9%). No grupo de respondentes com 18 ou menos anos, destacam-se os nacionais de Cabo Verde e Síria com cerca de, respetivamente, 19% e 14% dos respondentes destas nacionalidades a enquadrarem-se neste grupo etário.

Por último, o grupo 65 ou mais anos apresenta um peso praticamente residual, com apenas 1,5% dos inquiridos a enquadrar-se nesta faixa etária, sendo todos de origem Cabo-verdiana.



Fonte: Inquérito aos Migrantes NPT (Castelo Branco, 2020)

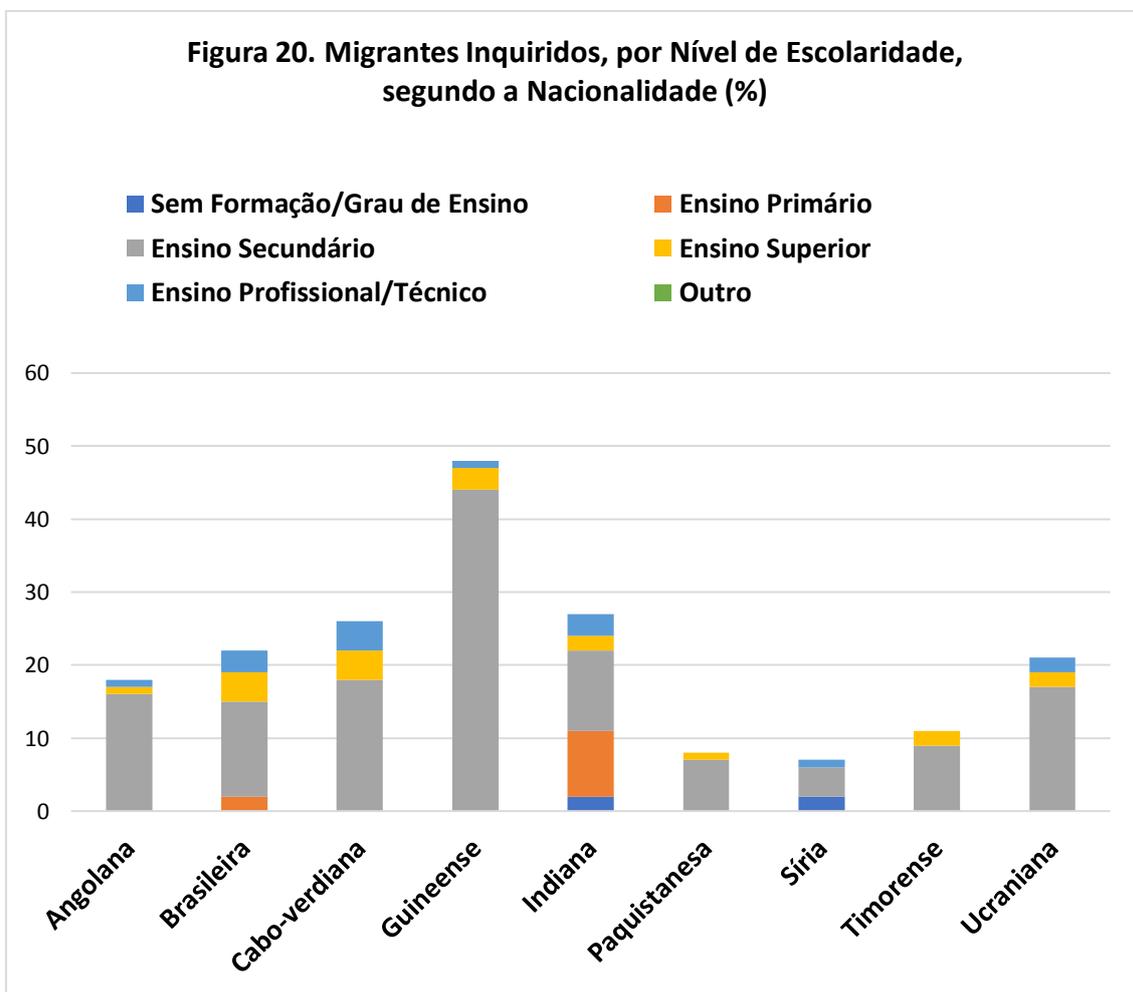


Fonte: Inquérito aos Migrantes NPT (Castelo Branco, 2020)

No que respeita ao nível de escolaridade da população inquirida, da análise dos dados recolhidos, pode observar-se que 71% tem o ensino secundário, 13% o ensino superior, 8% ensino profissional/técnico, 5% ensino primário, 3% não concluiu qualquer grau de ensino, e 0,5% tem outro grau de ensino. Nesta caracterização geral, dizer ainda que 35% dos respondentes são estudantes universitários na cidade.

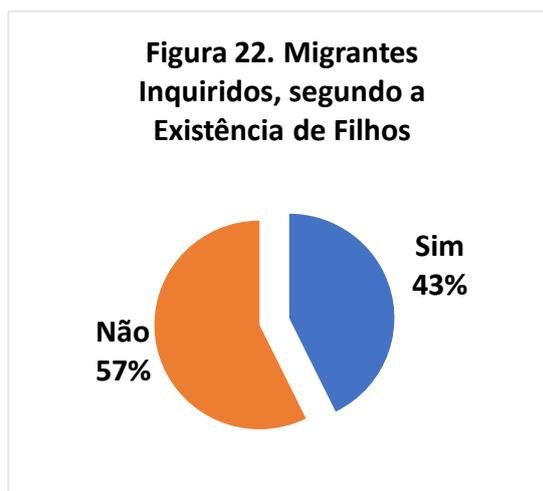
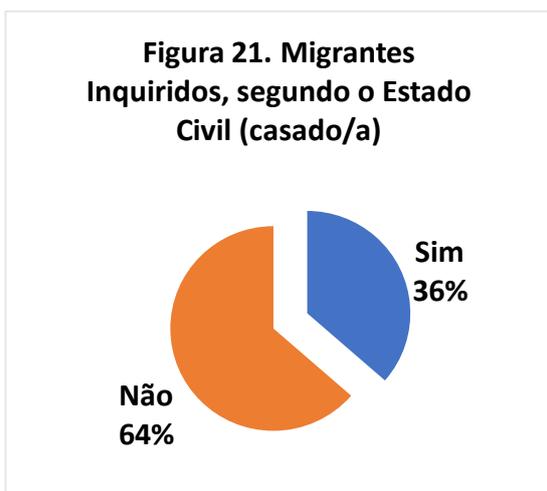
Numa análise mais apurada, segundo as nacionalidades mais representativas (Cf. Figura 20), observa-se que o ensino secundário é preponderante em todos os inquiridos, principalmente entre os nacionais da Guiné Bissau (92%), Angola (89%), Paquistão (88%), da Ucrânia (81%) e Timor (82%), mas também Cabo Verde (69%), Brasil (59%), Síria (57%) e Índia (41%). Entre os que mais representativos no ensino profissional/técnico estão os cabo-verdianos (15,4%), sírios (14,3%) e brasileiros (14%). Os menos qualificados são os respondentes da Síria, com 29% a indicarem não ter qualquer formação ou grau de ensino completo, bem como os cidadãos indianos onde 41% tem apenas o ensino primário ou nível de escolaridade inferior. Principalmente os cidadãos da Índia, mas também da Síria, Cabo Verde e Brasil são

os que apresentam uma maior distribuição de nacionais pelos diferentes níveis de escolaridade.



Fonte: Inquérito aos Migrantes NPT (Castelo Branco, 2020)

Quanto às características do agregado familiar, 36% dos inquiridos afirma ser casado/a e 43% diz ter pelo menos um filho/a. Ou seja, dos 75 respondentes casados, 66 têm pelo menos um filho/a, havendo ainda 22 respondentes que afirmam ter descendentes, mesmo não indicando ser casados (Cf. Figuras 21 e 22).



Fonte: Inquérito aos Migrantes NPT (Castelo Branco, 2020)

Em relação à ocupação profissional²⁹, a maioria dos respondentes afirmaram ser estudantes: 55% na origem e 47% no destino. Por outro lado, observa-se uma maior diversificação profissional no destino, comparativamente com a origem (Cf. Tabela 6). Na origem, 11% dos inquiridos enquadra-se, em termos profissionais, no grupo 7 “Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices”, mas essa percentagem desce para 7,2% aquando da indicação profissional no destino. O mesmo sucede no grupo profissional 2 “Especialistas das profissões intelectuais e científicas”, onde cerca de 7% dos inquiridos se inseria no país de origem e menos de metade (2,6%) se insere atualmente. Situação contrária pode ser observada na categoria 9 “Trabalhadores não qualificados”, em que vemos uma percentagem de inserção profissional neste setor muito baixa, na origem (1,7%), e que sobe para (10,8%) no destino. Ainda que em menor escala, observamos esta mesma situação acontecer com o grupo 5 “Trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores”, cuja percentagem de inquiridos a desenvolverem profissões neste grupo passa de 6,6% no país de origem para 8,2% no território de destino. Em suma, profissionais qualificados da indústria ou construção e especialistas das profissões intelectuais e científicas nos países de origem, passam a trabalhadores não qualificados ou trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção ou vendedores no país de destino.

De destacar ainda os valores para o grupo 1 “Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos, dirigentes, diretores e gestores executivos”, cujos valores passam de 1,1% na origem para 2,6% no destino, reflexo da capacidade empreendedora dos

²⁹ De notar que nesta questão tivemos um número considerável de casos omissos: 12% (25 indivíduos) no que à indicação da profissão de origem diz respeito e 6% (12 indivíduos) na indicação da profissão atual.

migrantes inquiridos. E em sentido oposto, os dados para a categoria “Doméstico/a” que apresenta valores praticamente iguais, quer na origem quer no destino, com 8,3% e 7,7%, respetivamente.

Tabela 10. Distribuição da População Inquirida, segundo o Grupo Profissional, na Origem e no Destino

Lista de profissões	Profissão na origem	Profissão atual
0. Profissões das forças armadas	0,6	-
1. Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos, dirigentes, diretores e gestores executivos	1,1	2,6
2. Especialistas das profissões intelectuais e científicas	7,2	2,6
3. Técnicos e profissionais de nível intermédio	-	1,0
4. Pessoal administrativo	-	-
5. Trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores	6,6	8,2
6. Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura, pesca e floresta	6,6	4,1
7. Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices	11,0	7,2
8. Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem	2,2	1,5
9. Trabalhadores não qualificados	1,7	10,8
Doméstica/o	8,3	7,7
Estudante	54,7	47,4
Desempregado/a	-	1,0
Reformado/a	-	0,5
Estudante/trabalhador	-	1,0
Doméstica/estudante	-	2,1
Desempregado/estudante	-	2,1
Total respondentes	181	194

Fonte: Inquérito aos Migrantes NPT (Castelo Branco, 2020)

Nota: Lista de profissões baseada na Classificação Portuguesa das Profissões de 2010 (CPP/2010) e referência a outras posições que podem ser assumidas face ao emprego

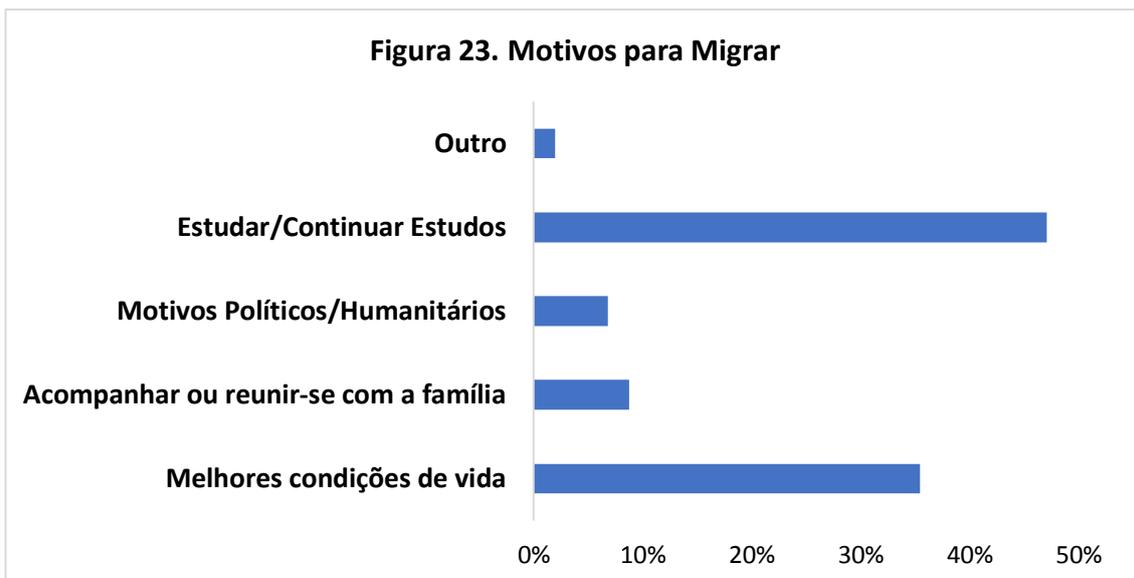
Símbolos: (-) não se aplica

Relativamente à distribuição territorial dos inquiridos, no que ao local de residência e de trabalho diz respeito, podemos dizer que cerca de 96,5% reside na cidade de Castelo Branco, 2% em outras freguesias do concelho e 1,5% nos concelhos vizinhos de Idanha-a-Nova e Vila Velha de Rodão.

A maioria dos inquiridos desempenha a sua atividade profissional/ocupacional na cidade ou concelho de Castelo Branco (73%) ou em outros concelhos do Distrito (23%) como, por exemplo, Fundão, Idanha-a-Nova e Vila Velha de Rodão (indicados por alguns respondentes). Em 8% dos casos os respondentes encontram-se em outra situação não especificada ou a questão não se lhes aplica porque são reformados ou estão desempregados.

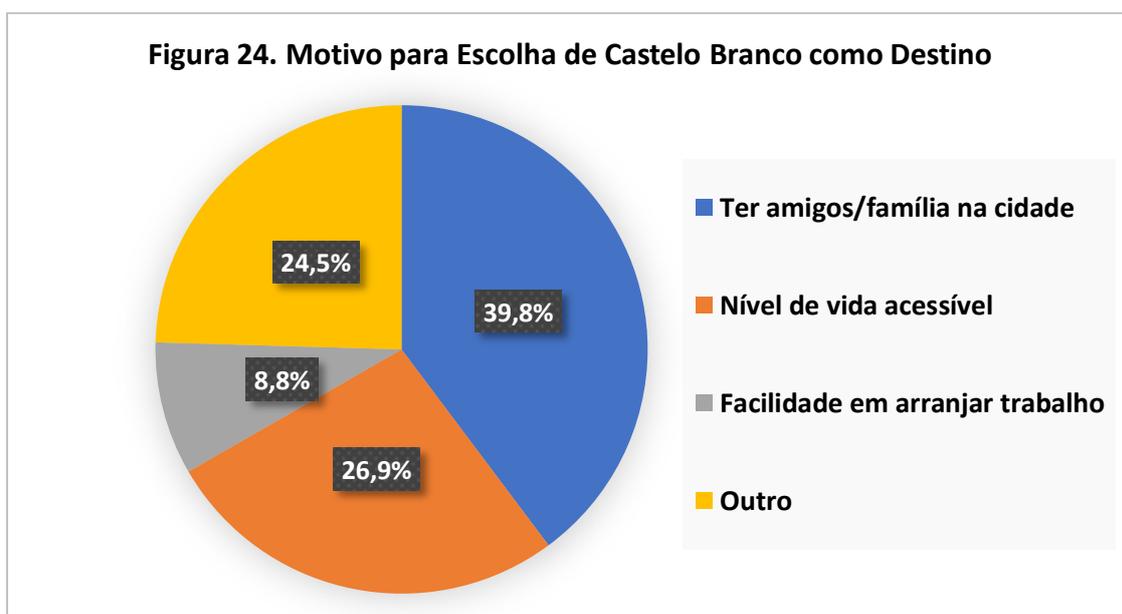
Na análise dos processos migratórios e estratégias de integração há também um conjunto de indicadores, como sejam as motivações para as deslocações, a escolha dos destinos e o tempo de permanência nos locais, que são fundamentais para a sua compreensão.

Nesta matéria, as características da amostra aqui estudada refletem-se nas respostas a estes indicadores. Não é por isso surpresa que quase metade dos respondentes (47%) indique como principal motivo para a migração, o vir estudar ou continuar os estudos, sendo que destes, 75% são guineenses e cabo-verdianos. Dos restantes inquiridos, mais de 1/3 (35,4%) diz ter migrado à procura de melhores condições de vida, sendo que desses, 36% são indianos e 27,4% são brasileiros. Já 9% veio acompanhar ou reunir-se com a família (59% são ucranianos) e 7% migrou por motivos políticos/humanitários (50% sírios e 43% paquistaneses) (Cf. Figura 23).



Fonte: Inquérito aos Migrantes NPT (Castelo Branco, 2020)

Sobre as motivações para escolherem Castelo Branco como destino, os inquiridos tinham a possibilidade de apresentar três motivos (Cf. Figura 24). Ter amigos/família na cidade foi indicado como principal motivo 86 vezes, o facto de a cidade ter um nível de vida acessível foi assinalado 58 vezes e a facilidade em arranjar trabalho foi sinalizada 19 vezes para a escolha do município como destino migratório em detrimento de outros. Por 53 ocasiões foram assinalados outros motivos, nomeadamente: estudar (vinte e nove casos – como indicador independente corresponderia a 14% dos inquiridos), políticos (dezassete casos – como indicador independente corresponderia a 8% dos inquiridos), pessoais (três casos) e acompanhar família (dois casos); há também dois casos omissos.

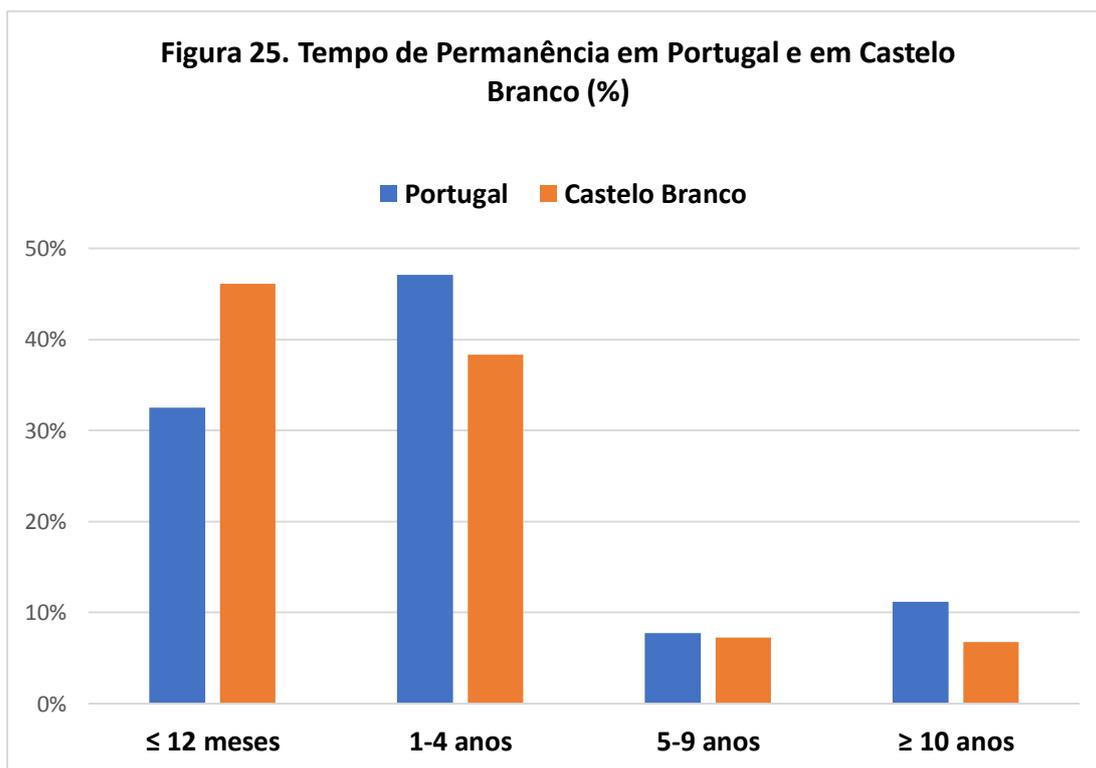


Fonte: Inquérito aos Migrantes NPT (Castelo Branco, 2020)

Relativamente ao tempo de permanência em Portugal e, especificamente, em Castelo Branco, cerca de 80% dos inquiridos está em Portugal há menos de 5 anos, e a percentagem sobe para cerca dos 85% para essa categoria em Castelo Branco, o que se explica pelo fato de praticamente metade dos inquiridos ser estudante e vir diretamente para a cidade da instituição de ensino.

Entre os que residem no país há um ano ou menos, podemos observar que aqueles que afirmam estar estão em Castelo Branco é superior aos que dizem ter estado nesse período de tempo em Portugal, o que significa que cerca de 14% destes inquiridos migrou diretamente para o município de Castelo Branco, nesse período. Destacam-se nesta categoria os migrantes guineenses, cabo-verdianos e angolanos (55%) mas também os indianos e os brasileiros (24%). Situação semelhante pode ter ocorrido com os respondentes que se inserem na categoria 5-9 anos de residência, onde constatamos valores muito semelhantes para os que estão em Portugal e em Castelo Branco. Nesta categoria destacam-se os indianos, que representam 1/3 dos respondentes.

Já nas categorias 10 ou mais anos e 1-4 anos podemos observar a situação inversa, ou seja, dos que estão em Portugal há 10 ou mais anos (11%), pouco mais de metade (7%) afirma ter residido sempre em Castelo Branco, ou seja, a outra metade viveu em outros locais do país e mais recentemente fixou-se no município – nesta categoria os ucranianos representam mais de 71% dos respondentes; tal também acontece com alguns respondentes (8,8%) que vivem no país entre 1 a 4 anos, onde a distribuição por nacionalidades está mais equilibrada: indianos, brasileiros e ucranianos representam mais de ¼ dos respondentes nesta categoria (27%) e guineenses, cabo-verdianos e angolanos representam 32%.



Fonte: Inquérito aos Migrantes NPT (Castelo Branco, 2020)

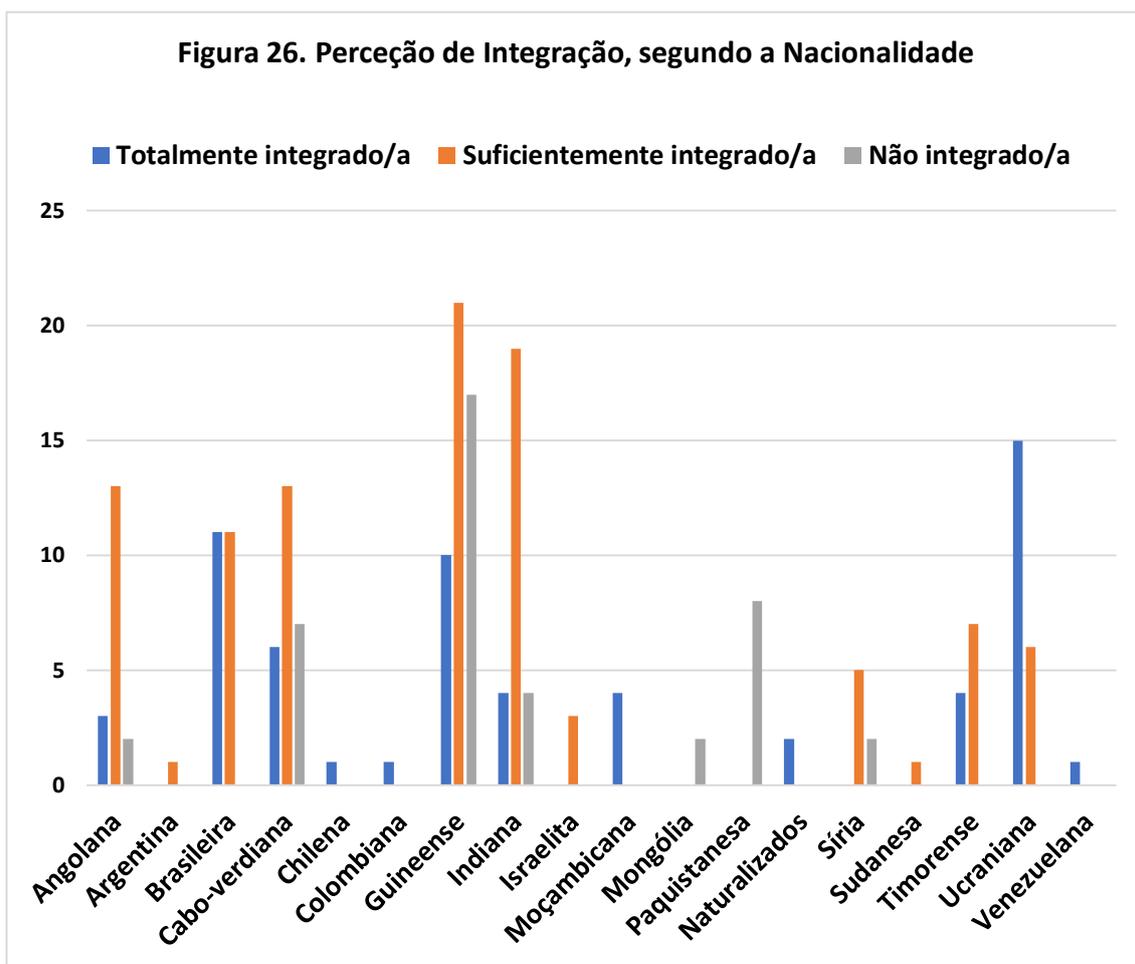
2.3 IDENTIFICAÇÃO DE DIFICULDADES & NECESSIDADES

2.3.1 Percepção e Prioridades de Integração

O inquérito aos migrantes NPT incluía duas questões específicas sobre integração. A primeira versava sobre a percepção quanto ao nível de integração geral e a segunda sobre os fatores considerados prioritários para uma maior e melhor integração.

No que à primeira questão diz respeito (Cf. Figura 26), os resultados mostram que, dos 204 inquiridos que responderam a esta questão, 49% diz estar “Suficientemente integrado/a”, 30% afirma-se “Totalmente integrado/a” e 21% declara estar “Não integrado/a”. Ao fazermos a análise desta percepção, segundo a nacionalidade dos inquiridos constatamos que a totalidade dos nacionais chilenos, colombianos, moçambicanos e venezuelanos afirmam estar “Totalmente integrado/a”. Em oposição, todos os nacionais do Paquistão e da Mongólia afirmam-se “Não integrado/a”; e os cidadãos da Argentina, Israel e Sudão dizem-se “Suficientemente integrado/a”. No caso dos cidadãos sírios a avaliação do nível de integração também é mais negativa, com 71% a indicar estar “Suficientemente integrado/a” e 29% a apontar estar “Não integrado/a”. Podemos também destacar os respondentes ucranianos que se encontram distribuídos entre “Totalmente integrado/a” (71%) e “Suficientemente integrado/a” (29%), os brasileiros que estão igualmente distribuídos entre essas duas categorias (50% cada) e os timorenses que estão distribuídos entre “Totalmente integrado/a” (36%) e “Suficientemente integrado/a” (64%).

As nacionalidades com maior distribuição pelos três indicadores são, naturalmente, os guineenses e os cabo-verdianos, sendo a avaliação dos segundos ligeiramente mais positiva do que a dos primeiros. Vejamos, 73% dos cabo-verdianos diz estar “Totalmente integrado/a” (50%) ou “Suficientemente integrado/a” (21%), enquanto os cidadãos guineenses com essa opinião são 65%, 44% para a categoria “Suficientemente integrado/a” e 21% na “Totalmente integrado/a”; por outro lado, 27% dos cabo-verdianos afirma estar “Não integrado/a”, enquanto esse valor é de 35% para os guineenses. Na mesma linha de análise surge a maioria dos nacionais indianos que se diz “Suficientemente integrado/a” (70%), 15% afirma estar “Totalmente integrado/a” e 15% indica estar “Não integrado/a”; situação semelhante no caso dos cidadãos angolanos que apresentam uma distribuição de 72%, 17% e 11% para essas mesmas categorias, respetivamente.



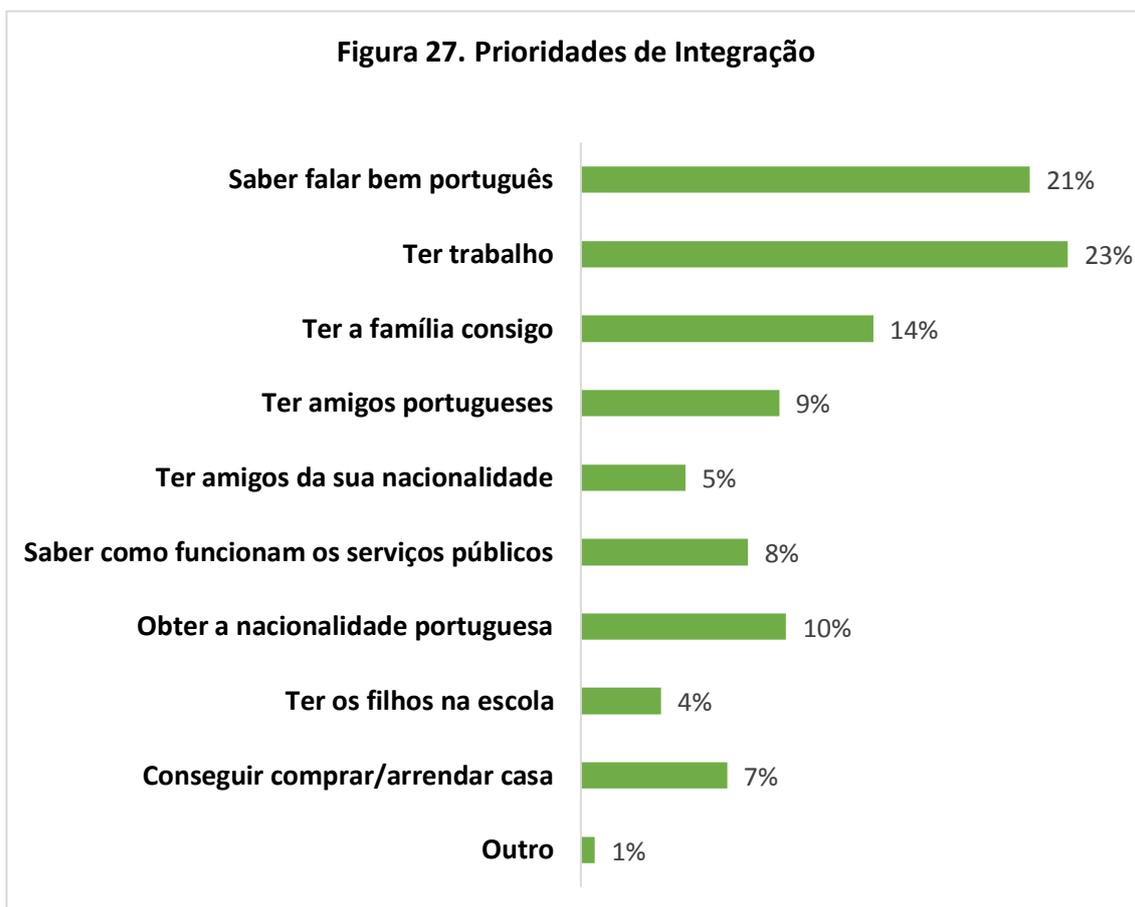
Fonte: Inquérito aos Migrantes NPT (Castelo Branco, 2020)

Questionados sobre os fatores que consideram prioritários para uma maior e melhor integração, os inquiridos poderiam indicar, numa lista predeterminada, até 3 opções, por ordem de primazia. A junção dessas opções (Cf. Figura 27) permite-nos aferir que “Ter trabalho” (indicado 140 vezes), “Saber falar bem português” (referido 129 vezes) e “Ter a família consigo” (apontado 84 vezes) são as principais prioridades para um sentimento efetivo de integração. “Obter a nacionalidade portuguesa”, “Ter amigos portugueses” e “Saber como funcionam os serviços públicos” também são importantes fatores de integração.

Numa análise mais completa dos dados, observa-se que na 1ª opção os indicadores que se destacam nas resposta dos inquiridos são: “Saber falar bem português” (48%), “Ter Trabalho” (22%) e “Ter a família consigo” (12%); na 2ª opção destacam-se “Ter Trabalho” (39%), “Ter a família consigo” (15%) e “Ter amigos portugueses” (13%); já os indicadores “Obter a nacionalidade portuguesa” (17%), “Ter a família consigo” (14%) e, em paralelo (com 13% de respondentes cada), “Conseguir comprar/arrendar

casa” e “Saber como funcionam os serviços públicos”, surgem em destaque como prioridades ao nível da 3ª opção.

Existem, portanto, múltiplos fatores determinantes ou, pelo menos, relevantes para uma maior ou menor perceção de integração por parte dos migrantes ou que contribuem para a construção desse sentimento.



Fonte: Inquérito aos Migrantes NPT (Castelo Branco, 2020)

Também nos pareceu relevante fazer a análise das prioridades de integração, tendo em conta a nacionalidade dos inquiridos (Cf. Figura 28). Assim, e considerando apenas as nacionalidades mais representativas, podemos dizer que “Saber falar bem português” é a prioridade máxima para ucranianos (30%) e guineenses (29%). A esses seguem-se os paquistaneses, com 29% a indicarem o domínio da língua portuguesa como prioridade; 21% destes também consideram prioritário “Ter trabalho” e “Ter a família consigo”. Também 22% dos respondentes cabo-verdianos escolhem este indicador como prioridade máxima. Para os ucranianos também é prioritário “Ter trabalho” e “Ter a família consigo” com 24% em cada uma das categorias. “Ter

trabalho” também surge em segunda posição no caso dos guineenses (21%) e dos cabo-verdianos (15%).

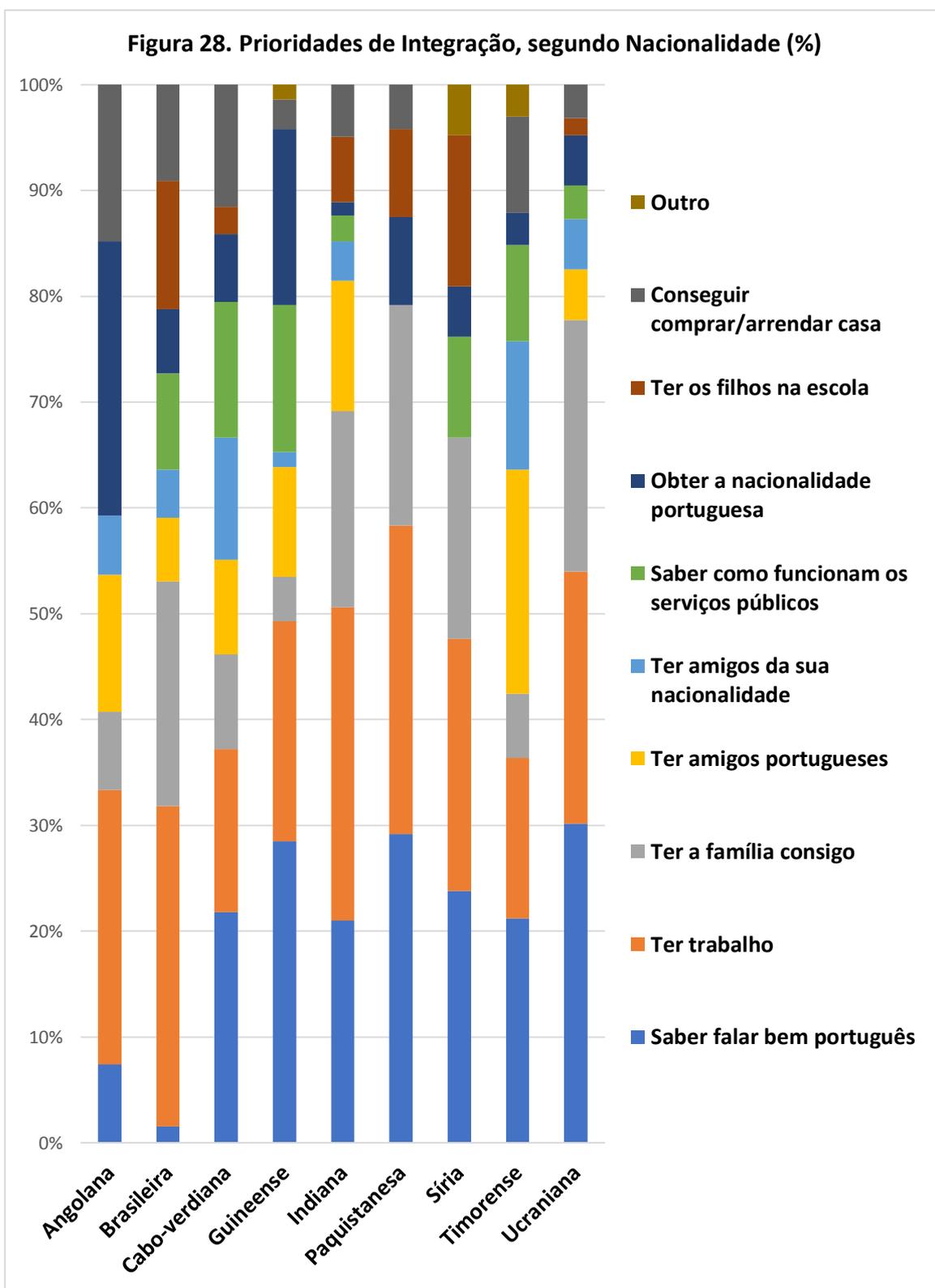
“Ter trabalho” é a prioridade máxima para brasileiros (30,3%) e indianos (29,6%), sendo que no primeiro caso “Ter a família consigo” surge em segundo lugar (21%), enquanto, entre os indianos, nessa posição, está o “Saber falar bem português” (21%). Em terceiro lugar aparece o indicador “Ter os filhos na escola” (12%), para os brasileiros e “Ter a família consigo” (19%), para os indianos. Os Angolanos dão prioridade, em igualdade percentual, ao “Ter trabalho” e “Obter a nacionalidade portuguesa” (26%) e, numa segunda linha “Conseguir comprar/arrendar casa” (15%) e “Ter amigos portugueses” (13%).

“Saber falar bem português” e “Ter amigos portugueses” são indicadas por 21% dos Timorenses como as prioridades de eleição para a sua integração, vindo o “Ter trabalho” em 3º lugar, com 15% dos respondentes a eleger esta opção.

Para os sírios as prioridades são, em simultâneo, “Saber falar bem português” e “Ter trabalho” (24%), seguido de “Ter a família consigo” (19%) e “Ter os filhos na escola” (14%), sendo que são os que dão mais importância a esta última categoria (mesmo de entre todas as nacionalidades só ficam atrás dos chilenos – 33% escolhem este indicador como prioritário)

“Ter amigos portugueses”, para além de muito relevante para os timorenses (como vimos nos parágrafos anteriores) tem algum grau de importância para angolanos (13%) e indianos (12%); “Ter amigos da sua nacionalidade” parece ter apenas alguma relevância para timorenses (12%) e cabo-verdianos (11,5%); “Saber como funcionam os serviços públicos” parece ter apenas alguma relevância para guineenses e cabo-verdianos, com 14% e 13% a fazerem essa indicação, respetivamente ou para 1/3 dos respondentes colombianos. “Obter a nacionalidade portuguesa”, para além de prioritário para os angolanos, apenas é indicado pelos guineenses (17%) como tendo alguma importância. “Conseguir comprar/arrendar casa”, para além de relevante para os angolanos, também surge com algum grau de importância para os cabo-verdianos (12%) e para 1/3 dos venezuelanos.

Questionados sobre esta matéria, os parceiros do PMIM-CB 2G indicam o ter trabalho, conseguir arrendar casa e ter a família consigo como as prioridades de integração dos migrantes; já ao nível das estratégias de acolhimento consideram que se deve ter em atenção o fato de uma grande parte dos migrantes estar em Portugal para obter a nacionalidade portuguesa e que após esse feito vão procurar melhores condições de vida e /ou reunir-se com amigos e familiares em outros países da Europa ou fora do território comunitário.



Fonte: Inquérito aos Migrantes NPT (Castelo Branco, 2020)

2.3.2 Identificação de Dificuldades

O objetivo central dos inquéritos era aferir as dificuldades e/ou necessidades das populações migrantes NPT a residir no concelho de Castelo Branco. Para isso definiram-se 47 indicadores organizados em 12 áreas estratégicas. Para cada um dos indicadores os inquiridos teriam de assinalar “É uma grande dificuldade”, “É uma dificuldade” ou “Não é uma dificuldade”; podiam também indicar não saber ou não se aplicar. Assim, num total de 9682 respostas a esta questão, 41% foi a assinalar a opção “Não é uma dificuldade”, 23% a opção “É uma dificuldade”, 18% indicou “É uma grande dificuldade” e outros 18% referiu “Não sabe/ Não se aplica” em relação aos indicadores enunciados.

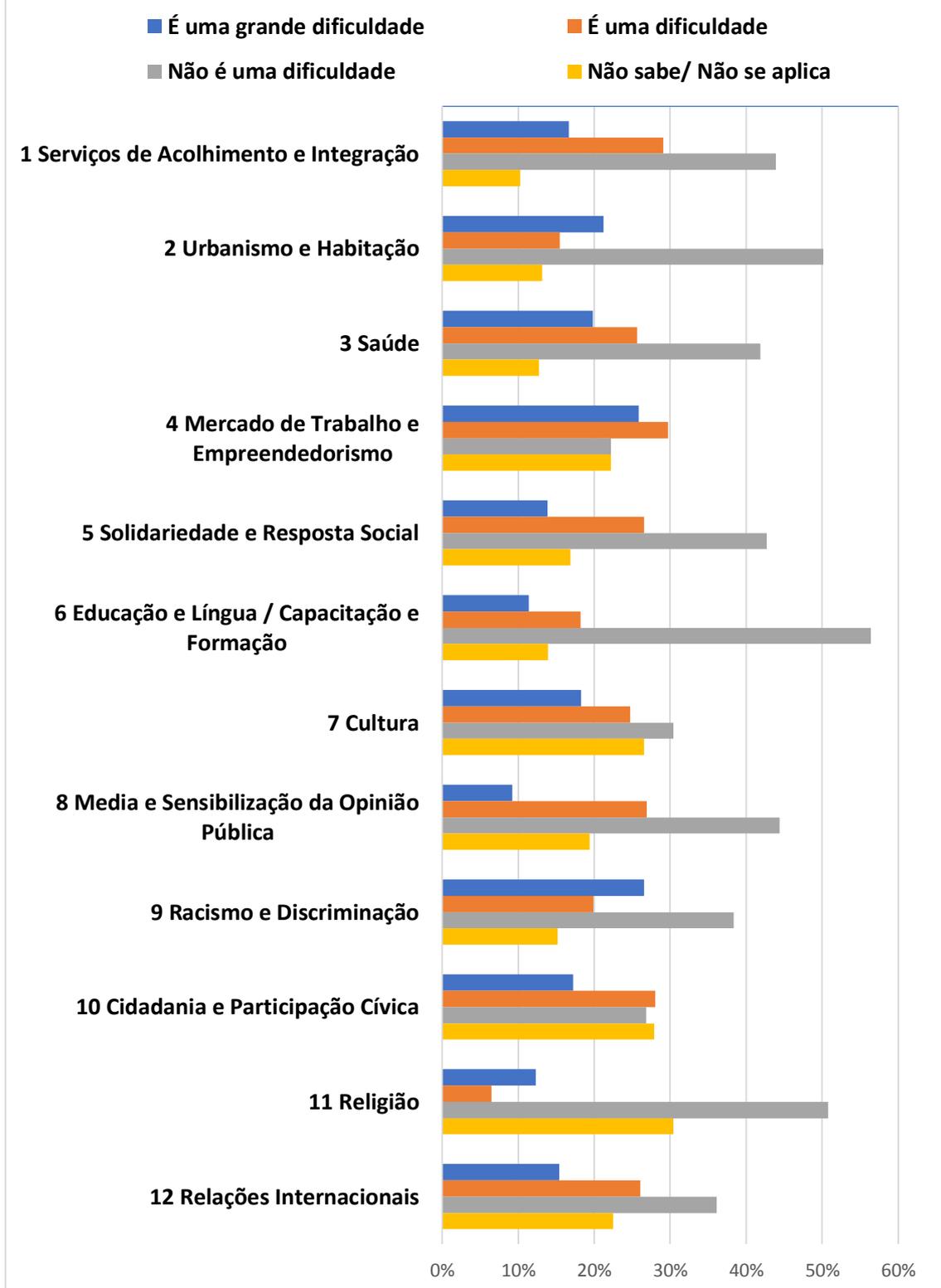
Olhando para a distribuição geral das respostas por área de intervenção (Cf. Figura 29), observa-se que as áreas da “Religião” e da “Educação e Língua/Capacitação e Formação” são as áreas com uma avaliação mais positiva, ou seja, que menos dificuldades causam, na avaliação dos respondentes, uma vez que 81% e 70% das respostas aos indicadores destas duas áreas, respetivamente, indicam não haver dificuldades ou as situações descritas não serem aplicáveis aos inquiridos. Se virmos apenas as respostas em que é indicada a ausência de dificuldades, elas representam 56% no caso da área “Educação e Língua/Capacitação e Formação” e 51% no caso da “Religião”.

Ainda no âmbito das áreas com maior ausência de dificuldades, destacam-se o “Urbanismo e a Habitação”, onde 50% das respostas dadas têm essa indicação, e com 44% das respostas nessa categoria as áreas “Media e Sensibilização da Opinião Pública” e “Serviços de Acolhimento e Integração”.

Pelo contrário, as áreas de intervenção com uma avaliação mais negativa, isto é, onde existem maiores dificuldades (“É uma dificuldade” + “É uma grande dificuldade”) são, claramente, “Mercado de Trabalho e Empreendedorismo”, com 56% das respostas e a única área onde há uma maioria de respostas; seguem-se as áreas “Racismo e Discriminação” e “Serviços de Acolhimento e Integração”, com 46,4% e 45,8% das respostas, respetivamente. De destacar também as áreas da “Saúde” e “Cidadania e Participação Cívica”, ambas com 45% das respostas nas categorias “É uma dificuldade” e “É uma grande dificuldade”.

A áreas de intervenção “Religião” (30,4%), “Cidadania e Participação Cívica” (28%) e a “Cultura” (27%) são aquelas em que os respondentes mais indicam não saber o que responder ou que as situações descritas não se lhe aplicam.

Figura 29. Dificuldades, segundo a Área Estratégica (%)

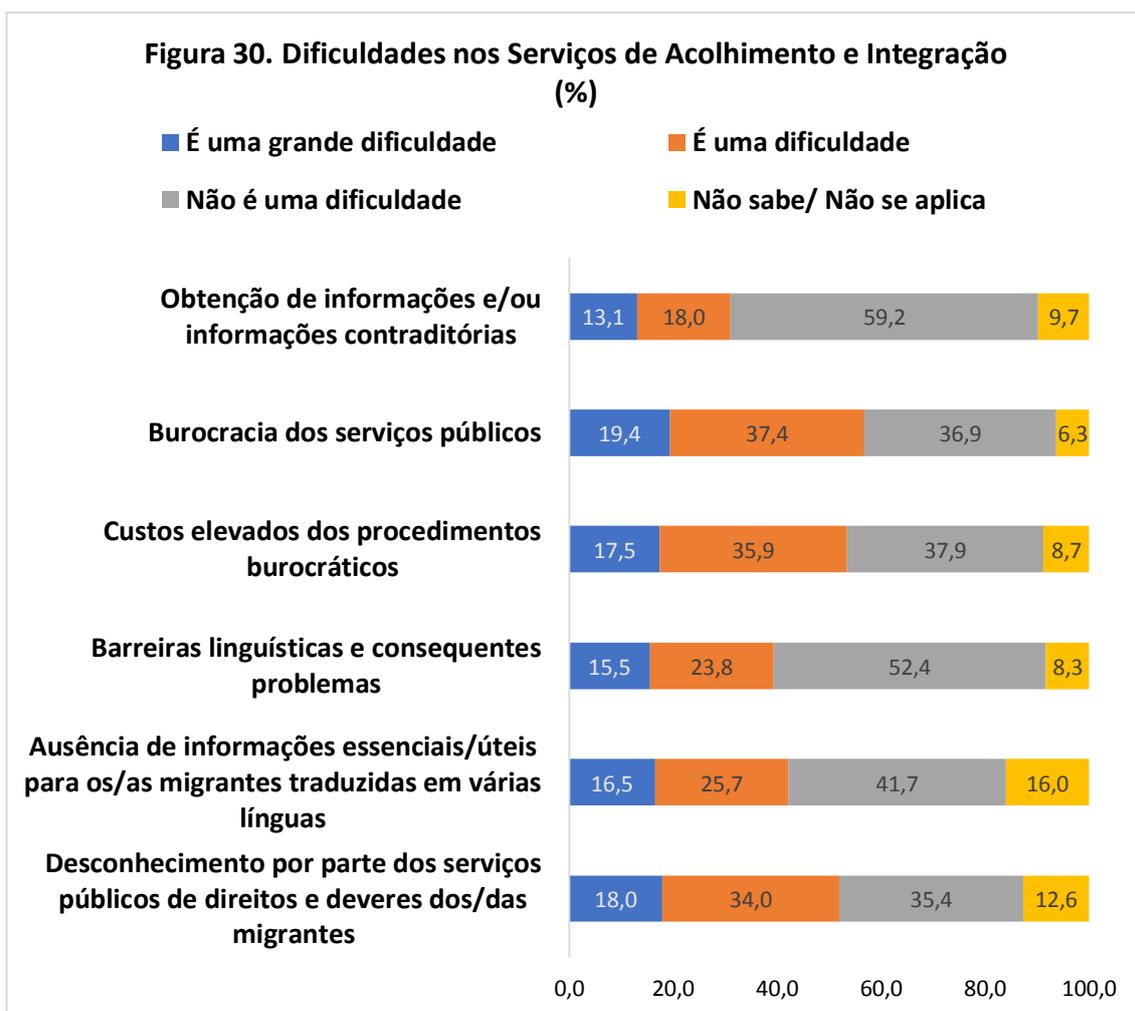


Fonte: Inquérito aos Migrantes NPT (Castelo Branco, 2020)

Havia ainda a hipótese de os inquiridos poderem mencionar se tinham outras dificuldades para além das indicadas e quais. Neste aspeto, 187 (91%) dos 206 respondentes assinalou não ter outras dificuldades e dos 19 (9%) que indicaram outras dificuldades, 17 mencionaram “Dificuldades de acesso à habitação” (5), “Falta de dinheiro” (4), “Comida” (3), “Desigualdade” (3), “Ajustamento Social” (2), “Clima” (1), “Língua” (1), “Falta de Trabalho” (1) e “Acesso à Saúde” (1); havendo dois casos omissos.

Área Estratégica: Serviços de Acolhimento e Integração

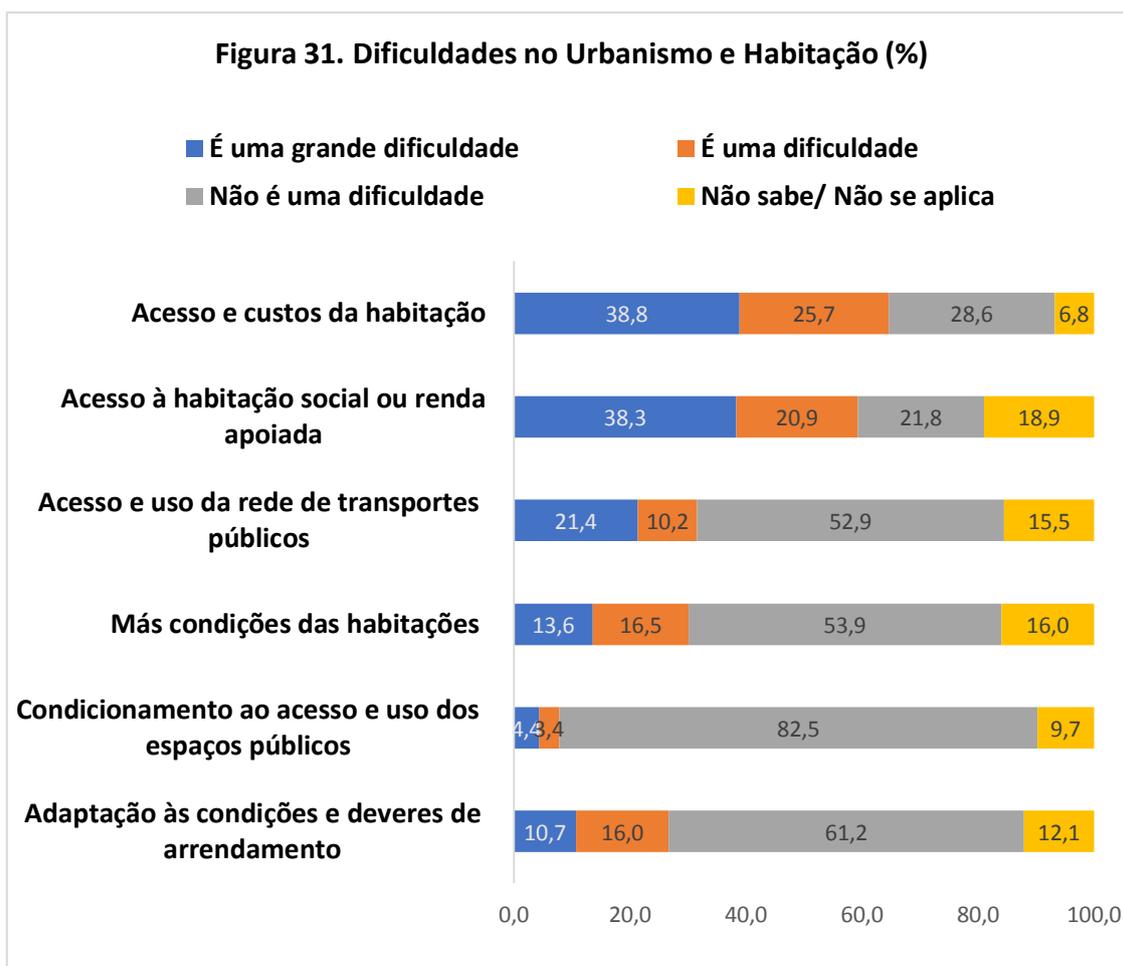
Nesta área de intervenção, todos os indicadores parecem apresentar algum grau de dificuldade para os respondentes, nomeadamente a burocracia (57%) e os custos dos serviços públicos” (53%), assim como o “Desconhecimento por parte dos serviços públicos de direitos e deveres dos/das migrantes” (52%). As exceções são a “Obtenção de informações e/ou informações contraditórias” e “Barreiras linguísticas e consequentes problemas” que são apontados, pela maioria dos respondentes, como não representando uma dificuldade. A “Ausência de informações essenciais/úteis para os/as migrantes traduzidas em várias línguas” divide opiniões, com 42,2% dos inquiridos a afirmarem que esta situação causa algum grau de dificuldade e 41,7% a dizerem que não constitui dificuldade.



Fonte: Inquérito aos Migrantes NPT (Castelo Branco, 2020)

Área Estratégica: Urbanismo e Habitação

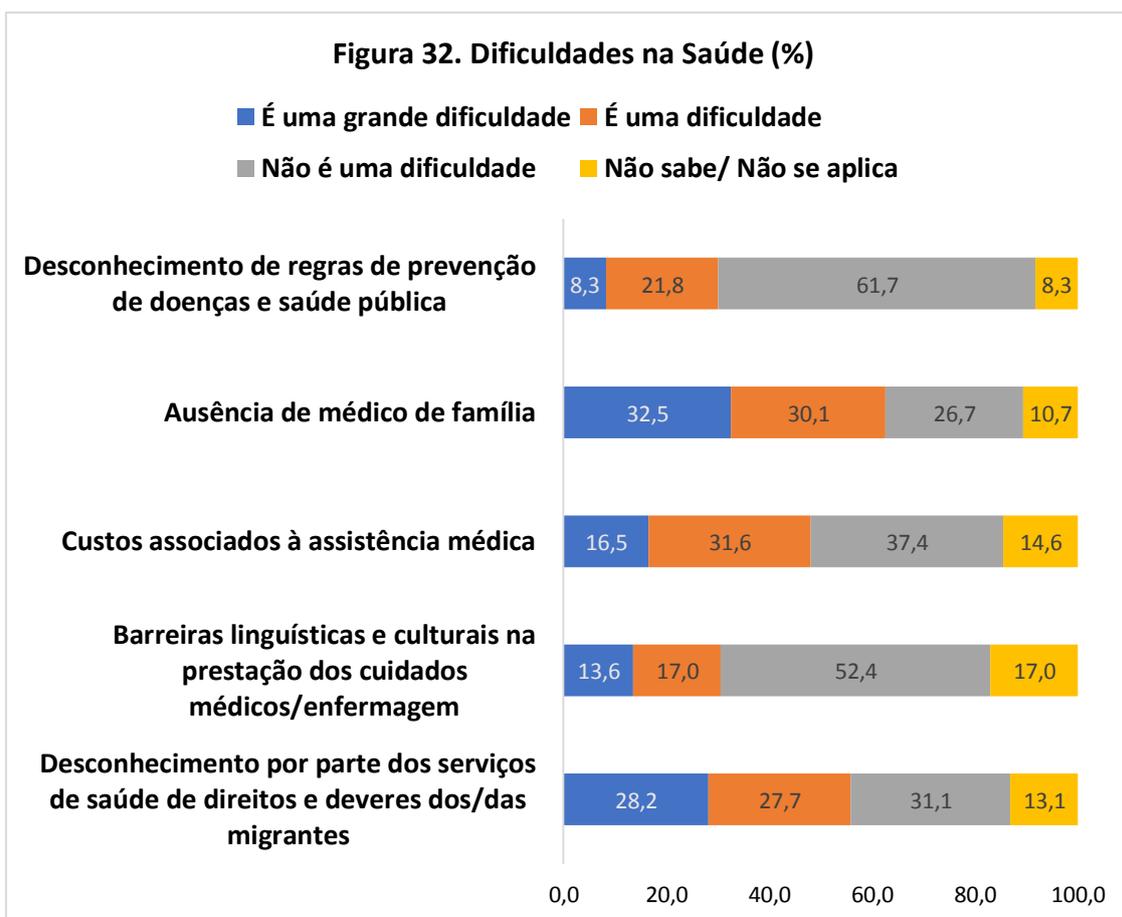
Neste domínio é notória a elevada proporção de inquiridos que não considera problemáticos os vários indicadores em análise (Cf. Figura 31). Não obstante, quase 1/3 (32%) dos respondentes indica algum grau de dificuldade no acesso e uso da rede de transportes públicos. Mas as grandes dificuldades encontram-se no acesso à habitação: quase 2/3 dos respondentes (65%) considera o “Acesso e custo da habitação” uma dificuldade, sendo que, desses, 40% referem mesmo que é uma grande dificuldade, seja pela escassez na oferta, seja devido aos preços elevados. Por outro lado, o “Acesso à habitação social ou renda apoiada” também se apresenta com algum grau de dificuldade para 59% dos respondentes, sendo que para 38% desses é mesmo uma grande dificuldade.



Fonte: Inquérito aos Migrantes NPT (Castelo Branco, 2020)

Área Estratégica: Saúde

No que à saúde diz respeito, a grande dificuldade identificada pelos inquiridos é a “Ausência de médico de família”, com 1/3 a indicarem esse facto como uma grande dificuldade e 30% como uma dificuldade. Também o “Desconhecimento por parte dos serviços de saúde de direitos e deveres dos/das migrantes” se reveste de algum grau de dificuldade para a maioria dos respondentes (56%). Há ainda 48% dos inquiridos que refere os “Custos associados à assistência médica” como uma dificuldade ou uma grande dificuldade. O “Desconhecimento de regras de prevenção de doenças e saúde pública” e as “Barreiras linguísticas e culturais na prestação dos cuidados médicos/enfermagem” surgem como indicadores que não constituem dificuldades para 62% e 52% dos inquiridos, respetivamente.

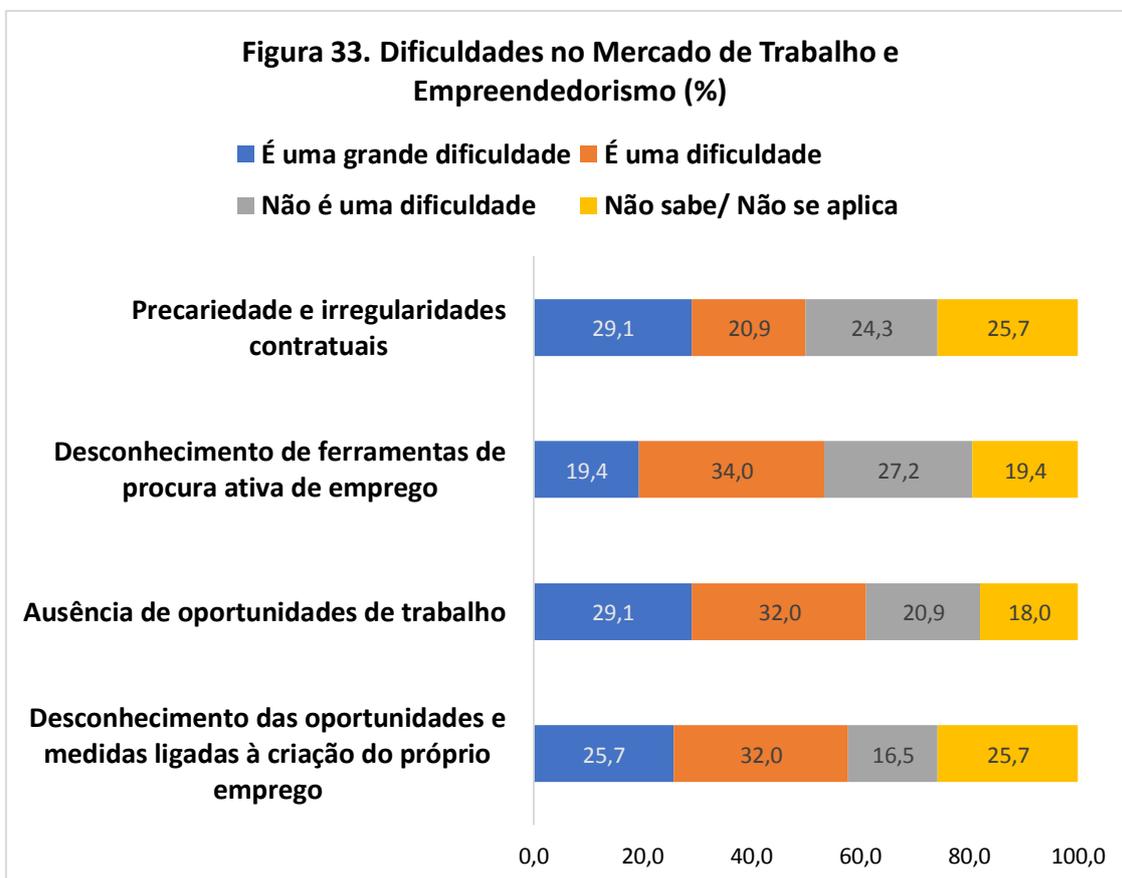


Fonte: Inquérito aos Migrantes NPT (Castelo Branco, 2020)

Área Estratégica: Mercado de Trabalho e Empreendedorismo

Nesta área de intervenção, que surge como a mais problemática para os inquiridos, estes foram questionados relativamente a algumas matérias associadas ao emprego e às questões laborais que se configuram como particularmente sensíveis. De notar, desde logo, que mais de metade dos inquiridos avalia a totalidade dos indicadores como constituindo uma dificuldade ou uma grande dificuldade. A “Ausência de oportunidades de trabalho” constitui a maior das dificuldades para os respondentes (61%), com 29% a indicar que é uma grande dificuldade. Já o “Desconhecimento das oportunidades e medidas ligadas à criação do próprio emprego” é uma dificuldade para 58% dos inquiridos, sendo que para 26% desses “É uma grande dificuldade”. O “Desconhecimento de ferramentas de procura ativa de emprego” é uma dificuldade para 34% dos respondentes e uma grande dificuldade para 19%; e para 29% dos inquiridos a “Precariedade e irregularidades contratuais”, nomeadamente exploração, ausência de contrato, discriminação salarial ou outra, constituem uma grande dificuldade, enquanto para outros 21% é uma dificuldade.

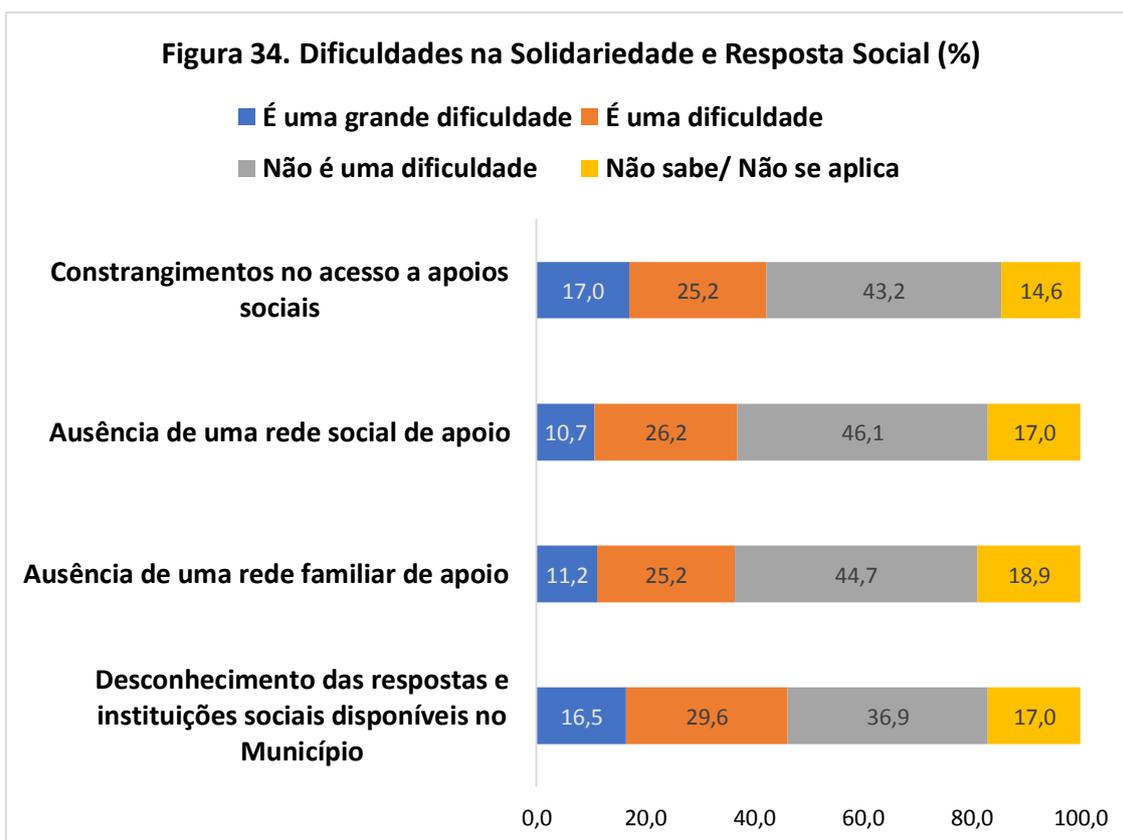
Neste domínio há ainda que fazer nota das elevadas percentagens relativas à categoria “Não sabe/Não se aplica” que se prende com as características da amostra, onde podemos observar um elevado número de estudante e domésticas/os que não têm contacto com o mercado de trabalho.



Fonte: Inquérito aos Migrantes NPT (Castelo Branco, 2020)

Área Estratégica: Solidariedade e Resposta Social

Em matéria de solidariedade e resposta social, podemos observar que há uma avaliação bastante positiva deste domínio de intervenção, sendo que para 3 dos 4 indicadores a maior parte dos inquiridos refere não constituírem uma dificuldade, principalmente a ausência de redes de apoio, sejam as sociais (46%), sejam familiares (45%). A exceção é o “Desconhecimento das respostas e instituições sociais disponíveis no Município” que é apontado por 46% dos respondentes como problemático.



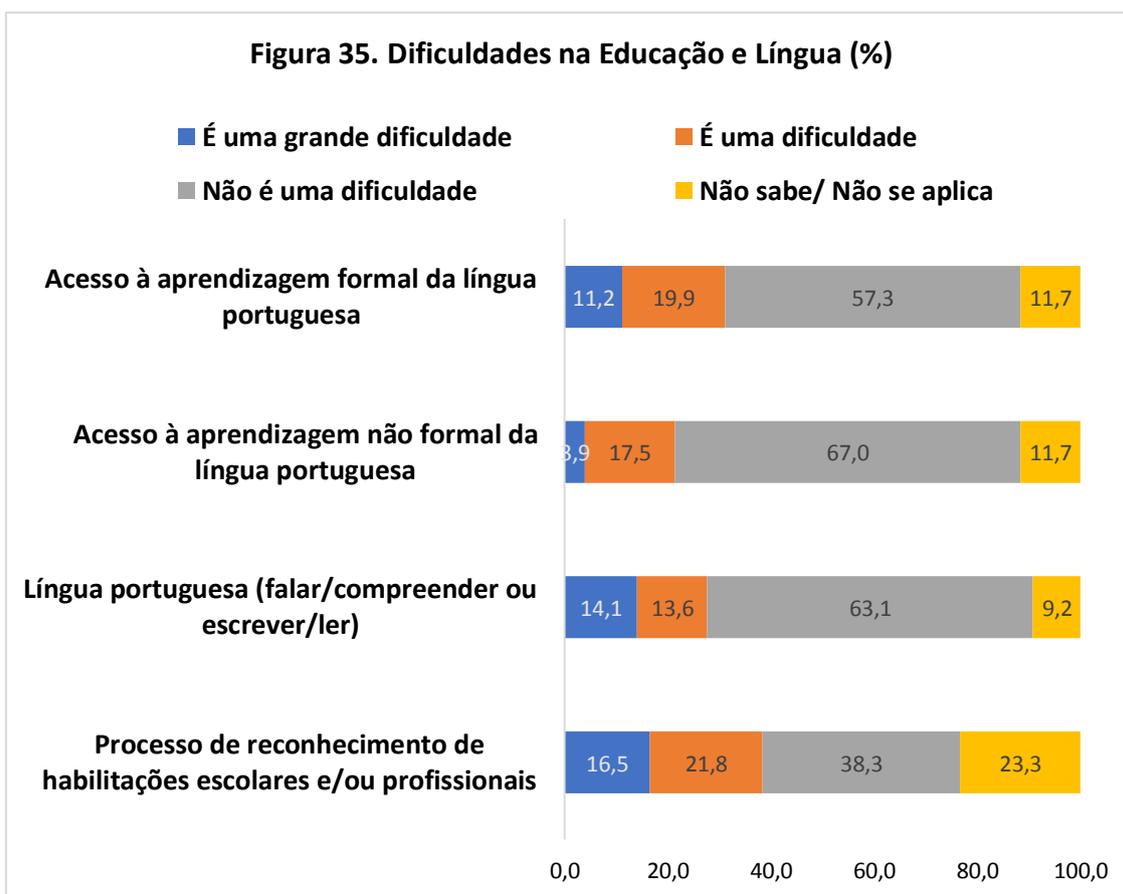
Fonte: Elaboração Própria. Inquérito aos Migrantes NPT 2020

Área Estratégica: Educação e Língua

Esta área de intervenção é a que obtém a avaliação mais positiva por parte dos inquiridos. Não obstante ressaltar que quase 1/3 dos respondentes (31%) indica dificuldades no “Acesso à aprendizagem formal da língua portuguesa”.

A exceção à avaliação é o “Processo de reconhecimento de habilitações escolares e/ou profissionais”, que divide os respondentes igualmente (38%) entre os que consideram que este indicador não constitui uma dificuldade e os que considera que é de facto uma dificuldade e até, para alguns (17%), uma grande dificuldade. Refira-se também a elevada percentagem de inquiridos que escolheu a categoria “Não sabe/Não se aplica” para este indicador.

Note-se, mais uma vez, estes resultados podem ter relação com as características da amostra usada neste diagnóstico.



Fonte: Inquérito aos Migrantes NPT (Castelo Branco, 2020)

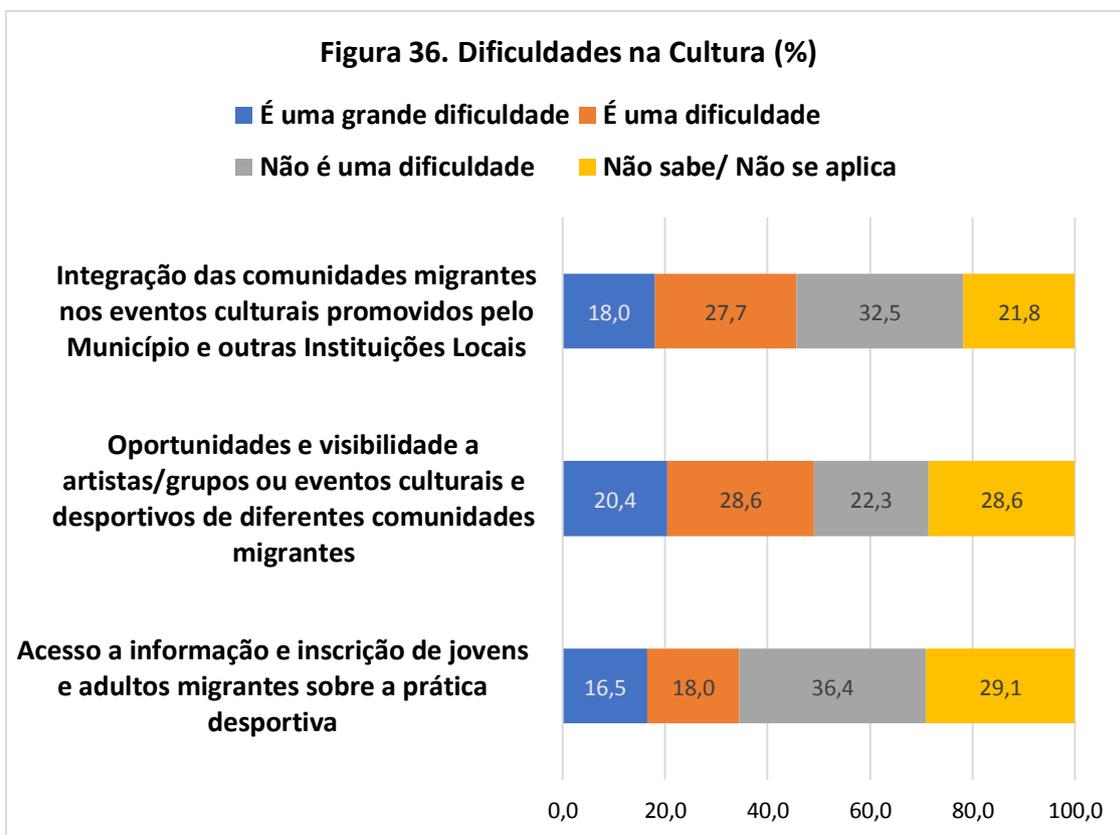
Área Estratégica: Cultura

Neste domínio pode observar-se a maior divisão de opiniões dos inquiridos sobre os indicadores elencados.

As “Oportunidades e visibilidade a artistas/grupos ou eventos culturais e desportivos de diferentes comunidades migrantes” é o indicador com pior avaliação, com 49% dos respondentes a indicar esta situação como constituindo uma dificuldade ou uma grande dificuldade e apenas 22% a não a considerar como tal. Já no que se refere à “Integração das comunidades migrantes nos eventos culturais promovidos pelo Município e outras Instituições Locais”, 1/3 dos respondentes diz não constituir uma dificuldade, ainda assim, a maior parte (46%) considera o contrário. O “Acesso a informação e inscrição de jovens e adultos migrantes sobre a prática desportiva” é o indicador com a avaliação mais positiva, dividindo opiniões na medida em que 35% dos respondentes considera que este indicador constitui uma dificuldade ou grande dificuldade, mas 36% diz que “Não é uma dificuldade”.

Não pode passar sem ser referida a elevada percentagem de respondentes na categoria “Não sabe/Não se aplica”. No nosso entender, a situação reflete, ou a

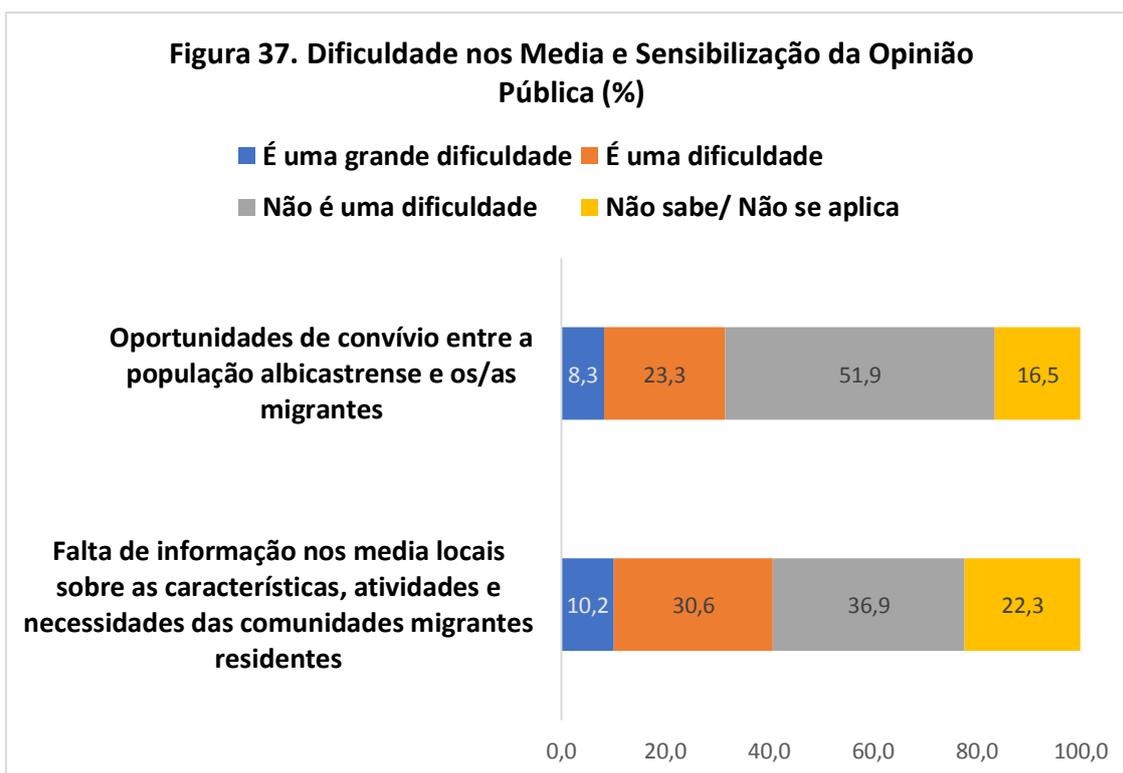
existência de desconhecimento ou a falta de envolvimento nas questões expostas nos indicadores desta área de intervenção.



Fonte: Inquérito aos Migrantes NPT (Castelo Branco, 2020)

Área Estratégica: Media e Sensibilização da Opinião Pública

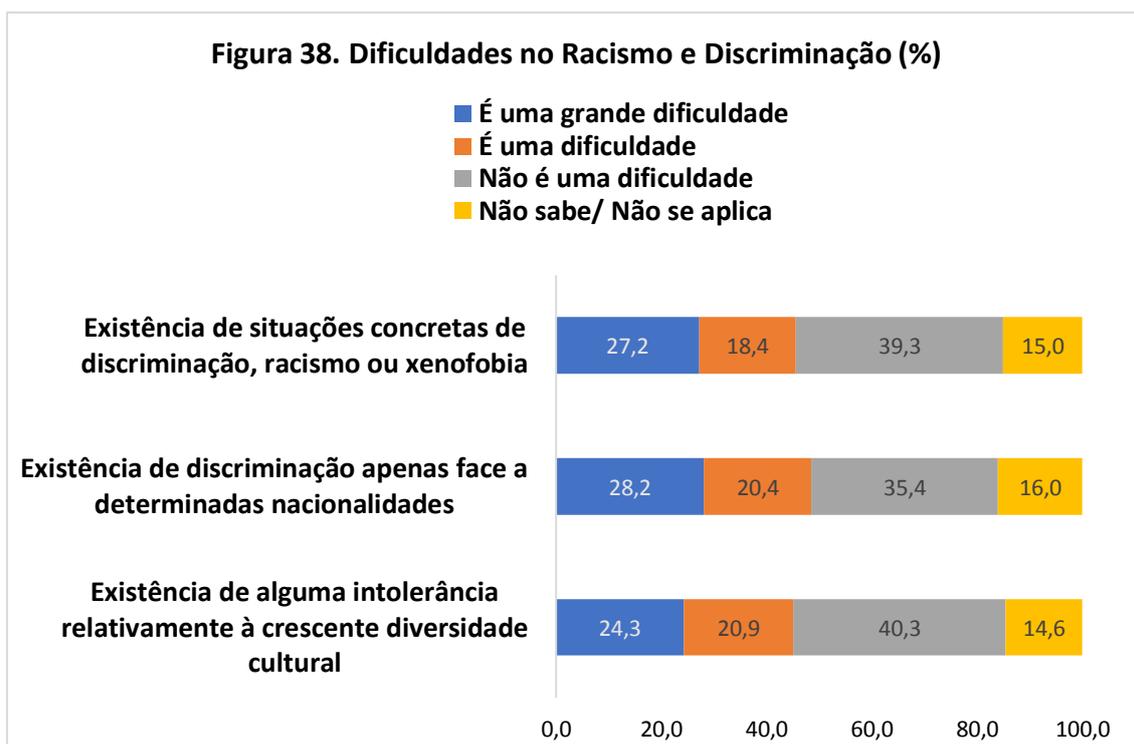
Com apenas dois indicadores, esta é uma área de intervenção que não foi consensual. No primeiro indicador temos a maioria dos respondentes (52%) a considerarem que as “Oportunidades de convívio entre a população albicastrense e os/as migrantes” não constitui uma dificuldade de integração, ainda que 32% diga que sim. Já no segundo indicador, 41% dos respondentes indica que a “Falta de informação nos media locais sobre as características, atividades e necessidades das comunidades migrantes residentes” constitui um problema (dificuldade ou grande dificuldade), ainda que 37% considere que “Não é uma dificuldade”. Por fim, no que à “Existência de alguma intolerância relativamente à crescente diversidade cultural” diz respeito, cerca de 40% dos respondentes diz que esta “Não é uma dificuldade”, enquanto 45% indica que sim.



Fonte: Inquérito aos Migrantes NPT (Castelo Branco, 2020)

Área Estratégica: Racismo e Discriminação

Este é um dos domínios de atuação que recebe pior avaliação por parte dos inquiridos, na medida em que apresenta algumas das maiores dificuldades por eles sentidas. O indicador referido pelos respondentes (49%) como sendo o que mais dificuldades traz, é o que versa sobre a existência de discriminação apenas relativamente a determinadas nacionalidades, com 28% dos respondentes a considerar esse aspeto uma grande dificuldade de integração. Segue-se a “Existência de situações concretas de discriminação, racismo ou xenofobia”, indicado por 46% dos inquiridos como gerando algum grau de dificuldade, com 27% a indicar mesmo que “É uma grande dificuldade”.



Fonte: Inquérito aos Migrantes NPT (Castelo Branco, 2020)

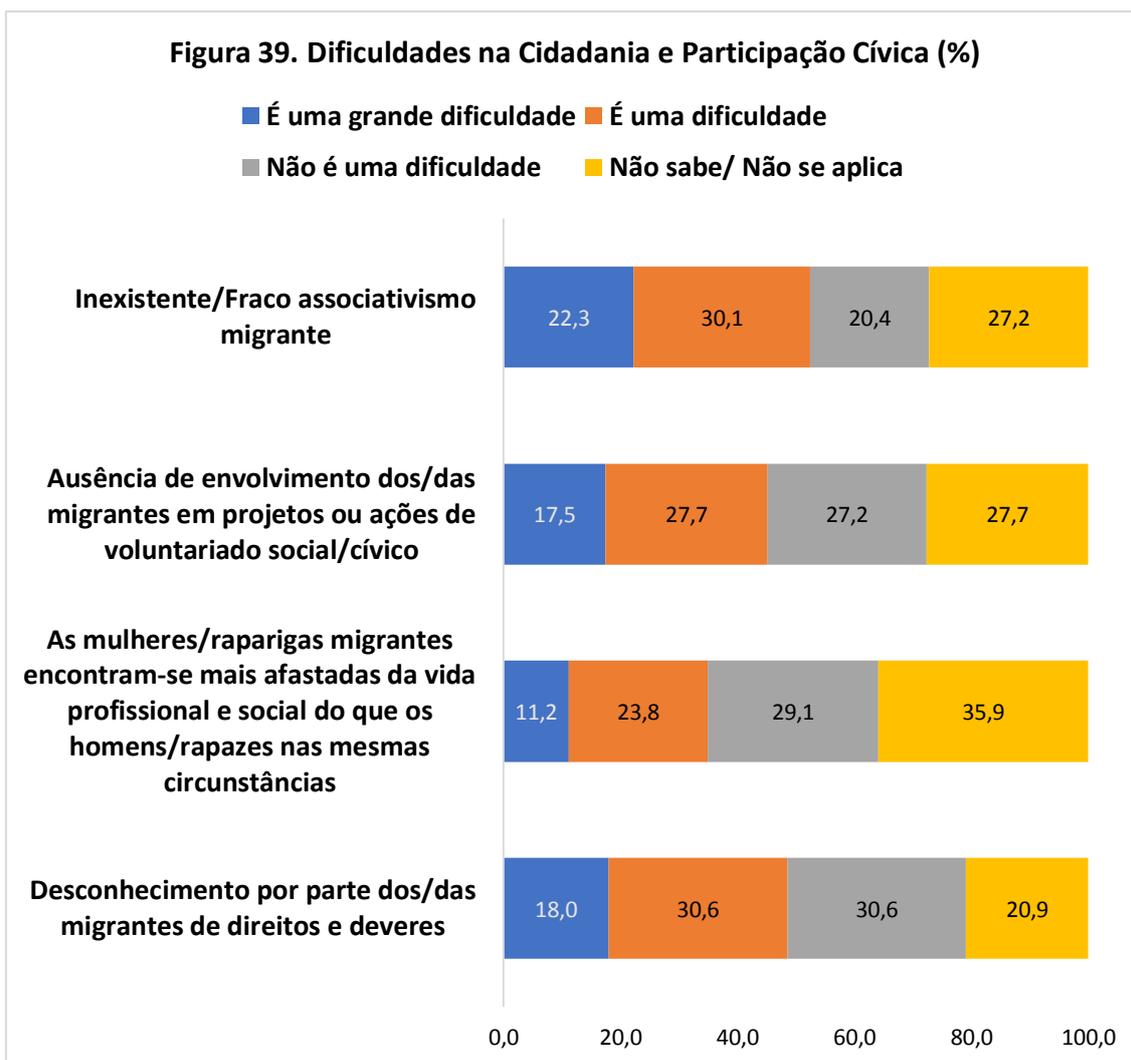
Área Estratégica: Cidadania e Participação Cívica

Esta área de intervenção tinha enunciados quatro indicadores, todos distintos entre si, mas complementares.

O primeiro versava sobre o associativismo imigrante e é aquele, cujos inquiridos consideram como sendo o que mais dificuldades causa. A maioria (52%) indica que o “Inexistente/Fraco associativismo migrante” é uma dificuldade ou grande dificuldade. Nessas mesmas categorias, o “Desconhecimento por parte dos/das migrantes de direitos e deveres” também é referido por 49% dos respondentes, ainda que haja 31% a dizer que este não constitui uma dificuldade.

A “Ausência de envolvimento dos/das migrantes em projetos ou ações de voluntariado social/cívico, divide opiniões, com 27% dos respondentes a dizerem que não constitui uma dificuldade e 28% a dizerem que sim, é uma dificuldade, havendo mesmo 18% que diz “É uma grande dificuldade”.

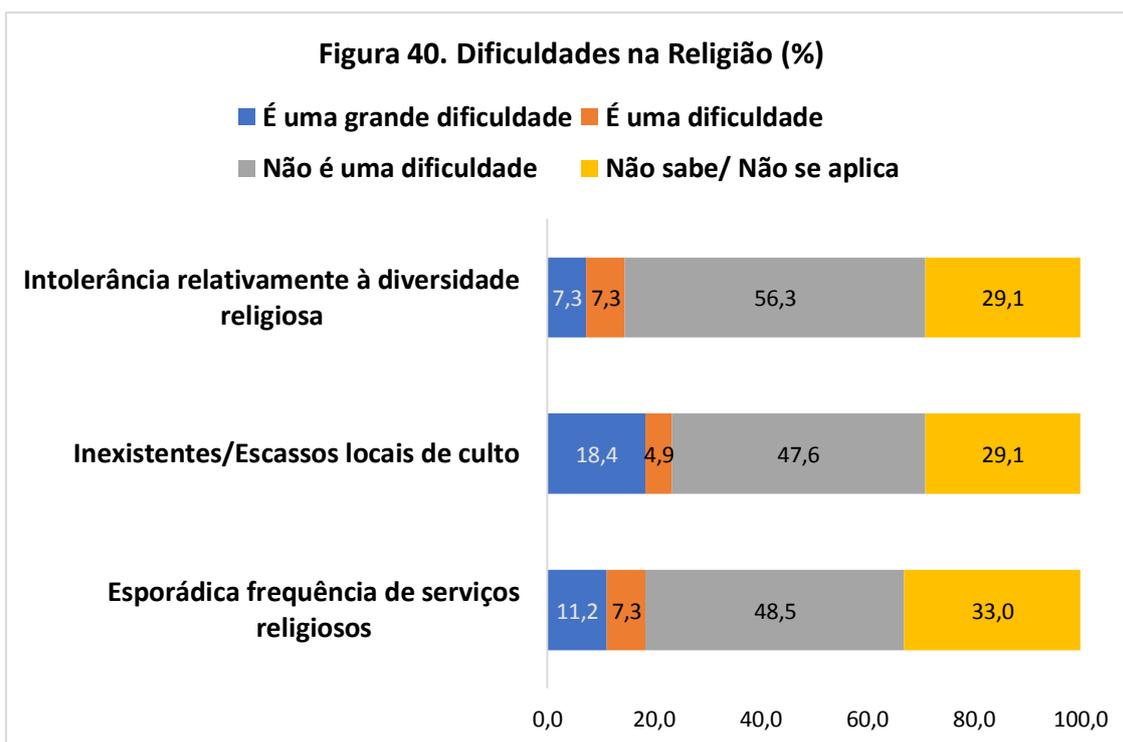
Já no indicador relativo às questões de género, onde se afirma que “As mulheres/raparigas migrantes encontram-se mais afastadas da vida profissional e social do que os homens/rapazes nas mesmas circunstâncias”, mais de 1/3 dos inquiridos opta por escolher a opção “Não sabe/ Não se aplica” (talvez por não concordarem), 29% diz que o facto não constitui uma dificuldade, mas 24% diz que sim e 11% diz mesmo que “É uma grande dificuldade”.



Fonte: Inquérito aos Migrantes NPT (Castelo Branco, 2020)

Área Estratégica: Religião

Relativamente ao domínio de intervenção religioso, podemos observar, por um lado uma avaliação positiva dos indicadores apresentados, com a maioria ou a maior parte dos inquiridos a referirem-nos como não causando dificuldades de integração. A realçar alguma situação seria a falta ou escassez de locais de culto se sobrepôr, enquanto grande dificuldade, à esporádica frequência dos serviços religiosos e até à existência de intolerância perante a diversidade religiosa. Também de realçar, uma vez mais as percentagens elevadas na categoria “Não sabe/Não se aplica”, que aqui se deve à pouca importância e desinteresse que os assuntos religiosos têm para a maioria dos inquiridos.

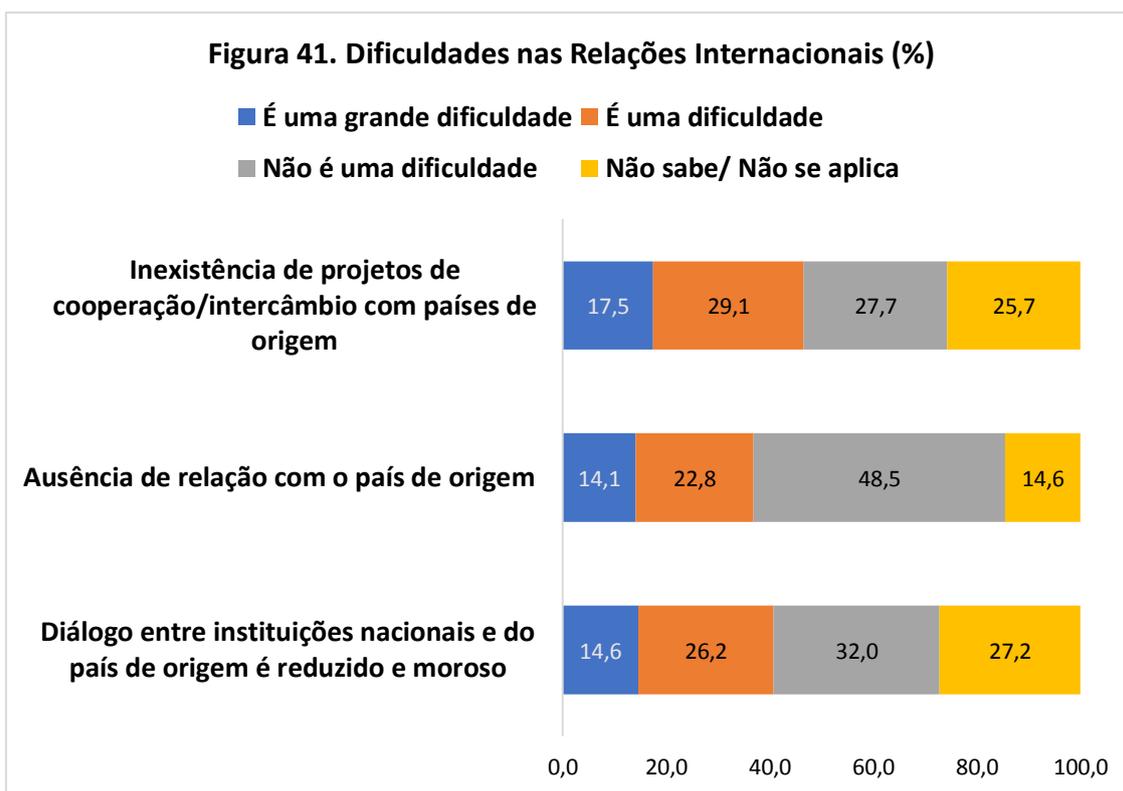


Fonte: Inquérito aos Migrantes NPT (Castelo Branco, 2020)

Área Estratégica: Relações Internacionais

No que se refere a esta área de intervenção, podemos observar que a relação, ou ausência de tal, com o país de origem não constitui uma dificuldade para uma grande parte dos inquiridos (49%), ainda que 47% indique a “Ausência de relação com o país de origem” como uma dificuldade. Dos 206 inquiridos, 47% avalia a “Inexistência de projetos de cooperação/intercâmbio com países de origem” como uma dificuldade ou grande dificuldade; e 41% dos respondentes considera que a escassez e morosidade do diálogo entre territórios de origem e destino também constitui uma dificuldade.

Em relação aos valores na categoria “Não sabe/Não se aplica”, eles refletem a dificuldade dos inquiridos em responder a questões que se encontram ao nível estrutural e/ou num plano mais formal e dos quais estão mais alienados.



Fonte: Inquérito aos Migrantes NPT (Castelo Branco, 2020)

Área Estratégica: Capacitação e Formação

Relativamente à capacitação e formação, o diagnóstico não prevê uma auscultação direta às necessidades nesta área, mas define antes, a necessidade de uma análise transversal dos diversos indicadores presentes nas restantes áreas de intervenção a fim de identificar necessidades específicas considerando dois aspetos importantes:

i) a capacitação e formação geral dos cidadãos em temas fundamentais para o processo de integração dos migrantes. Neste aspeto a análise dos indicadores levamos a considerar a necessidade de desenvolver um conjunto de medidas que abordem questões relacionadas com a lei da migração, em particular os direitos e deveres dos migrantes no acesso e utilização dos serviços; bem como sobre o acesso ao e a importância da diversidade no mercado de trabalho.

ii) o incremento da capacitação e formação dos cidadãos no âmbito da cidadania. Neste aspeto torna-se clara a necessidade de demonstrar aos cidadãos a importância da participação cívica e a relevância do incremento do movimento associativo migrante, tendo em conta as suas funções e as dificuldades sentidas na sua organização, enquanto instrumentos essenciais para uma melhor integração.

Área Estratégica: Igualdade de Género

Dada a crescente feminização dos fluxos migratórios e as suas características (ocorre cada vez mais por decisão própria da mulher e de forma autónoma, fora do contexto de reagrupamento familiar), por um lado; e atendendo à situação laboral das mulheres migrantes, conjugada com outros fatores, como os estereótipos e a discriminação de género e a discriminação racial, por outro, tornam este grupo da população sujeito a vulnerabilidades sociais específicas que urge endereçar diretamente nas políticas públicas.

No âmbito das políticas municipais locais, há um compromisso da autarquia em contribuir para o desenvolvimento de uma cultura de direitos humanos, igualdade entre mulheres e homens, não discriminação e não-violência, junto da população residente. Este compromisso está expresso na corrente elaboração de um Plano Municipal para a Igualdade e a Não Discriminação (PMIND), enquadrado na Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação 2018-2030 “Portugal +Igual” (ENIND), aprovada pela resolução do conselho de Ministros nº 61/2018, de 21 de maio e que define uma visão a longo prazo traduzida nos seguintes três planos de ação: Plano de Ação para a Igualdade entre Mulheres e Homens; Plano de Ação para a Prevenção e o Combate à Violência Contra as Mulheres e a Violência Doméstica; Plano de Ação para o Combate à Discriminação em razão da Orientação Sexual, Identidade e Expressão de Género, e Características Sexuais³⁰.

O PMIND do Município de Castelo Branco (Castelo Branco + Igual) ainda está em fase de elaboração, mas já foi definido para o período 2021-2024 e procurará intervir nas três áreas definidas nos planos de ação da estratégia nacional.

Neste contexto, e embora o diagnóstico aqui realizado tenha apenas um indicador específico relativo às diferenças de género, nomeadamente sobre a situação das mulheres /raparigas ao nível do envolvimento profissional e social comparativamente com os pares do género masculino, o PMIM-CB 2G não poderia deixar de identificar esta temática em sede de diagnóstico e defini-la enquanto área estratégica, para a qual é necessário também a definição de medidas concretas de atuação.

Ainda relativamente à identificação de problemas e/ou dificuldades de integração sentidas pelos migrantes no município de Castelo Branco, a Tabela 11 resume aqueles que foram os aspetos identificados pelos parceiros, como mais problemáticos em cada um dos eixos de intervenção.

³⁰ Cf. Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG): <https://www.cig.gov.pt/documentacao-de-referencia/doc/portugal-mais-igual/>

Tabela 11. Compêndio de Dificuldades/Necessidades Identificadas pelos Parceiros

Processo de integração e inclusão social de NPT	<ul style="list-style-type: none"> – Avaliação globalmente positiva, com as opiniões a dividirem-se entre os que consideram que o processo é satisfatório e aqueles que o consideram bom ou muito bom
Serviços de Acolhimento e Integração	<ul style="list-style-type: none"> – Burocracia dos serviços – Barreiras linguísticas – Custos elevados dos procedimentos de legalização – Carências no acesso à habitação, em particular de cariz social
Urbanismo e Habitação	<ul style="list-style-type: none"> – Dificuldades decorrentes da morosidade e incapacidade de resolver problemas associados à documentação
Relações Internacionais	<ul style="list-style-type: none"> – Contínua atualização da informação existente em várias línguas sobre o sistema de saúde – Reforço do conhecimento sobre direitos sociais na doença – Desconhecimento dos profissionais de saúde sobre especificidades culturais dos doentes NPT – Alheamento do exercício da cidadania e participação cívica por parte dos NPT – Intensificação da informação e sensibilização da opinião pública para a importância e valorização da diversidade cultural e do convívio entre a população autóctone e migrante
Saúde	
Cidadania e Participação Cívica	
Media e Sensibilização da opinião pública	
Mercado de Trabalho e Empreendedorismo	<ul style="list-style-type: none"> – Aumento da informação sobre medidas de apoio à criação do próprio emprego – Dificuldades de comunicação entre NPT e empregadores, bem como as situações de precariedade e irregularidade contratual – Reduzido domínio das ferramentas de procura ativa de trabalho.
Capacitação e Formação	<ul style="list-style-type: none"> – Complexidade do processo de reconhecimento das habilitações escolares e profissionais – Dificuldades de compreensão da língua – Incremento das oportunidades de aprendizagem (formal e informal) da língua portuguesa
Educação e Língua	
Solidariedade e Resposta Social	<ul style="list-style-type: none"> – Ampliação da informação sobre as respostas sociais disponibilizadas no Município
Cultura	<ul style="list-style-type: none"> – Continuidade do diálogo inter-religioso e de respeito pela diversidade religiosa
Religião	
Racismo e Discriminação	<ul style="list-style-type: none"> – Atitudes discriminatórias pontuais face a determinadas nacionalidades
Igualdade de Género	<ul style="list-style-type: none"> – Índícios da existência de algumas desigualdades, principalmente em determinadas nacionalidades

Fonte: Recolha da informação junto de parceiros selecionados (2020)

Síntese

Feito o enquadramento geral do Plano Municipal para a Integração de Migrantes de Castelo Branco 2020-2022 e o diagnóstico das dinâmicas territoriais, sociais, demográficas e económicas mais impactantes para a comunidade migrante e autóctone, de se ter efetuado um mapeamento e caracterização dos recursos disponíveis, assim como uma caracterização da população migrante e hierarquização das suas necessidades, na componente seguinte do documento irá ser apresentada a estratégia geral que orienta o Plano, definidos os objetivos estratégicos a prosseguir, assim como as medidas e ações a operacionalizar. Isto no sentido de elaborar um plano de ação, capaz de responder, de forma integrada e eficaz, em primeiro lugar, às principais necessidades sentidas pelos diversos atores sociais locais em matéria de acolhimento e integração das comunidades migrantes (NPT) no Município de Castelo Branco; e, em segundo lugar, contribuir para a valorização da diversidade e promoção da interculturalidade.

Em suma, o território tem potencialidades para continuar a atrair população migrante e há vontade política de incrementar e contribuir de forma positiva para o desenrolar de processos de acolhimento e integração eficazes, numa abordagem multissetorial, no sentido de criar uma sociedade diversificada e inclusiva, que possa ser uma mais-valia para o desenvolvimento do território sem comprometer a coesão social. Por outro lado, o caminho traçado ao nível das parcerias e sinergias tem dado resultados, expressos pelas repostas integradas e contínuas que têm sido providenciadas perante os desafios e as necessidades que as comunidades migrantes do território têm apresentado. Por fim, urge dar continuidade, aperfeiçoando e reforçando, de forma contínua, as respostas já oferecidas por projetos anteriores implementadas no município, em particular, a manutenção e dinamização do CLAIM e outras ações iniciadas pela execução do PMIM de 1ª geração, que terminou em 2020.

Para o sucesso, quer dos processos de mobilização dos principais atores locais com interesse ou responsabilidade nestas matérias, quer para o sucesso das intervenções que estão ou que poderão vir a ser delineadas é necessário: i) uma liderança forte, que, neste caso é alicerçada no trabalho desenvolvido pela Amato Lusitano – Associação de Desenvolvimento ao longo dos mais de 16 anos de trabalho com migrantes e minorias étnicas; e ii) um plano de ação bem estruturado, com objetivos e metas claras, que seja sustentado em evidências empíricas e capaz de captar o interesse dos atores sociais chave, como o que aqui se apresenta.

III. PLANO DE AÇÃO

3.1 DIMENSÃO ESTRATÉGICA

3.1.1 Visão e Princípio Orientador

O acolhimento e integração de cidadãos provenientes de diferentes origens é um fator relevante não apenas do ponto de vista da revitalização demográfica, mas também devido às potencialidades que a diversidade cultural proporciona às cidades e territórios. A importância em garantir a integração dos NPT, de modo a que se possam constituir como elementos ativos na sociedade de acolhimento, torna relevante a definição de uma estratégia integrada, multifuncional e ambiciosa para a sua integração, principal fator que justifica a elaboração do PMIM de Castelo Branco 2020-2022 e cuja visão estratégica de inspiração se encontra expressa na Figura 42.

Assim, o principal objetivo do PMIM-CB 2G passa por contribuir para níveis superiores de integração dos NPT através de uma abordagem articulada entre as entidades com um papel relevante nesse processo, atuando em várias áreas de intervenção específicas, mas sempre focada naquelas que são as principais necessidades e constrangimentos que marcam o processo de integração e nas que possam potenciar resultados, com maior eficácia e eficiência, através de relações sinérgicas e complementares entre entidades e entre diversas ações/iniciativas.

A promoção da igualdade de oportunidades, aliado à necessidade de combater todas as formas de discriminação com base no género, idade, nacionalidade, etnia, religião, deficiência, orientação sexual, etc., são princípios presentes de forma coerente e direta nas atuais diretrizes europeias relacionadas com as políticas de migração e asilo.

O princípio da igualdade de oportunidades e não discriminação encontra-se bem patente, não só na estrutura e programação do PMIM-CB 2G, mas também na definição a abrangência dos seus destinatários. Efetivamente os destinatários do Plano são todos os migrantes em situação regular, nacionais de países terceiros, a residir no concelho, independentemente da raça, do sexo, idade, origem social, confissão religiosa que professem ou de qualquer outra condição socioeconómica ou cultural. O objetivo é que todos participem na conceção do Plano e possam beneficiar das intervenções e ações a desenvolver. Por outro lado, a materialização deste princípio seguirá uma abordagem transversal e multinível, mas inferirá, em particular, nos seguintes domínios essenciais: Língua portuguesa; Género; Inserção no mercado

de trabalho; Respostas sociais no sistema educativo; Direitos e deveres no acesso à saúde; e Promoção da interculturalidade (Cf. Figura 43).

Conhecimento da Língua portuguesa – O desconhecimento da língua do país de acolhimento constitui a maior barreira ao processo de integração dos NPT, pois as aptidões adquiridas ao nível da língua portuguesa, fomentarão as suas competências pessoais, sociais e relacionais, tão importantes, por exemplo, na procura de trabalho e inserção profissional. Nesse sentido, a aprendizagem da língua portuguesa deve contemplar uma das primeiras necessidades a colmatar e, por isso, será implementado um curso de Português para Todos (PPT) com o apoio do IEFP, I.P.

Igualdade de Género – Reconhecendo-se a necessidade de integração das mulheres, principalmente das mulheres muçulmanas, definiram-se um conjunto de ações de sensibilização sobre a igualdade e violência de género; ações de promoção profissional das mulheres; ações de informação sobre a importância do acompanhamento escolar dos filhos, saúde e higiene pessoal da mulher, planeamento e nutrição. Haverá um acompanhamento inicial a serviços públicos de forma a capacitar as mulheres na sua autonomia pessoal e familiar. Estas ações contarão com o apoio decisivo da equipa do Núcleo de Apoio à Vítima de Castelo Branco.

Inserção no mercado de trabalho – A integração no país de acolhimento pressupõe como requisito imprescindível a integração no mercado de trabalho. Neste sentido definem-se aqui, nas suas ações, sessões de procura ativa de emprego, encaminhamento para ofertas de emprego e ações de sessão que fomentem o empreendedorismo. Simultaneamente, também se dinamizarão ações de formação para empresários que desejem contratar e com os quais estabelecemos contatos, de forma a esclarecer os procedimentos legais e desconstruindo aqui alguns medos existentes. Também se procurará sensibilizar os NPT para a importância dos seus direitos e deveres, evitando algum comportamento abusivo quer da parte de quem contrata, quer de quem é contratado. Estas atividades contarão com o apoio do GIP e do IEFP, I.P.

Respostas sociais no sistema educativo – Sendo a educação um dos pilares da igualdade de oportunidades, haverá um acompanhamento dos processos de integração no sistema escolar e aprendizagem dos alunos NPT, através de ações de monitorização e articulação de respostas de apoio escolar, quer com a escola, quer com outras respostas sociais, nomeadamente com o Projeto Escolhas.

Direitos e Deveres no acesso à Saúde – Estando a saúde centrada no bem-estar biopsicossocial do Ser Humano, encetamos um trabalho multissetorial, quer com os migrantes na informação dos seus direitos e deveres, quer com as entidades de saúde na sua formação especializada no atendimento a NPT.

Promoção da Interculturalidade – Reforçar e valorizar o sentido de pertença dos NPT na comunidade local, bem como desmistificar mitos e medos junto da comunidade autóctone é basilar. Para estas atividades contaremos com a rede de parceiros já identificada neste documento, criando também uma Assembleia participativa pontual para reforçar esse sentido de pertença.

Figura 42. Visão Estratégica do PMIM-CB 2G



Fonte: PMIM-CB 2G (2020-2022)

Figura 43. Princípio Orientador e Domínios Essenciais da Ação no PMIM-CB 2G



Fonte: PMIM-CB 2G (2020-2022)

3.1.2 Objetivos Estratégicos

A componente estratégica do PMIM-CB 2G está estruturada em torno de 5 eixos que contemplam 14 áreas de intervenção, que por sua vez contêm um total de 25 ações, que procura operacionalizar e consolidar as linhas de abordagem às problemáticas identificadas e suportadas nos resultados obtidos no âmbito do diagnóstico efetuado. Desta forma, foram identificadas as principais áreas e domínios em que é necessária uma intervenção multidimensional, mas simultaneamente específica e orientada,

permitindo abordar e responder de forma adequada e objetiva aos principais desafios e dificuldades com que os migrantes NPT se deparam, quer durante o período inicial de entrada/integração no concelho, quer durante o seu quotidiano. Para o efeito, foi definido e desenvolvido um quadro de objetivos a prosseguir e ações a implementar no sentido de consolidar a integração, através da promoção e melhoramento das condições de vida e da capacitação das comunidades migrantes que residem no concelho de Castelo Branco. Por outro lado, esta estrutura estratégica também vai ao encontro das orientações e objetivos associados às políticas nacionais e internacionais no âmbito do acolhimento e integração de migrantes, com os quais os objetivos do PMIM-CB 2G também estão alinhados, garantindo a coesão da atuação e a sua harmonia com os princípios de referência nesta matéria.

A estrutura estratégica do PMIM-CB 2G está, assim, organizada com base num conjunto de objetivos estratégicos gerais e específicos, reforçados pela identificação de indicadores de realização e monitorização, o que produz um enquadramento operacional e balizador das áreas de atuação a desenvolver, constituindo-se como os principais referenciais de ação e garantia da execução e avaliação das ações. Esta estrutura também constitui um forte contributo para um trabalho de contínuo aperfeiçoamento e ajustamento à realidade dos migrantes NPT e da melhoria dos processos de acolhimento integração e respetivas respostas, no concelho de Castelo Branco.

Num contexto em que as dinâmicas migratórias, sociais e económicas nacionais e internacionais estão em rápida e permanente mudança e, por isso existe a constante necessidade de ajustamentos, as plataformas de envolvimento e cooperação em que participam cidadãos e entidades, visando uma sociedade mais acolhedora e tolerante, constituem um elemento determinante na prossecução das políticas de acolhimento e integração, às quais a partilha de responsabilidades, o trabalho em parceria e colaboração institucional, bem como sinergia entre projetos estão intimamente associados.

Considerando ainda a diversidade dos temas e áreas de intervenção, bem como a amplitude de várias ações que, frequentemente, se estende a um conjunto considerável de atores locais, é fundamental que as entidades parceiras continuem a desenvolver um papel ativo na sua dinamização, assumindo competências específicas ou alargadas, nomeadamente através do estabelecimento de parcerias e cooperando entre si, seja na aplicação e execução de medidas específicas, seja através da colaboração para o desenvolvimento de outras.

Uma nota metodológica para dizer que os objetivos aqui fixados têm uma definição ampla, no sentido de contribuírem para uma intervenção global, alargada a vários domínios, promovendo sinergias e complementaridades, reforçando a integração das ações numa perspetiva agregada e multidimensional. Por isso, em diversos casos, os objetivos estratégicos identificados, ainda que associados a uma área de intervenção específica, beneficiam da existência de mais do que uma ação a contribuir para o mesmo objetivo. Não obstante, a clareza dos objetivos é fundamental para garantir a operacionalização das ações a desenvolver, bem como para a sua avaliação e monitorização. Nesse sentido, a amplitude da definição dos objetivos estratégicos é acutelada com o estabelecimento de objetivos operacionais para cada uma das áreas de intervenção e das respetivas ações, identificados em maior detalhe nos quadros de ação expostos na componente operacional do Plano.

De seguida identificam-se e descrevem-se os objetivos estratégicos gerais e específicos, bem como as áreas de intervenção a que estão associados e respetivos eixos. Esta estrutura estratégica apresenta-se resumida na Tabela 12.

Eixo I

Serviços de Acolhimento e Integração – reforçar e melhorar o acolhimento e integração dos migrantes NPT no concelho de Castelo Branco, através: i) da capacitação da pessoa migrante no seu processo de acolhimento e integração, designadamente ao desenvolver ações de informação e divulgação sobre os direitos e deveres, assim como sobre os serviços de apoio existentes; ii) da promoção do acesso aos direitos de cidadania dos migrantes NPT, valorizando a sua participação cívica e comunitária; iii) do funcionamento de um serviço de acolhimento e integração de proximidade e de qualidade, cujo trabalho se desenvolve em rede com múltiplas entidades locais.

Urbanismo e Habitação – promover o acesso à habitação por parte de migrantes NPT em situação de maior vulnerabilidade, através da aposta na divulgação de informação e capacitação da população migrante mais vulnerável em aceder à habitação, no sector público ou privado.

Relações Internacionais – fomentar a troca de conhecimento e experiências na área das migrações e da interculturalidade, valorizando a diversidade cultural existente no

território, através da organização de atividades culturais, seminários alusivos a várias temáticas, workshops, atividades de animação e gastronómicas.

Eixo II

Saúde – melhorar e facilitar as condições de acesso ao Serviço Nacional de Saúde por parte da população migrante NPT, contribuindo para melhorar os conhecimentos em termos de direitos e deveres, reforçar os cuidados de saúde prestados e o estado de saúde destes cidadãos: i) pelo melhoramento e reforço da informação disponível sobre o acesso à saúde, direitos e deveres por parte dos migrantes NPT, contribuindo para fortalecer o acesso e os cuidados médicos prestados a essas populações; ii) pela promoção de ações de informação e capacitação, sobretudo sobre legislação em vigor, direitos e deveres dos NPT no acesso à saúde, junto dos funcionários destes serviços; iii) pela estruturação e organização de campanhas de sensibilização e promoção da saúde e prevenção da doença, em locais estratégicos de afluência de migrantes NPT, melhorando assim a literacia de saúde das comunidades migrantes e de forma a reduzir a ocorrência, aparecimento e propagação de determinadas doenças de saúde pública.

Cidadania e Participação Cívica – fomentar o acesso dos migrantes NPT aos direitos de cidadania, valorizando a sua participação cívica, comunitária e política, com o objetivo de reforçar as relações sociais e fomentar a sua melhor integração na sociedade, pela aposta em: i) ações de divulgação sobre os direitos sociais e políticos das pessoas migrantes; ii) realização de atividades de voluntariado jovem, através de práticas locais que permitam e potenciem a consciencialização de atitudes de cidadania ativa; iii) apoio ao tecido associativo migrante.

Media e Sensibilização da Opinião Pública – contribuir para combater estereótipos e preconceitos sobre as comunidades migrantes e as minorias étnicas NPT na opinião pública e, por conseguinte, contribuir para a sua melhor aceitação e integração na sociedade de acolhimento, através da aposta em atividades inovadoras de informação e sensibilização sobre as migrações, a importância da diversidade cultural e de valorização da interculturalidade (Ex. vídeos, fotografias, entrevistas, folhetos), dirigidas a jovens, migrantes e à sociedade em geral.

Eixo III

Mercado de Trabalho e Empreendedorismo – aumentar a taxa de empregabilidade, melhorar as condições de trabalho e incentivar a procurar ativa de emprego e o empreendedorismo inclusivo da população migrante, através: i) do aumento das oportunidades de emprego, identificando e divulgando, em diferentes plataformas e, de forma atualizada, as ofertas de emprego disponíveis; ii) do apoio e capacitação dos migrantes NPT para responderem de forma eficaz às candidaturas e à procura ativa de trabalho, assim como a outros procedimentos necessários aos métodos de recrutamento ou à criação do próprio emprego.

Capacitação e Formação – reforçar a capacitação dos migrantes NPT, em diferentes áreas essenciais para a sua melhor integração; e capacitar a sociedade em geral e os migrantes em particular, sobre o quadro legislativo atual em matéria de migrações, de forma a potenciar a plena integração dos migrantes NPT, nomeadamente através: i) do desenvolvimento de ações de divulgação e capacitação sobre legislação e direitos e deveres políticos e sociais dos migrantes; ii) divulgação da oferta formativa destinada a pessoas migrantes; iii) capacitação das pessoas migrantes para a procura ativa de trabalho e para a criação de negócios próprios. iv) informação e sensibilização dos empregadores para a importância e os benefícios da diversidade cultural nas instituições; v) alertar migrantes e entidades parceiras para a importância da mediação intercultural, contribuindo para formação de mediadores/as interculturais; vi) incentivo e capacitação do tecido associativo migrante.

Educação e Língua – consolidar o conhecimento ou domínio da língua portuguesa por parte dos migrantes NPT, com vista a melhorar os níveis de integração social e profissional na sociedade de acolhimento e reforçar a integração da população migrante em contexto escolar, através: i) do reforço das oportunidades de aprendizagem da língua portuguesa; ii) da promoção da escola intercultural.

Eixo IV

Solidariedade e Resposta Social – reforçar o combate à pobreza e à exclusão social dos migrantes NPT, através do apoio às pessoas migrantes em situação de maior vulnerabilidade social, numa perspetiva da sua capacitação, autonomização e emancipação.

Cultura – realização de atividades culturais de valorização e promoção da diversidade cultural existente no território, promovendo a aproximação e a relação entre pessoas culturalmente diversas, numa lógica intercultural e fomentando um sentimento de aceitação e pertença à comunidade de acolhimento; isto através i) de uma oferta cultural que fomente a diversidade cultural e o diálogo intercultural e ii) do apoio às iniciativas culturais com origem nas comunidades migrantes e/ou associações culturais.

Religião – contribuir para combater preconceitos e a discriminação de base religiosa ao mesmo tempo que se valoriza a diversidade cultural e religiosa existente no território, através de iniciativas de sensibilização sobre a diversidade religiosa e a importância do diálogo inter-religioso para públicos-alvo distintos.

Eixo V

Racismo e Discriminação – reforçar o combate aos estereótipos, racismo e à discriminação relativas à comunidade migrante NPT, valorizando a diversidade cultural existente no território e promovendo o convívio saudável entre pares, através da aposta em iniciativas de informação e sensibilização sobre o racismo e a discriminação de base racial e étnica, dirigidas à população escolar e à sociedade de acolhimento com o objetivo específico de esclarecer a comunidade sobre a realidade multicultural existente e desconstruir mitos e medos associados aos migrantes NPT.

Igualdade de Género – sensibilizar a comunidade em geral e os migrantes em particular, para as questões da igualdade de género e da violência entre pares, reforçando o combate às discriminações de género e com base na identidade e/ou orientação sexual, através da aposta em iniciativas de informação e sensibilização sobre os direitos das mulheres e a igualdade de género junto das comunidades migrante e autóctone, mas principalmente dos jovens e das mulheres migrantes, dotando-os de competências nesta área, de modo a limitar/erradicar este fenómeno.

Tabela 12. Síntese da Estratégia do PMIM-CB 2G

EIXOS	ÁREAS DE INTERVENÇÃO	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS GERAIS	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS ESPECÍFICOS
Eixo I	Serviços de Acolhimento e Integração	Reforçar e melhorar o acolhimento e integração da população migrante NPT no concelho de Castelo Branco.	<p>Capacitar os migrantes NPT para o seu processo de acolhimento e integração, designadamente ao desenvolver ações de informação e divulgação sobre os direitos e deveres, assim como sobre os serviços de apoio existentes.</p> <p>Promover o acesso aos direitos de cidadania dos migrantes NPT, valorizando a sua participação cívica e comunitária.</p> <p>Garantir o funcionamento de um serviço de acolhimento e integração de proximidade e de qualidade, cujo trabalho se desenvolve em rede com múltiplas entidades locais.</p>
	Urbanismo e Habitação	Promover o acesso à habitação por parte de migrantes NPT em situação de maior vulnerabilidade.	Apostar na divulgação de informação e capacitação da população migrante mais vulnerável em aceder à habitação.
	Relações Internacionais	Fomentar a troca de conhecimento e experiências na área das migrações e da interculturalidade, valorizando a diversidade cultural existente no território	Reforçar o conhecimento específico dos autóctones sobre as culturas e tradições dos migrantes NPT, através da organização de atividades culturais, seminários alusivos a várias temáticas, workshops, atividades de animação e gastronómicas.
Eixo II	Saúde	Melhorar e facilitar as condições de acesso ao Serviço Nacional de Saúde por parte da população migrante NPT, contribuindo para melhorar os conhecimentos em termos de direitos e deveres, reforçar os cuidados de saúde prestados e o estado de saúde destes cidadãos.	<p>Melhorar e reforçar a informação disponível sobre o acesso à saúde, direitos e deveres por parte dos migrantes NPT, contribuindo para reforçar o acesso e os cuidados médicos prestados a essas populações.</p> <p>Promover ações de informação e capacitação sobretudo sobre legislação em vigor, direitos e deveres dos migrantes NPT no acesso à saúde, junto dos funcionários destes serviços.</p> <p>Estruturar e organizar campanhas de sensibilização e promoção da saúde e prevenção da doença, em locais estratégicos de afluência de migrantes NPT, melhorando assim a literacia de saúde das comunidades migrantes e de forma a reduzir a ocorrência, aparecimento e propagação de determinadas doenças de saúde pública.</p>
	Cidadania e Participação Cívica	Promover o acesso dos migrantes NPT aos direitos de cidadania, valorizando a sua participação cívica, comunitária e política, com o objetivo reforçar as relações sociais e fomentar a sua melhor integração na sociedade.	<p>Aposta em ações de divulgação sobre os direitos sociais e políticos dos migrantes.</p> <p>Realização de atividades de voluntariado jovem, através de práticas locais que permitam e potenciem a consciencialização de atitudes de cidadania ativa.</p> <p>Apoiar ao tecido associativo migrante.</p>

Media e Sensibilização da Opinião Pública

Contribuir para combater estereótipos e preconceitos sobre as comunidades migrantes e as minorias étnicas na opinião pública e, por conseguinte, contribuir para a sua melhor aceitação e integração na sociedade de acolhimento.

Apostar em atividades inovadoras de informação e sensibilização sobre as migrações, a importância da diversidade cultural e de valorização da interculturalidade (Ex. vídeos, fotografias, entrevistas, folhetos), dirigidas a jovens, migrantes e à sociedade em geral.

Mercado de Trabalho e Empreendedorismo

Aumentar a taxa de empregabilidade, melhorar as condições de trabalho e incentivar a procura ativa de emprego e o empreendedorismo inclusivo da população migrante.

Aumentar as oportunidades de emprego, identificando e divulgando, em diferentes plataformas e, de forma atualizada, as ofertas de emprego disponíveis.

Apoiar e capacitar os migrantes NPT para responderem de forma eficaz às candidaturas e à procura ativa de trabalho, assim como a outros procedimentos necessários aos métodos de recrutamento ou à criação do próprio emprego.

Desenvolver ações de divulgação e capacitação sobre legislação e direitos e deveres políticos e sociais dos migrantes.

Divulgar a oferta formativa destinada aos migrantes.

Capacitação e Formação

Reforçar a capacitação dos migrantes NPT, em diferentes áreas essenciais para a sua melhor integração; e capacitar a sociedade em geral e os migrantes em particular, sobre o quadro legislativo atual em matéria de migrações, de forma a potenciar a plena integração dos migrantes NPT.

Capacitar as pessoas migrantes para a procura ativa de trabalho e para a criação de negócios próprios.

Informar e sensibilizar os empregadores para a importância e os benefícios da diversidade cultural nas instituições.

Alertar migrantes e entidades parceiras para a importância da mediação intercultural, contribuindo para formação de mediadores/as interculturais.

Incentivar e capacitação do tecido associativo migrante.

Educação e Língua

Consolidar o conhecimento ou domínio da língua portuguesa por parte dos migrantes NPT, com vista a melhorar os níveis de integração social e profissional na sociedade de acolhimento e reforçar a integração da população migrante em contexto escolar.

Reforçar as oportunidades de aprendizagem da língua portuguesa.

Promover a escola intercultural.

Eixo III

	Solidariedade e Resposta Social	Reforçar o combate à pobreza e à exclusão social dos migrantes NPT.	Aposta no apoio aos migrantes em situação de maior vulnerabilidade social, numa perspetiva da sua capacitação, autonomização e emancipação.
Eixo IV	Cultura	Realização de atividades culturais de valorização e promoção da diversidade cultural existente no território, promovendo a aproximação e a relação entre pessoas culturalmente diversas, numa lógica intercultural e fomentando um sentimento de aceitação e pertença à comunidade de acolhimento.	Ter uma oferta cultural que fomente a diversidade cultural e o diálogo intercultural. Apoiar iniciativas culturais com origem nas comunidades migrantes e/ou associações culturais.
	Religião	Contribuir para combater preconceitos e a discriminação de base religiosa, ao mesmo tempo que se valoriza a diversidade cultural e religiosa existente no território.	Desenvolver iniciativas de sensibilização sobre a diversidade religiosa e a importância do diálogo inter-religioso para públicos-alvo distintos.
Eixo V	Racismo e Discriminação	Reforçar o combate aos estereótipos, racismo e à discriminação relativas à comunidade migrante NPT, valorizando a diversidade cultural existente no território e promovendo o convívio saudável entre pares.	Apostar em iniciativas de informação e sensibilização sobre o racismo e a discriminação de base racial e étnica, dirigidas à população escolar e à sociedade de acolhimento, com o objetivo específico de esclarecer a comunidade sobre a realidade multicultural existente e desconstruir mitos e medos associados aos migrantes NPT.
	Igualdade de Género	Sensibilizar a comunidade geral e os migrantes em particular, para as questões da igualdade de género e da violência entre pares, reforçando o combate às discriminações de género e com base na identidade e/ou orientação sexual	Criar iniciativas de informação e sensibilização sobre os direitos das mulheres e a igualdade de género junto das comunidades migrante e autóctone, mas principalmente dos jovens e das mulheres migrantes, dotando-os de competências nesta área, de modo a limitar/erradicar este fenómeno.

Fonte: PMIM-CB 2G (2020-2022)

3.2 DIMENSÃO OPERACIONAL

A componente operacional do PMIM-CB 2G está organizada em torno de 5 eixos, num total de 25 ações, distribuídas por 14 área de intervenção (Cf. Tabela 14). A fase da implementação do Plano decorre no período de janeiro de 2021 a dezembro de 2022.

O Primeiro eixo de intervenção abarca três ações, nomeadamente a Assembleia Participativa representativa, o CLAIM, já uma referência na intervenção e inserção da comunidade migrante e uma ação de Informação sobre “Direitos e Deveres no Arrendamento”.

O segundo eixo de intervenção está direcionado para as questões de *Saúde, Cidadania, Participação Cívica, Media e Sensibilização da Opinião Pública*, no qual estão previstas seis ações promotoras do acesso à saúde por parte dos migrantes, campanhas de sensibilização da opinião pública e participação cívica por parte dos migrantes.

O terceiro eixo de intervenção centra-se nas questões da capacitação para o acesso ao *Mercado do Trabalho, Empreendedorismo, Capacitação, Formação, Educação e Língua*. Este eixo está direcionado para promover a integração dos migrantes através do acesso ao mercado de trabalho, quer seja através do trabalho por conta de outrem, quer seja na criação do seu próprio posto de trabalho. Procura esclarecer os empresários dos procedimentos a adotar para a contratação dos migrantes; promove ainda ações de associativismo imigrante e mediação intercultural; diligencia o acesso ao conhecimento da lei da imigração para os NPT residentes no concelho e entidades públicas e privadas locais. Por último, mas não menos importante, fomenta o acesso aos Cursos de Português para Todos, o denominado, *PPT*, permitindo uma efetiva integração na sociedade de acolhimento.

O quarto eixo de intervenção está focado nas questões da *Solidariedade, Resposta Social, Cultura e Religião*. Prevê a realização de uma semana da Multiculturalidade, de encontros culturais e gastronómicos. Pretende-se aqui dar também continuidade à ação “Família do Lado”, da qual já contamos atualmente, em Castelo Branco, com duas edições, sendo já um ícone de integração e partilha sociocultural. As hortas comunitárias, será outra das ações de continuidade na medida que capacita os migrantes para a prática de uma agricultura de subsistência e para a prática de uma

alimentação saudável, ao mesmo tempo que fomenta o convívio saudável e partilha de experiências entre pares. Ainda neste eixo abordaremos as questões religiosas, estando previsto um encontro inter-religioso e uma visita a uma instituição religiosa.

Por fim, o quinto eixo, direcionado para a construção de uma sociedade mais justa, coesa e solidária, vamos trabalhar com os mais novos em contexto escolar, as questões ligadas à desconstrução de estereótipos, nomeadamente racismo e xenofobia e prevenção de qualquer tipo de violência.

Na Tabela 13 encontram-se sumariados os indicadores físicos operacionais do Plano.

Tabela 13. Síntese de Indicadores Físicos Operacionais **Quantidade**

Nº de entidades que participam na conceção e implementação do Plano	24
Nº de medidas que integram o Plano	25
Nº de NPT envolvidos (homem)	400
Nº de NPT envolvidos (mulher)	320
Nº de NPT que participam na conceção do Plano	200

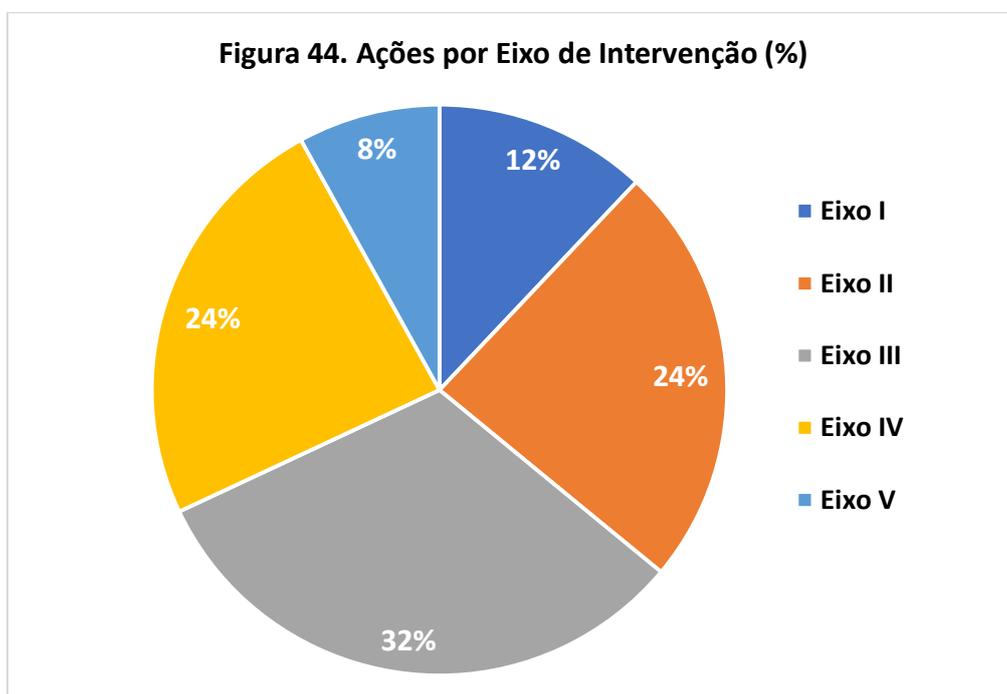
Fonte: PMIM-CB 2G (2020-2022)

Tabela 14. Resumo da Dimensão Operacional do PMIM-CB 2G

FASES	EIXOS DE INTERVENÇÃO	ÁREAS DE INTERVENÇÃO	Nº	AÇÕES
FASE DA CONCEÇÃO				Conceção do diagnóstico PMIM-CB 2G
FASE DA IMPLEMENTAÇÃO	Eixo I - Serviços de Acolhimento, Integração, Urbanismo, Habitação e Relações Internacionais;	Urbanismo e Habitação	1	Direitos e Deveres no Arrendamento
		Serviços de Acolhimento e Integração	2	Assembleia Participativa
		Serviços de Acolhimento e Integração	3	CLAIM Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes
	Eixo II - Saúde, Cidadania, Participação Cívica, Media e Sensibilização da opinião pública	Media e Sensibilização da Opinião Pública	4	Sensibilização da Opinião Pública para a Interculturalidade
		Cidadania e Participação Cívica	5	Cidadãos Ativos
		Saúde	6	+ Saúde
		Saúde	7	Saúde para tod@s
		Saúde	8	Prevenção da Doença e Promoção da Saúde Pública;
		Media e Sensibilização da Opinião Pública	9	Campanha de Rua
	Eixo III - Mercado de Trabalho, Empreendedorismo, Capacitação, Formação, Educação e Língua	Mercado de Trabalho e Empreendedorismo	10	Bolsas de Oferta de Emprego
		Capacitação e Formação	11	PMIM Empreende
		Capacitação e Formação	12	Divulgação do Manual “Benefício da Integração e da Diversidade nas Empresas”
		Capacitação e Formação	13	Workshops sobre a Lei da Imigração
		Capacitação e Formação	14	Associativismo Imigrante
		Capacitação e Formação	15	Divulgação do “Manual de Boas Práticas na Mediação Intercultural”
		Capacitação e Formação	16	Procura Ativa de Emprego
		Educação e Língua	17	Curso de Português Para Todos
	Eixo IV - Solidariedade, Resposta Social, Cultura e Religião	Relações Internacionais	18	Semana da Multiculturalidade
		Cultura	19	Encontro Intercultural com Ações Culturais e Gastronómicas do Mundo
		Cultura	20	Programa “Família do Lado”
		Solidariedade e Resposta Social	21	Horta Comunitária
		Religião	22	Promoção do Diálogo Inter-religioso
		Religião	23	Visita Guiada a Instituição Religiosa
	Eixo V - Racismo, Discriminação e Igualdade de Género	Racismo e Discriminação	24	Debate nas Escolas Sobre Multiculturalidade e não Discriminação
		Igualdade de Género	25	Ações de Sensibilização para as Questões da Igualdade de Género e Violência de Género

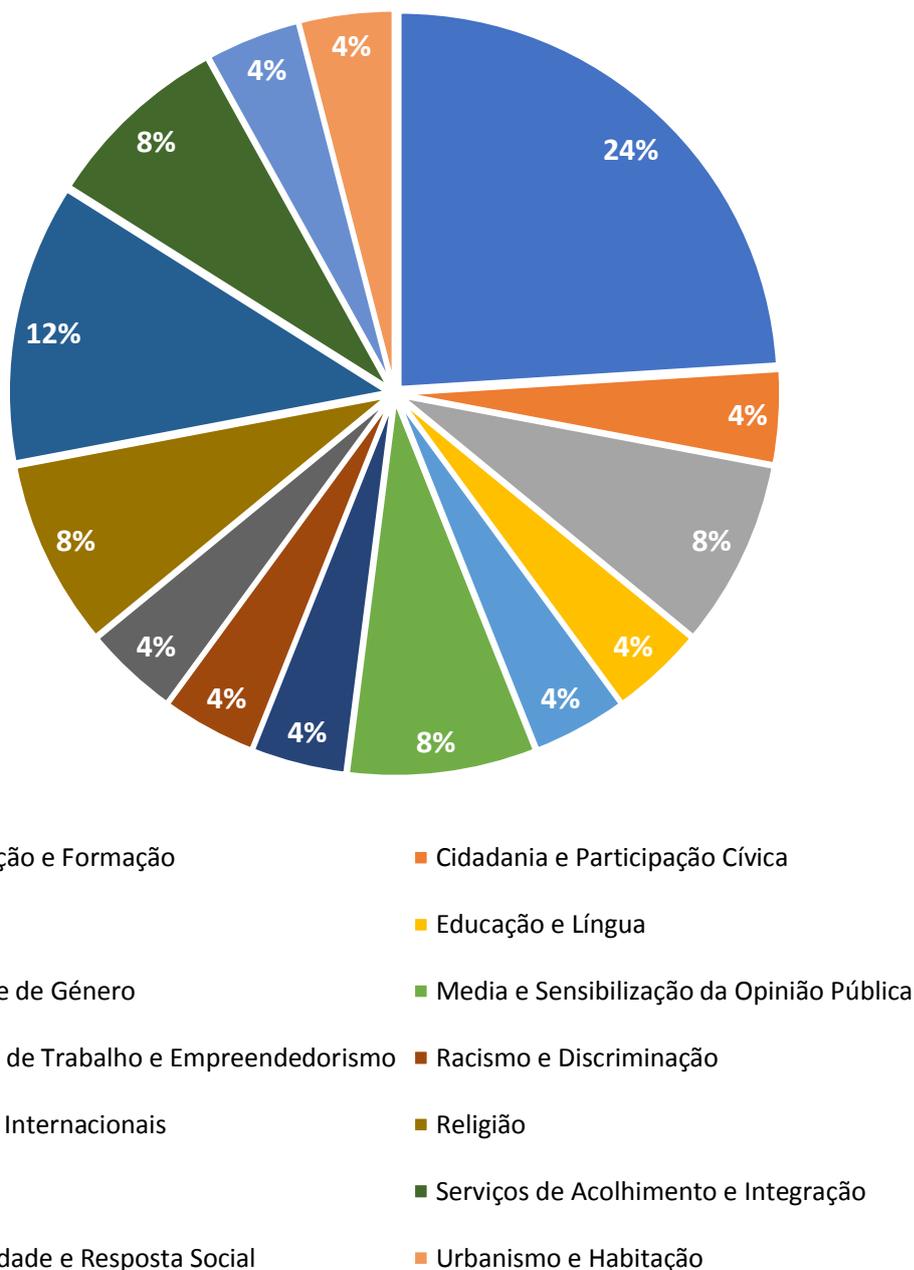
Fonte: PMIM-CB 2G (2020-2022)

A análise da distribuição das ações por eixo e área de intervenção, conforme expressam as Figuras 44 e 45, revela que os domínios abrangidos pelo Eixo III - Mercado de Trabalho, Empreendedorismo, Capacitação, Formação, Educação e Língua são os que concentram maior número de ações, 8 do total de 25 ações. Observa-se também que 75% das ações desse eixo incidem na área estratégica de intervenção da capacitação e formação, que é, por isso, a área que também abrange mais ações, 6 do total de 25 ações.



Fonte: PMIM-CB 2G (2020-2022)

Figura 45. Ações por Área de Intervenção (%)



Fonte: PMIM-CB 2G (2020-2022)

As ações constantes do Plano são apresentadas de forma detalhada a seguir, em formato de tabelas, sendo que para cada uma foi também elaborada uma ficha de ação, com os detalhes relevantes relativamente à sua aplicação, indicadores de realização e valor estimado.

3.2.1 Fase 1: Conceção do Plano Municipal para a Integração de Migrantes de Castelo Branco 2G

DIAGNÓSTICO DO PMIM-CB 2G								
1 Ação								
Objetivo Estratégico Geral	Objetivo Operacional	Início	Fim	Destinatários	Indicadores de realização física	Nº	Valor Financeiro da Ação	Responsáveis
Conhecer melhor a população migrantes a residir em Castelo Branco, no sentido de conceber um plano de ação profícuo e adequado às suas necessidades e expetativas	Realização de um diagnóstico da população migrante NPT, em situação regular, a residir em Castelo Branco, aferindo as reais e atuais necessidades, constrangimentos e expetativas relativas à sua integração.	01-10-2020	31-12-2020	População NPT, em situação regular, residente no concelho de Castelo Branco	Material Produzido Nº Total de NPT Participantes	1 200	6.100,00€	AL-AD

3.2.2 Fase 2: Implementação do Plano Municipal para a Integração de Migrantes de Castelo Branco 2G³¹

Eixo I									
3 Ações									
Nº da Ação	Áreas	Objetivos Estratégicos	Objetivos Operacionais	Medidas	Nível de Prioridade	Metas	Indicadores de realização física	Metas	Responsáveis
1	Urbanismo e Habitação	Promover o acesso à habitação por parte de migrantes NPT em situação de maior vulnerabilidade, apostando na divulgação de informação e capacitação da população migrante nesta área.	Melhorar o conhecimento dos migrantes NPT sobre o quadro normativo e legal no que concerne à celebração dos contratos de arrendamento Contribuir para a melhoria das relações entre arrendatário e inquilinos	Direitos e Deveres no Arrendamento	2	<ul style="list-style-type: none"> Realizar 1 sessão de informação Envolver 15 NPT 	Nº de sessões	1	AL-AD e Parceiros
							N.º total de NPT participantes	15	
2	Serviços de Acolhimento e Integração	Reforçar e melhorar o acolhimento e integração da população migrante NPT no concelho de Castelo Branco, através da promoção do acesso aos seus direitos de cidadania, valorizando a sua participação cívica e comunitária.	Fomentar a participação ativa e assertiva dos envolvidos na implementação, monitorização e avaliação do Plano	Assembleias Participativas	2	<ul style="list-style-type: none"> Realizar 3 Assembleias Participativas Envolver 100 NPT Envolver 15 parceiros do PMIM-CB 2G 	Nº total de sessões	3	AL-AD e Parceiros
							N.º total de NPT participantes	100	
							Nº total de parceiros participantes	15	
3	Serviços de Acolhimento e Integração	Garantir o funcionamento de um serviço de acolhimento e integração de proximidade e de qualidade, cujo trabalho se desenvolve em rede com múltiplas entidades locais.	Dinamizar e reforçar as condições de receção, informação e acolhimento dos NPT no CLAIM Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes	CLAIM Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes	2	<ul style="list-style-type: none"> Apoiar 500 NPT Promover a divulgação do CLAIM 	N.º de atendimentos ao longo do projeto	1200	AL-AD e Parceiros
							N.º total de NPT participantes	500	
							N.º de materiais produzidos	4	

³¹ AL-AD é responsável pela execução de todas as ações do Plano, mas conta com o envolvimento de vários parceiros locais e regionais em cada uma delas. Cf. Tabela 15.

Eixo II

6 Ações

Nº da Ação	Áreas	Objetivos Estratégicos	Objetivos Operacionais	Medidas	Nível de Prioridade	Metas	Indicadores de realização física	Metas	Responsáveis
4	Media e Sensibilização da opinião pública	Contribuir para combater estereótipos e preconceitos sobre as comunidades migrantes e as minorias étnicas NPT na opinião pública e, por conseguinte, contribuir para a sua melhor aceitação e integração na sociedade de acolhimento.	Sensibilizar e informar migrantes e sociedade de acolhimento sobre a importância da diversidade cultural e a valorização da interculturalidade.	Sensibilização da Opinião Pública para a Interculturalidade	2	<ul style="list-style-type: none"> Participação de 12 NPT Realização 5 vídeos e a sua divulgação a nível local e nacional Realização de uma exposição fotográfica em 5 locais ao longo do projeto 	N.º de NPT participantes	12	AL-AD e Parceiros
							N.º de Vídeos realizados	5	
							N.º de Exposições fotográficas	5	
5	Cidadania e Participação Cívica	Promover o acesso dos migrantes NPT aos direitos de cidadania, valorizando a sua participação cívica, comunitária e política, com o objetivo reforçar as relações sociais e fomentar a sua melhor integração na sociedade.	Realização de atividades de voluntariado jovem, através de práticas locais que permitam e potenciem a consciencialização de atitudes de cidadania ativa.	Cidadãos Ativos	2	<ul style="list-style-type: none"> Participação de 30 NPT Realização de 2 atividades de voluntariado Realização de 1 ação de proteção ambiental 	N.º de atividades	3	AL-AD e Parceiros
							N.º de horas por atividade	2h30	
							N.º de NPT participantes por atividade	10	
							N.º total de NPT participantes	30	
6	Saúde	Melhorar e facilitar as condições de acesso ao Serviço Nacional de Saúde por parte da população migrante NPT, contribuindo para melhorar os conhecimentos em termos de direitos e deveres, reforçar os cuidados de saúde prestados e o estado de saúde destes cidadãos.	Melhorar e reforçar a informação disponível sobre o acesso à saúde, direitos e deveres por parte dos migrantes NPT, contribuindo para reforçar o acesso e os cuidados médicos prestados a essas populações;	+ Saúde	2	<ul style="list-style-type: none"> Atualização do folheto informativo Tradução do folheto em 3 línguas Fazer 400 impressões do folheto 	N.º de materiais produzidos	1	AL-AD e Parceiros
							N.º de materiais traduzidos	3	
							N.º de impressões do material produzido	400	

7	Saúde	Melhorar e facilitar as condições de acesso ao Serviço Nacional de Saúde por parte da população migrante NPT, contribuindo para melhorar os conhecimentos em termos de direitos e deveres, reforçar os cuidados de saúde prestados e o estado de saúde destes cidadãos.	Promover ações de informação e capacitação sobretudo sobre legislação em vigor, direitos e deveres dos NPT no acesso à saúde, junto dos funcionários destes serviços;	Saúde para tod@s	2	<ul style="list-style-type: none"> Realização de 2 sessões de informação, sensibilização e/ou capacitação Envolver 30 participantes/ funcionários da ULS-CB. 	N.º de sessões ao longo do projeto	2	AL-AD e Parceiros
							N.º de horas por sessão	4h	
							N.º de participantes ao longo do projeto	30	
8	Saúde	Melhorar e facilitar as condições de acesso ao Serviço Nacional de Saúde por parte da população migrante NPT, contribuindo para melhorar os conhecimentos em termos de direitos e deveres, reforçar os cuidados de saúde prestados e o estado de saúde destes cidadãos.	Estruturar e organizar campanhas de sensibilização e promoção da saúde e prevenção da doença, em locais estratégicos de afluência de migrantes NPT, melhorando assim a literacia de saúde das comunidades migrantes e de forma a reduzir a ocorrência, aparecimento e propagação de determinadas doenças de saúde pública.	Prevenção da Doença e Promoção da Saúde Pública	2	<ul style="list-style-type: none"> Criar o Kit Saúde Migrante Realização de 2 campanhas ao longo do projeto Envolver 30 NPT 	N.º de campanhas	2	AL-AD e Parceiros
							N.º de NPT participantes por campanha	15	
							N.º total de NPT participantes	30	
							N.º de materiais produzidos	1	
							N.º de impressões do material produzido	30	
9	Media e Sensibilização da opinião pública	Contribuir para combater estereótipos e preconceitos sobre as comunidades migrantes e as minorias étnicas NPT na opinião pública e, por conseguinte, contribuir para a sua melhor aceitação e integração na sociedade de acolhimento	Realizar atividades inovadoras de recolha e divulgação de testemunhos da comunidade autóctone e comunidades migrantes sobre temas relacionados com as migrações com a finalidade de informar e sensibilizar para esta realidade.	Campanha de Rua	2	<ul style="list-style-type: none"> Realização de 1 Campanha de Rua Conceção de 1 folheto informativo Impressão de 250 folhetos informativos Realização de 1 vídeo Envolver 10 migrantes Envolver 10 autóctones. 	N.º de campanhas	1	AL-AD e Parceiros
							N.º total de NPT participantes	10	
							N.º total de participantes	20	
							N.º de materiais produzidos	2	
							N.º de impressões do material produzido	250	

Eixo III

8 Ações

Nº da Ação	Áreas	Objetivos Estratégicos	Objetivos Operacionais	Medidas	Nível de Prioridade	Metas	Indicadores de realização física	Metas	Responsáveis
10	Mercado de Trabalho e Empreendedorismo	Aumentar a taxa de empregabilidade, melhorar as condições de trabalho e incentivar a procurar ativa de emprego e o empreendedorismo inclusivo da população migrante.	Identificar e divulgar, quer online, quer no espaço PMIM, de forma atualizada, as ofertas de emprego disponíveis e apoiar os NPT na candidatura e demais procedimentos necessários aos métodos de recrutamento.	Bolsas de Oferta de Emprego	2	<ul style="list-style-type: none"> Divulgar 100 ofertas de emprego ao longo do projeto Apoiar na contratação efetiva de 5 NPT Envolver 30 NPT ao longo do projeto 	N.º de ofertas de emprego publicadas	100	AL-AD e Parceiros
							N.º total de NPT efetivamente contratados	5	
							N.º total de NPT participantes	30	
11	Capacitação e Formação	Reforçar a capacitação dos migrantes NPT, em diferentes áreas essenciais para a sua melhor integração; e capacitar a sociedade em geral e os migrantes em particular, sobre o quadro legislativo atual em matéria de migrações, de forma a potenciar a plena integração dos migrantes NPT.	Incrementar o conhecimento dos migrantes sobre as medidas de apoio ao empreendedorismo e sobre o processo empreendedor, de forma a incentivar e estimular o espírito empreendedor. Através de um programa PMIM Empreende recorrendo ao apoio do Recurso PEI – Programa de Empreendedorismo Imigrante do ACM, IP.	PMIM Empreende	2	<ul style="list-style-type: none"> Dinamização de um programa PMIM Empreende; Envolver 10 NPT. 	N.º de atividades	1	AL-AD e Parceiros
							N.º de horas por atividade	3h	
							N.º de NPT participantes	10	

12	Capacitação e Formação	Reforçar a capacitação dos migrantes NPT, em diferentes áreas essenciais para a sua melhor integração; e capacitar a sociedade em geral e os migrantes em particular, sobre o quadro legislativo atual em matéria de migrações, de forma a potenciar a plena integração dos migrantes NPT.	Melhorar a capacitação e conhecimento dos empregadores (instituições do setor privado e público) sobre a importância e os benefícios da integração de migrantes NPT nas suas equipas de trabalho.	Divulgação do Manual "Benefício da Integração e da Diversidade nas Empresas"	2	<ul style="list-style-type: none"> Divulgação junto de 100 empresas e instituições locais. Realização de 1 sessão de apresentação pública do Manual 	N.º de empresas alcançadas	100	AL-AD e Parceiros
							N.º de sessões realizadas	1	
13	Capacitação e Formação	Reforçar a capacitação dos migrantes NPT, em diferentes áreas essenciais para a sua melhor integração; e capacitar a sociedade em geral e os migrantes em particular, sobre o quadro legislativo atual em matéria de migrações, de forma a potenciar a plena integração dos migrantes NPT.	Realizar, junto das entidades competentes, sessões de formação/workshops sobre o quadro legislativo nacional em matéria de migrações, na sua atual redação, de forma a colmatar dificuldades de compreensão e potenciar a plena integração dos NPT.	Workshops Sobre a Lei da Imigração	2	<ul style="list-style-type: none"> Realização de 2 workshops Envolver 30 Instituições do setor privado e público Envolver 25 NPT 	N.º de sessões ao longo do projeto	2	AL-AD e Parceiros
							N.º de horas por sessão	2h30	
							N.º de NPT participantes por ação	25	
							N.º total de instituições participantes	30	
14	Capacitação e Formação	Reforçar a capacitação dos migrantes NPT, em diferentes áreas essenciais para a sua melhor integração; e capacitar a sociedade em geral e os migrantes em particular, sobre o quadro legislativo atual em matéria de migrações, de forma a potenciar a plena integração dos migrantes NPT.	Organizar sessões de capacitação e informação, dirigidas aos NPT, sobre os procedimentos e apoios existentes para a criação e manutenção/revitalização de associações de migrantes, realçando a importância do associativismo na promoção da cidadania ativa.	Associativismo Imigrante	2	<ul style="list-style-type: none"> Realização de 1 ação de formação/capacitação; Envolver 25 NPT 	N.º de Sessões	1	AL-AD e Parceiros
							N.º de horas por sessão	2h	
							N.º total de NPT participantes	25	

15	Capacitação e Formação	Reforçar a capacitação dos migrantes NPT, em diferentes áreas essenciais para a sua melhor integração; e capacitar a sociedade em geral e os migrantes em particular, sobre o quadro legislativo atual em matéria de migrações, de forma a potenciar a plena integração dos migrantes NPT.	Divulgar e promover, junto dos parceiros locais que atuam na área das migrações e dos NPT envolvidos no projeto, a área da mediação intercultural e a sua importância no processo multivetorial integrativo destas comunidades.	Divulgação do "Manual de Boas Práticas na Mediação Intercultural"	2	<ul style="list-style-type: none"> Impressão e distribuição de 100 manuais 	N.º de manuais impressos e distribuídos	100	AL-AD e Parceiros
16	Capacitação e Formação	Reforçar a capacitação dos migrantes NPT, em diferentes áreas essenciais para a sua melhor integração; e capacitar a sociedade em geral e os migrantes em particular, sobre o quadro legislativo atual em matéria de migrações, de forma a potenciar a plena integração dos migrantes NPT.	Procura-se dotar os migrantes NPT desempregados de competências adequadas, de forma a despertar a sua proatividade no processo de procurar ativa de trabalho. A atividade realizar-se-á em articulação com o GIP da AL-AD.	Procura Ativa de Emprego	2	<ul style="list-style-type: none"> Envolvimento de 15 NPT Realização de 1 ação de capacitação 	N.º de sessões	1	AL-AD e Parceiros
							N.º de horas por sessão	2h30	
							N.º total de NPT participantes	15	
17	Educação e Língua	Consolidar o conhecimento ou domínio da língua portuguesa por parte dos migrantes NPT, com vista a melhorar os níveis de integração social e profissional na sociedade de acolhimento.	Reforçar as oportunidades de aprendizagem da língua portuguesa, colaborando na organização e mobilização dos NPT para o curso de Português para Todos (PPT), promovido pelo IEFP, I.P. Disponibilizar o espaço para a dinamização do mesmo.	Curso de Português Para Todos	2	<ul style="list-style-type: none"> Encaminhamento e inscrição de 20 NPT Certificação de 15 NPT 	N.º total de NPT inscritos	20	AL-AD e Parceiros
							N.º total de NPT certificados	15	

Eixo IV

6 Ações

Nº da Ação	Áreas	Objetivos Estratégicos	Objetivos Operacionais	Medidas	Nível de Prioridade	Metas	Indicadores de realização física	Metas	Responsáveis
18	Relações Internacionais	Fomentar a troca de conhecimento e experiências na área das migrações e da interculturalidade, valorizando a diversidade cultural existente no território.	Reforçar o conhecimento específico dos autóctones sobre as culturas e tradições dos NPT, através da organização de atividades culturais, seminários alusivos a várias temáticas, workshops, atividades de animação e gastronómicas.	Semana da Multiculturalidade	2	<ul style="list-style-type: none"> Dinamizar cinco dias de atividades com o tema base "A Multiculturalidade" 	N.º de evento ao longo do projeto	1	AL-AD e Parceiros
							N.º de NPT participantes	50	
							N.º total participantes	150	
19	Cultura	Realização de atividades culturais de valorização e promoção da diversidade existente no território, promovendo a aproximação e a relação entre pessoas culturalmente diversas, numa lógica intercultural e fomentando a aceitação e pertença à comunidade de acolhimento.	Reforço do conhecimento específico dos autóctones sobre as culturas e tradições dos NPT pela partilha de conhecimentos culinários.	Encontro Intercultural com Ações Culturais e Gastronómicas do Mundo	2	<ul style="list-style-type: none"> Realização de um encontro de divulgação cultural e gastronómica (show cooking) 	N.º de eventos ao longo do projeto	1	AL-AD e Parceiros
							N.º de NPT participantes	30	
							N.º total participantes	50	AL-AD e Parceiros
20	Cultura	Realização de atividades culturais de valorização e promoção da diversidade existente no território, promovendo a aproximação e a relação entre pessoas culturalmente diversas, numa lógica intercultural e fomentando a aceitação e pertença à comunidade de acolhimento.	Fomentar as redes de proximidade entre a cultura migrante e a cultura do país de acolhimento, reforçando laços, redes de vizinhança e pertença à comunidade, através da partilha aspetos culturais e tradições dos seus respetivos países.	Programa "Família do Lado"	2	<ul style="list-style-type: none"> Envolver 20 NPT Realizar 6 encontros entre NPT e autóctones 	N.º de ações	2	AL-AD e Parceiros
							N.º de NPT participantes	20	
							N.º total de participantes	50	

21	Solidariedade e Resposta Social	Reforçar o combate à pobreza e à exclusão social dos migrantes NPT.	Apoiar às pessoas migrantes em situação de maior vulnerabilidade social, em particular famílias numerosas a residir em Castelo Branco, através do cultivo de produtos para o seu autoconsumo.	Horta Comunitária	2	<ul style="list-style-type: none"> Promover o cultivo e manutenção de um espaço/talhão na horta comunitária Promover ações de formação práticas sobre as técnicas de cultivo e manuseio da terra junto dos NPT participantes 	N.º de famílias apoiadas	4	AL-AD e Parceiros
							N.º de NPT participantes	15	
							N.º horas de formação	150h	
22	Religião	Contribuir para combater preconceitos e a discriminação de base religiosa ao mesmo tempo que se valoriza a diversidade cultural e religiosa existente no território.	Partilha conhecimento e trocar experiências culturais-religiosas associadas às diversas crenças dos NPT.	Promoção do Diálogo Inter-Religioso	2	<ul style="list-style-type: none"> Realização de um evento de confraternização inter-religiosa com 6 cultos diferentes 	N.º de eventos ao longo do projeto	1	AL-AD e Parceiros
							N.º de NPT participantes	20	
							N.º total participantes	40	
23	Religião	Contribuir para combater preconceitos e a discriminação de base religiosa ao mesmo tempo que se valoriza a diversidade cultural e religiosa existente no território.	Promover o contacto dos NPT e autóctones com os locais e os cultos religiosos daquele.	Visita Guiada a Instituição Religiosa	2	<ul style="list-style-type: none"> Organização de uma visita guiada por NPT a uma instituição religiosa da sua devoção (Templo Sikh) 	N.º de eventos ao longo do projeto	1	AL-AD e Parceiros
							N.º de NPT participantes	50	
							N.º total participantes	70	

EIXO V

2 Ações

Nº da Ação	Áreas	Objetivos Estratégicos	Objetivos Operacionais	Medidas	Nível de Prioridade	Metas	Indicadores de realização física	Metas	Responsáveis
24	Racismo e Discriminação	Reforçar o combate aos estereótipos, racismo e à discriminação relativas à comunidade migrante NPT, valorizando a diversidade cultural existente no território e promovendo o convívio saudável entre pares.	Apostar em iniciativas de informação e sensibilização sobre o racismo e a discriminação de base racial e étnica, dirigidas à população escolar e à sociedade de acolhimento, com o objetivo específico de esclarecer a comunidade sobre a realidade multicultural existente e desconstruir mitos e medos associados aos migrantes NPT.	Organizar debate nos Agrupamentos de Escolas do Município de Castelo Branco (terceiro ciclo e secundário) sobre Multiculturalidade e Não Discriminação	2	<ul style="list-style-type: none"> Dinamizar 10 sessões de informação e sensibilização Envolver 10 alunos NPT Envolver 50 alunos autóctones do 3º ciclo e secundário 	N.º de ações ao longo do projeto	10	AL-AD e Parceiros
							N.º de horas por ação	1h30	
							N.º de NPT participantes por ação	1	
							N.º total de NPT participantes	10	
25	Igualdade de Género	Sensibilizar a comunidade para as questões da igualdade de género e da violência entre pares, reforçando o combate às discriminações de género e com base na identidade e/ou orientação sexual.	Apostar em iniciativas de informação e sensibilização sobre os direitos das mulheres e a igualdade de género junto das comunidades, mas principalmente dos jovens e das mulheres migrantes, dotando-os de competências nesta área, de modo a limitar/erradicar este fenómeno. Em parceria com a Estrutura de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica da AL-AD.	<p>Ações de Sensibilização Para as Questões da Igualdade de Género e Violência de Género</p> <p>Dar a conhecer a Estrutura de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica da AL-AD</p>	2	<ul style="list-style-type: none"> Realização de 2 sessões de sensibilização Envolver 15 NPT Envolver 30 autóctones 	N.º de ações ao longo do projeto	2	AL-AD e Parceiros
							N.º de horas por ação	2h00	
							N.º de NPT participantes por ação	8	
							N.º total de NPT participantes	15	
							N.º total de participantes	45	

Tabela 15. Parceiros Envolvidos, segundo cada Ação do PMIM-CB 2G

Ação	Parceiros
Ação 1	1) Centro Distrital de Castelo Branco do Instituto de Segurança Social, I.P., 3) Instituto Politécnico de Castelo Branco; 14) Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS); 22) Cáritas Interparoquial de Castelo Branco; 23) Junta de Freguesia de Castelo Branco.
Ação 2	1) Centro Distrital de Castelo Branco do Instituto de Segurança Social, I.P., 2) Unidade Local de Saúde de Castelo Branco, E.P.E; 3) Instituto Politécnico de Castelo Branco; 4) Agrupamento de Escolas de Amato Lusitano; 5) Agrupamento de Escolas Afonso de Paiva; 6) Agrupamento de Escolas Nuno Álvares; 7) Escola Tecnológica e Profissional Albicastrense – ETEPA; 8) Escola Profissional Agostinho Roseta – Polo de Castelo Branco; 9) Serviço de Estrangeiros e Fronteiras – Delegação Regional do Centro; 10) Centro de Emprego e Formação Profissional de Castelo Branco; 11) ACICB - Associação Comercial e Empresarial da Beira Baixa; 12) AEBB – Associação Empresarial da Beira Baixa; 13) Conservatória do Registo Civil de Castelo Branco; 14) Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS); 15) Centro de Respostas Integrado (CRI); 16) Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco (CPCJ); 17) Associação de Apoio à Criança de Castelo Branco (AACCB); 18) Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais – Delegação Regional Reinserção do Centro; 19) Autoridade para as competências de trabalho (ACT) – Castelo Branco; 20) Polícia de Segurança Pública (PSP) de Castelo Branco; 21) Guarda Nacional Republicana (GNR) de Castelo Branco; 22) Cáritas Interparoquial de Castelo Branco; 23) Junta de Freguesia de Castelo Branco.
Ação 3	1) Centro Distrital de Castelo Branco do Instituto de Segurança Social, I.P., 2) Unidade Local de Saúde de Castelo Branco, E.P.E; 3) Instituto Politécnico de Castelo Branco; 4) Agrupamento de Escolas de Amato Lusitano; 5) Agrupamento de Escolas Afonso de Paiva; 6) Agrupamento de Escolas Nuno Álvares; 7) Escola Tecnológica e Profissional Albicastrense – ETEPA; 8) Escola Profissional Agostinho Roseta – Polo de Castelo Branco; 9) Serviço de Estrangeiros e Fronteiras – Delegação Regional do Centro; 10) Centro de Emprego e Formação Profissional de Castelo Branco; 11) ACICB - Associação Comercial e Empresarial da Beira Baixa; 12) AEBB – Associação Empresarial da Beira Baixa; 13) Conservatória do Registo Civil de Castelo Branco; 14) Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS); 15) Centro de Respostas Integrado (CRI); 16) Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco (CPCJ); 17) Associação de Apoio à Criança de Castelo Branco (AACCB); 18) Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais – Delegação Regional Reinserção do Centro; 19) Autoridade para as competências de trabalho (ACT) – Castelo Branco; 20) Polícia de Segurança Pública (PSP) de Castelo Branco; 21) Guarda Nacional Republicana (GNR) de Castelo Branco; 22) Cáritas Interparoquial de Castelo Branco; 23) Junta de Freguesia de Castelo Branco.

Ação 4	<ul style="list-style-type: none"> 3) Instituto Politécnico de Castelo Branco; 4) Agrupamento de Escolas de Amato Lusitano; 5) Agrupamento de Escolas Afonso de Paiva; 6) Agrupamento de Escolas Nuno Álvares; 7) Escola Tecnológica e Profissional Albicastrense – ETEPA; 8) Escola Profissional Agostinho Roseta – Polo de Castelo Branco;
Ação 5	<ul style="list-style-type: none"> 9) Serviço de Estrangeiros e Fronteiras – Delegação Regional do Centro; 22) Cáritas Interparoquial de Castelo Branco; 20) Polícia de Segurança Pública (PSP) de Castelo Branco; 21) Guarda Nacional Republicana (GNR) de Castelo Branco;
Ação 6	<ul style="list-style-type: none"> 1) Centro Distrital de Castelo Branco do Instituto de Segurança Social, I.P., 2) Unidade Local de Saúde de Castelo Branco, E.P.E; 14) Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS); 22) Cáritas Interparoquial de Castelo Branco;
Ação 7	<ul style="list-style-type: none"> 1) Centro Distrital de Castelo Branco do Instituto de Segurança Social, I.P., 2) Unidade Local de Saúde de Castelo Branco, E.P.E; 14) Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS); 22) Cáritas Interparoquial de Castelo Branco;
Ação 8	<ul style="list-style-type: none"> 1) Centro Distrital de Castelo Branco do Instituto de Segurança Social, I.P., 2) Unidade Local de Saúde de Castelo Branco, E.P.E; 14) Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS); 22) Cáritas Interparoquial de Castelo Branco;
Ação 9	<ul style="list-style-type: none"> 3) Instituto Politécnico de Castelo Branco; 4) Agrupamento de Escolas de Amato Lusitano; 5) Agrupamento de Escolas Afonso de Paiva; 6) Agrupamento de Escolas Nuno Álvares; 22) Cáritas Interparoquial de Castelo Branco;
Ação 10	<ul style="list-style-type: none"> 1) Centro Distrital de Castelo Branco do Instituto de Segurança Social, I.P., 9) Serviço de Estrangeiros e Fronteiras – Delegação Regional do Centro; 10) Centro de Emprego e Formação Profissional de Castelo Branco; 11) ACICB - Associação Comercial e Empresarial da Beira Baixa; 12) AEBB – Associação Empresarial da Beira Baixa; 14) Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS); 19) Autoridade para as competências de trabalho (ACT) – Castelo Branco; 22) Cáritas Interparoquial de Castelo Branco; 23) Junta de Freguesia de Castelo Branco.
Ação 11	<ul style="list-style-type: none"> 3) Instituto Politécnico de Castelo Branco; 10) Centro de Emprego e Formação Profissional de Castelo Branco; 11) ACICB - Associação Comercial e Empresarial da Beira Baixa; 12) AEBB – Associação Empresarial da Beira Baixa;

- Ação 12 11) ACICB - Associação Comercial e Empresarial da Beira Baixa;
12) AEBB – Associação Empresarial da Beira Baixa;

- Ação 13
- 1) Centro Distrital de Castelo Branco do Instituto de Segurança Social, I.P.,
 - 2) Unidade Local de Saúde de Castelo Branco, E.P.E;
 - 3) Instituto Politécnico de Castelo Branco;
 - 4) Agrupamento de Escolas de Amato Lusitano;
 - 5) Agrupamento de Escolas Afonso de Paiva;
 - 6) Agrupamento de Escolas Nuno Álvares;
 - 7) Escola Tecnológica e Profissional Albicastrense – ETEPA;
 - 8) Escola Profissional Agostinho Roseta – Polo de Castelo Branco;
 - 9) Serviço de Estrangeiros e Fronteiras – Delegação Regional do Centro;
 - 10) Centro de Emprego e Formação Profissional de Castelo Branco;
 - 11) ACICB - Associação Comercial e Empresarial da Beira Baixa;
 - 12) AEBB – Associação Empresarial da Beira Baixa;
 - 13) Conservatória do Registo Civil de Castelo Branco;
 - 14) Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS);
 - 15) Centro de Respostas Integrado (CRI);
 - 16) Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco (CPCJ);
 - 17) Associação de Apoio à Criança de Castelo Branco (AACCB);
 - 18) Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais – Delegação Regional Reinserção do Centro;
 - 19) Autoridade para as competências de trabalho (ACT) – Castelo Branco;
 - 20) Polícia de Segurança Pública (PSP) de Castelo Branco;
 - 21) Guarda Nacional Republicana (GNR) de Castelo Branco;
 - 22) Cáritas Interparoquial de Castelo Branco;
 - 23) Junta de Freguesia de Castelo Branco.

- Ação 14 3) Instituto Politécnico de Castelo Branco;

- Ação 15
- 1) Centro Distrital de Castelo Branco do Instituto de Segurança Social, I.P.,
 - 2) Unidade Local de Saúde de Castelo Branco, E.P.E;
 - 3) Instituto Politécnico de Castelo Branco;
 - 4) Agrupamento de Escolas de Amato Lusitano;
 - 5) Agrupamento de Escolas Afonso de Paiva;
 - 6) Agrupamento de Escolas Nuno Álvares;
 - 7) Escola Tecnológica e Profissional Albicastrense – ETEPA;
 - 8) Escola Profissional Agostinho Roseta – Polo de Castelo Branco;
 - 9) Serviço de Estrangeiros e Fronteiras – Delegação Regional do Centro;
 - 10) Centro de Emprego e Formação Profissional de Castelo Branco;
 - 11) ACICB - Associação Comercial e Empresarial da Beira Baixa;
 - 12) AEBB – Associação Empresarial da Beira Baixa;
 - 13) Conservatória do Registo Civil de Castelo Branco;
 - 14) Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS);
 - 15) Centro de Respostas Integrado (CRI);
 - 16) Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco (CPCJ);
 - 17) Associação de Apoio à Criança de Castelo Branco (AACCB);
 - 18) Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais – Delegação Regional Reinserção do Centro;
 - 19) Autoridade para as competências de trabalho (ACT) – Castelo Branco;
 - 20) Polícia de Segurança Pública (PSP) de Castelo Branco;
 - 21) Guarda Nacional Republicana (GNR) de Castelo Branco;
 - 22) Cáritas Interparoquial de Castelo Branco;
 - 23) Junta de Freguesia de Castelo Branco.

- Ação 16
- 1) Centro Distrital de Castelo Branco do Instituto de Segurança Social, I.P.;
 - 9) Serviço de Estrangeiros e Fronteiras – Delegação Regional do Centro;
 - 10) Centro de Emprego e Formação Profissional de Castelo Branco;
 - 11) ACICB - Associação Comercial e Empresarial da Beira Baixa;
 - 12) AEBC – Associação Empresarial da Beira Baixa;
 - 14) Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS);
 - 19) Autoridade para as competências de trabalho (ACT) – Castelo Branco;
 - 22) Cáritas Interparoquial de Castelo Branco;
 - 23) Junta de Freguesia de Castelo Branco.

- Ação 17
- 1) Centro Distrital de Castelo Branco do Instituto de Segurança Social, I.P.;
 - 10) Centro de Emprego e Formação Profissional de Castelo Branco;

- Ação 18
- 1) Centro Distrital de Castelo Branco do Instituto de Segurança Social, I.P.;
 - 2) Unidade Local de Saúde de Castelo Branco, E.P.E;
 - 3) Instituto Politécnico de Castelo Branco;
 - 4) Agrupamento de Escolas de Amato Lusitano;
 - 5) Agrupamento de Escolas Afonso de Paiva;
 - 6) Agrupamento de Escolas Nuno Álvares;
 - 7) Escola Tecnológica e Profissional Albicastrense – ETEPA;
 - 8) Escola Profissional Agostinho Roseta – Polo de Castelo Branco;
 - 9) Serviço de Estrangeiros e Fronteiras – Delegação Regional do Centro;
 - 10) Centro de Emprego e Formação Profissional de Castelo Branco;
 - 11) ACICB - Associação Comercial e Empresarial da Beira Baixa;
 - 12) AEBC – Associação Empresarial da Beira Baixa;
 - 13) Conservatória do Registo Civil de Castelo Branco;
 - 14) Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS);
 - 15) Centro de Respostas Integrado (CRI);
 - 16) Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco (CPCJ);
 - 17) Associação de Apoio à Criança de Castelo Branco (AACCB);
 - 18) Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais – Delegação Regional Reinserção do Centro;
 - 19) Autoridade para as competências de trabalho (ACT) – Castelo Branco;
 - 20) Polícia de Segurança Pública (PSP) de Castelo Branco;
 - 21) Guarda Nacional Republicana (GNR) de Castelo Branco;
 - 22) Cáritas Interparoquial de Castelo Branco;
 - 23) Junta de Freguesia de Castelo Branco.

- Ação 19
- 1) Centro Distrital de Castelo Branco do Instituto de Segurança Social, I.P.;
 - 2) Unidade Local de Saúde de Castelo Branco, E.P.E;
 - 3) Instituto Politécnico de Castelo Branco;
 - 4) Agrupamento de Escolas de Amato Lusitano;
 - 5) Agrupamento de Escolas Afonso de Paiva;
 - 6) Agrupamento de Escolas Nuno Álvares;
 - 7) Escola Tecnológica e Profissional Albicastrense – ETEPA;
 - 8) Escola Profissional Agostinho Roseta – Polo de Castelo Branco;
 - 9) Serviço de Estrangeiros e Fronteiras – Delegação Regional do Centro;
 - 10) Centro de Emprego e Formação Profissional de Castelo Branco;
 - 11) ACICB - Associação Comercial e Empresarial da Beira Baixa;
 - 12) AEBC – Associação Empresarial da Beira Baixa;
 - 13) Conservatória do Registo Civil de Castelo Branco;
 - 14) Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS);
 - 15) Centro de Respostas Integrado (CRI);
 - 16) Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco (CPCJ);
 - 17) Associação de Apoio à Criança de Castelo Branco (AACCB);
 - 18) Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais – Delegação Regional

	<p>Reinserção do Centro;</p> <p>19) Autoridade para as competências de trabalho (ACT) – Castelo Branco;</p> <p>20) Polícia de Segurança Pública (PSP) de Castelo Branco;</p> <p>21) Guarda Nacional Republicana (GNR) de Castelo Branco;</p> <p>22) Cáritas Interparoquial de Castelo Branco;</p> <p>23) Junta de Freguesia de Castelo Branco.</p>
Ação 20	<p>22) Cáritas Interparoquial de Castelo Branco;</p> <p>23) Junta de Freguesia de Castelo Branco.</p>
Ação 21	<p>1) Centro Distrital de Castelo Branco do Instituto de Segurança Social, I.P.,</p> <p>14) Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS);</p> <p>22) Cáritas Interparoquial de Castelo Branco;</p>
Ação 22	<p>22) Cáritas Interparoquial de Castelo Branco;</p>
Ação 23	<p>22) Cáritas Interparoquial de Castelo Branco;</p>
Ação 24	<p>3) Instituto Politécnico de Castelo Branco;</p> <p>4) Agrupamento de Escolas de Amato Lusitano;</p> <p>5) Agrupamento de Escolas Afonso de Paiva;</p> <p>6) Agrupamento de Escolas Nuno Álvares;</p> <p>7) Escola Tecnológica e Profissional Albicastrense – ETEPA;</p> <p>8) Escola Profissional Agostinho Roseta – Polo de Castelo Branco;</p>
Ação 25	<p>3) Instituto Politécnico de Castelo Branco;</p> <p>4) Agrupamento de Escolas de Amato Lusitano;</p> <p>5) Agrupamento de Escolas Afonso de Paiva;</p> <p>6) Agrupamento de Escolas Nuno Álvares;</p> <p>7) Escola Tecnológica e Profissional Albicastrense – ETEPA;</p> <p>8) Escola Profissional Agostinho Roseta – Polo de Castelo Branco;</p> <p>22) Cáritas Interparoquial de Castelo Branco;</p>

Fonte: PMIM-CB 2G (2020-2022)

3.2.3 Fichas de Ação

EIXO I	
Nome da Ação	Ação 1 – Direitos e Deveres no Arrendamento
Descrição	Realizar uma sessão de informação sobre os direitos e deveres na celebração de um contrato de arrendamento.
Destinatários	Nacionais de Países Terceiros a residir em situação regular no concelho de Castelo Branco.
Objetivos	Melhorar o conhecimento dos NPT sobre o quadro normativo e legal no que concerne à celebração dos contratos de arrendamento em Portugal, promovendo o arrendamento consciente.
Resultados esperados	Fomentar o conhecimento das leis que regem o arrendamento e contribuir para a melhoria das relações entre arrendatário e inquilinos, minimizando conflitos inerentes.
Indicadores	Participação de 15 NPT; Realizar uma ação informativa, ao longo do projeto.
Fontes de Verificação	Relatório de execução da ação; Redes Sociais; Newsletter.
Data de Início	01/01/2021
Data de Fim	31/12/2022
Valor financeiro da Ação	5.453,657€

Nome da Ação	Ação 2 – Assembleia Participativa
Descrição	Realizar assembleias participativas, envolvendo as entidades parceiras, a comunidade migrante e a comunidade autóctone, de forma a fomentar a participação ativa e assertiva dos envolvidos.
Destinatários	Decisores Políticos, Parceiros Institucionais do PMIM 2G, Comunidade Migrante e Comunidade Autóctone.
Objetivos	<p>Realização de assembleias participativas para monitorização e avaliação do PMIM 2G com os seguintes objetivos:</p> <p>Elaborar propostas de alteração à implementação, materialização das ações; Potenciar os benefícios das dinâmicas migratórias para o desenvolvimento local da região; Discutir temas ligados à temática das migrações no local, em termos de integração; Promover a articulação entre parceiros locais (administração central e local, e instituições); Potenciar iniciativas facilitadoras da boa execução do Plano, nomeadamente através da mobilização das pessoas singulares e coletivas que sejam fundamentais para a sua concretização; Contribuir para uma melhor compreensão do fenómeno migratório ao nível local; Assegurar uma melhor correspondência entre necessidades e oferta migratória; Contribuir para a divulgação do plano e da respetiva implementação, a nível local, seja junto da opinião pública, seja dos profissionais das diferentes organizações públicas e privadas que, de forma direta ou indireta, tenham atribuições na integração de migrantes e na promoção da diversidade.</p>
Resultados esperados	Realização de 3 assembleias participativas ao longo do projeto.
Indicadores	Participação dos 15 parceiros do PMIM –CB 2G; Envolver 100 NPT.
Fontes de Verificação	Convocatórias, atas das reuniões e folhas de presença; Relatório de execução da ação; Teaser; Redes Sociais; Newsletter.
Data de Início	01/01/2021
Data de Fim	31/12/2022
Valor financeiro da Ação	5.333,657€

Nome da Ação	Ação 3 – CLAIM Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes
Descrição	Assegurar a dinâmica do CLAIM, de forma gratuita, descentralizada e humanizada, articulando com o ACM, I.P. e com as entidades parceiras, as respostas adequadas às necessidades identificadas pela equipa técnica, pelos NPT, entidades parceiras locais e comunidade de acolhimento, contextualizada na lei da imigração em vigor. Entregar aos NPT um Kit de Acolhimento de “Bem-vindo(a) a Castelo Branco”. Disponibilizar meios informáticos físicos para capacitar os NPT, no acompanhamento dos seus processos no sistema do SEF/SAPA, nacionalidade, agendamentos <i>online</i> , entre outros processos que integrem as ações definidas na candidatura (procura de trabalho, habitação, registo na autoridade tributária, segurança social).
Destinatários	Nacionais de Países Terceiros a residir em situação regular no concelho de Castelo Branco.
Objetivos	Reforçar o acolhimento e a integração dos NPT.
Resultados esperados	Disponibilizar o CLAIM a todos os NPT que procurem os seus serviços, de 2ª a 6ª feira, das 09h00 às 12h30 e das 14h00 às 17h30.
Indicadores	Criação de um Kit de Acolhimento de “Bem-vindo/a a Castelo Branco” composto por informações essenciais em diversas áreas. Realizar 1200 atendimentos ao longo do projeto; Atender 500 NPT; Conceção de um cartaz (25 impressões) e uma brochura de divulgação (800 impressões) do Gabinete CLAIM; Realização de 1 teaser promocional, disponibilizado em várias línguas.
Fontes de Verificação	Kit de Acolhimento de “Bem-vindo/a a Castelo Branco”; Registo de entrega do Kit de Acolhimento de “Bem-vindo/a a Castelo Branco”; Registo de atendimentos na PLIN; Materiais de comunicação e divulgação; Relatório de execução da ação; Teaser; Redes Sociais; Newsletter.
Data de Início	01/01/2021
Data de Fim	31/12/2022
Valor financeiro da Ação	14.394,407€

EIXO II

Nome da Ação	Ação 4 – Sensibilização da Opinião Pública para a Interculturalidade
Descrição	Realizar produtos de divulgação e promoção das culturas dos NPT a residir em Castelo Branco. Estes produtos terão o formato vídeo/digital e registos fotográficos e serão divulgados, quer nas redes sociais, quer fisicamente em locais públicos estratégicos da cidade.
Destinatários	Nacionais de Países Terceiros a residir em situação regular no concelho de Castelo Branco.
Objetivos	Sensibilizar e informar a sociedade de acolhimento sobre a importância da diversidade cultural, reforçando o sentimento de pertença dos NPT na comunidade autóctone e desconstruir mitos e medos associados à presença dos NPT na Cidade de Castelo Branco.
Resultados esperados	Contribuir para a aceitação dos NPT na comunidade de acolhimento.
Indicadores	Participação de 12 NPT; Realização 5 vídeos e a sua divulgação a nível local e nacional; Realização de uma exposição fotográfica em 5 locais ao longo do projeto.
Fontes de Verificação	Folhas de presença dos participantes e registo fotográfico; Relatório de execução da ação; Redes Sociais; Newsletter.
Data de Início	01/01/2021
Data de Fim	31/12/2022
Valor financeiro da Ação	11.333,657€

Nome da Ação	Ação 5 – Cidadãos Ativos
Descrição	Realização de ações de voluntariado e participação cívica, através de atividades práticas locais que permitam e potenciem a consciencialização de atitudes de cidadania ativa.
Destinatários	Nacionais de Países Terceiros a residir em situação regular no concelho de Castelo Branco.
Objetivos	Realizar ações de promoção do voluntariado jovem e da proteção do ambiente.
Resultados esperados	Contribuir para a integração dos migrantes na comunidade de acolhimento envolvendo-os nas ações da comunidade.
Indicadores	Participação de 30 NPT; Realização de 2 ações de voluntariado; Realização de 1 ação de proteção ambiental.
Fontes de Verificação	Folhas de presença dos participantes e registo fotográfico; Relatório de execução da ação Redes Sociais; Newsletter.
Data de Início	01/01/2021
Data de Fim	31/12/2022
Valor financeiro da Ação	5.383,657€

Nome da Ação	Ação 6 – + Saúde
Descrição	<p>Atualizar e divulgar os folhetos informativos sobre o acesso aos cuidados de saúde, direitos e deveres dos NPT na prestação de cuidados de saúde.</p> <p>Construção de folhetos e documentos informativos, disponibilizados em várias línguas.</p>
Destinatários	<p>Aprovisionar os centros de saúde da cidade com folhetos traduzidos em vários idiomas.</p>
Objetivos	<p>Melhorar e reforçar a informação disponível e em várias línguas sobre o acesso à saúde, contribuindo assim para o conhecimento informado dos NPT.</p>
Resultados esperados	<p>Melhorar o conhecimento dos migrantes no acesso a cuidados de saúde, nomeadamente dos seus direitos e deveres.</p>
Indicadores	<p>Atualização do folheto informativo;</p> <p>Tradução em 3 línguas;</p> <p>400 impressões.</p>
Fontes de Verificação	<p>Fotografias;</p> <p>Impressão do folheto nas 3 línguas;</p> <p>Assinatura do Registo de entrega dos folhetos pelas entidades recetoras;</p> <p>Redes sociais e Newsletter;</p> <p>Relatório de execução da ação.</p>
Data de Início	01/01/2021
Data de Fim	31/12/2022
Valor financeiro da Ação	6.473,657€

Nome da Ação	Ação 7 – Saúde para Tod@s
Descrição	Organizar e promover ações de sensibilização e capacitação junto dos funcionários da Unidade Local de Saúde de Castelo Branco (ULS), capacitando-os da legislação em vigor, tornando o acolhimento dos NPT nestas unidades de saúde mais humanizado, esclarecido e acolhedor.
Destinatários	Funcionários da ULS de Castelo Branco.
Objetivos	Promover ações de informação, sensibilização e capacitação sobre o acesso à saúde dos migrantes de forma a potenciar o pleno acesso aos cuidados de saúde, esclarecendo-os, sobretudo, sobre legislação em vigor, direitos e deveres dos NPT.
Resultados esperados	2 sessões ao longo do projeto, e envolver 30 participantes ao longo do projeto.
Indicadores	Realização de 2 sessões de informação, sensibilização e/ou capacitação. Envolver 30 participantes/ funcionários da ULS.
Fontes de Verificação	Folhas de presença; Fotografias; Materiais de comunicação; Emails; Redes sociais e Newsletter; Relatório de execução da ação.
Data de Início	01/01/2021
Data de Fim	31/12/2022
Valor financeiro da Ação	5.633,657€

Nome da Ação	Ação 8 – Prevenção da Doença e Promoção da Saúde Pública
Descrição	Estruturar e organizar campanhas de promoção da saúde e prevenção da doença, em locais estratégicos de afluência de migrantes NPT, de forma a reduzir a ocorrência, aparecimento e propagação de determinadas doenças de saúde pública.
Destinatários	Nacionais de Países Terceiros a residir em situação regular no concelho de Castelo Branco.
Objetivos	<p>Reforçar a informação e consciencialização dos NPT para a promoção da saúde e prevenção da doença, transmitindo conselhos úteis na prevenção de determinados comportamentos desaconselhados pelas normas emanadas da Direção Geral da Saúde (DGS) e que podem pôr em risco a sua vida e a dos outros.</p> <p>Criar um Kit Saúde Migrante, com as informações e instrumentos/utensílios essenciais para a promoção dos cuidados básicos de saúde.</p>
Resultados esperados	Envolver os NPT em campanhas de promoção da saúde e prevenção da doença de modo a que fiquem consciencializados dos cuidados a ter.
Indicadores	<p>Criar o Kit Saúde Migrante;</p> <p>Realização de 2 campanhas ao longo do projeto;</p> <p>Envolver 30 NPT.</p>
Fontes de Verificação	<p>Registo de entrega do Kit Saúde Migrante;</p> <p>Folhas de presença;</p> <p>Fotografias;</p> <p>Materiais de comunicação;</p> <p>Emails;</p> <p>Redes sociais e Newsletter;</p> <p>Relatório de execução da ação.</p>
Data de Início	01/01/2021
Data de Fim	31/12/2022
Valor financeiro da Ação	5.933,657€

Nome da Ação	Ação 9 – Campanha de Rua
Descrição	Realizar uma campanha de rua, num estilo de reportagem, no sentido de recolher testemunhos da comunidade autóctone e comunidade migrante NPT, no que concerne aos vários temas relacionados com o fenómeno das migrações. Pretende-se que desta campanha surja um vídeo para ser posteriormente disseminado por vários meios de comunicação social.
Destinatários	Nacionais de Países Terceiros a residir em situação regular no concelho de Castelo Branco. Comunidade autóctone local.
Objetivos	Consciencializar a sociedade autóctone e migrante para mitos e preconceitos que obstem à integração destes na sociedade de acolhimento.
Resultados esperados	Realizar uma campanha de rua, distribuir folhetos informativos e conceber um vídeo alusivo ao proposto para ser posteriormente disseminado pelas redes de comunicação.
Indicadores	Realização de 1 Campanha de Rua; Conceção de 1 folheto informativo; Impressão de 250 folhetos informativos; Realização de 1 vídeo; Envolver 10 migrantes; Envolver 10 autóctones.
Fontes de Verificação	Folhas de presença; Fotografias; Folheto informativo; Emails; Redes sociais e Newsletter; Relatório de execução da ação; Vídeo; Folha de presenças, folhetos distribuídos, registo fotográfico e realização do vídeo.
Data de Início	01/01/2021
Data de Fim	31/12/2022
Valor financeiro da Ação	6.533,657€

EIXO III

Nome da Ação	Ação 10 – Divulgação de Bolsas de Oferta de Emprego
Descrição	Difundir informação sobre ofertas de emprego e encaminhar os NPT para as mesmas, promovendo a contratação efetiva dos NPT. Pretende-se ainda nesta ação apoiar os migrantes na elaboração dos seus Curriculum Vitae, em parceria com o GIP de Castelo Branco.
Destinatários	Nacionais de Países Terceiros a residir em situação regular no concelho de Castelo Branco e em situação de desemprego.
Objetivos	Identificar e divulgar ofertas de emprego e apoiar na contratação efetiva de NPT.
Resultados esperados	Divulgar, quer online, quer no espaço PMIM-CB, de forma atualizada, as ofertas de emprego disponíveis e apoiar os NPT na candidatura e demais procedimentos necessários aos métodos de recrutamento. Espera-se com esta ação, potenciar a inserção profissionais dos NPT em situação de inatividade/ desemprego.
Indicadores	Divulgar 100 ofertas de emprego ao longo do projeto; Apoiar na contratação efetiva de 5 NPT; Envolver 30 NPT ao longo do projeto.
Fontes de Verificação	Publicitação de ofertas/anúncios de emprego; Fichas de inscrição e monitorização dos NPT; Declaração da entidade entregadora atestando a contratação; Registos fotográficos das publicações das ofertas de emprego; Emails; Redes sociais e Newsletter; Relatório de execução da ação; Vídeo.
Data de Início	01/01/2021
Data de Fim	31/12/2022
Valor financeiro da Ação	5.333,657€

Nome da Ação	Ação 11 – PMIM Empreende
Descrição	Promover ações de capacitação de forma a informar possíveis migrantes candidatos a empreendedores, quer seja no processo empreendedor, quer seja capacitando-os dos apoios disponíveis. O programa PMIM Empreende será dinamizado recorrendo ao apoio do Recurso PEI – Programa de Empreendedorismo Imigrante do ACM, IP. Pese embora se inicie em sessões conjuntas, pretende-se que cada formando tenha um apoio individualizado tendo em conta os objetivos e a maturação do seu projeto de empreendedorismo/ criação do próprio emprego.
Destinatários	Nacionais de Países Terceiros a residir em situação regular no concelho de Castelo Branco.
Objetivos	Reforçar o conhecimento dos migrantes sobre as medidas de apoio ao empreendedorismo e sobre o processo empreendedor, de forma a incentivar e estimular o espírito empreendedor de cada um.
Resultados esperados	Realização de um programa PMIM Empreende.
Indicadores	Dinamização de um programa PMIM Empreende. Envolver 10 NPT.
Fontes de Verificação	Materiais de formação do Programa PMIM Empreende; Folhas de presença; Materiais de comunicação e divulgação; Emails; Redes sociais e Newsletter; Relatório de execução da ação.
Data de Início	01/01/2021
Data de Fim	31/12/2022
Valor financeiro da Ação	6.083,657€

Nome da Ação	Ação 12 – Divulgação do Manual “Benefício da Integração e da Diversidade nas Empresas”
Descrição	Pretende-se divulgar o Manual “Benefício da Integração e da Diversidade nas Empresas” realizado no âmbito do PMIM 1G, junto de instituições do setor privado e público, potenciando junto deste setor, a reflexão sobre a importância para a sustentabilidade da economia local e nacional, da contratação de migrantes.
Destinatários	Instituições do setor privado e público.
Objetivos	Melhorar a informação disponível aos empregadores/tecido empresarial local, relativamente aos benefícios de integração de NPT nas empresas.
Resultados esperados	Dotar as empresas de informação sobre os benefícios da integração dos NPT, nas equipas de trabalho.
Indicadores	Divulgação do manual “Benefício da Integração e da Diversidade nas Empresas” junto de 100 empresas e instituições locais. Realização de 1 sessão de apresentação pública do Manual.
Fontes de Verificação	Documento comprovativo da entrega do Manual pela empresa/entidade; Folhas de presença; Materiais de comunicação e divulgação; Emails; Redes sociais e Newsletter; Relatório de execução da ação.
Data de Início	01/01/2021
Data de Fim	31/12/2022
Valor financeiro da Ação	5.633,657€

Nome da Ação	Ação 13 – Workshops sobre a Lei da Imigração
Descrição	Organizar, junto das entidades competentes, sessões de formação/ <i>workshops</i> , de forma a que as entidades locais com responsabilidades nestas matérias, tomem conhecimento e compreendam o quadro legislativo nacional em matéria de migrações, na sua atual redação, fomentado uma intervenção mais eficaz e assertiva junto dos NPT.
Destinatários	Nacionais de Países Terceiros a residir em situação regular no concelho de Castelo Branco. Instituições do setor privado e público.
Objetivos	Realizar ações de formação sobre a lei da imigração de forma a colmatar dificuldades de compreensão sobre a lei.
Resultados esperados	Dotar os envolvidos com conhecimentos atuais da lei, de forma a potenciar a plena integração dos NPT.
Indicadores	Realização de 2 workshops; Envolver 30 Instituições do setor privado e público; Envolver 25 NPT.
Fontes de Verificação	Materiais do workshop; Folhas de presença; Materiais de comunicação e divulgação; Emails; Redes sociais e Newsletter; Relatório de execução da ação.
Data de Início	01/01/2021
Data de Fim	31/12/2022
Valor financeiro da Ação	5.633,657€

Nome da Ação	Ação 14 – Associativismo Imigrante
Descrição	Organizar sessões de capacitação para os NPT, dos procedimentos e apoios existentes para a criação e manutenção de associações de migrantes e fomentando, simultaneamente, a importância do associativismo na promoção da cidadania ativa.
Destinatários	Nacionais de Países Terceiros a residir em situação regular no concelho de Castelo Branco.
Objetivos	Motivar os NPT a organizarem-se de forma a criarem ou revitalizarem associações de migrantes, assim como capacitar e sensibilizar a comunidade para a importância do associativismo.
Resultados esperados	Dinamização de uma ação de capacitação de Associativismo Imigrante.
Indicadores	Realização de 1 ação de formação/capacitação. Envolver 25 NPT.
Fontes de Verificação	Materiais da ação de formação/capacitação; Folhas de presença; Materiais de comunicação e divulgação; Emails; Redes sociais e Newsletter; Relatório de execução da ação.
Data de Início	01/01/2021
Data de Fim	31/12/2022
Valor financeiro da Ação	5.483,657€

Nome da Ação	Ação 15 – Divulgação do “Manual de Boas Práticas na Mediação Intercultural”
Descrição	Divulgar e promover o “Manual de Boas Práticas na Mediação Intercultural” junto dos parceiros locais que atuam na área das migrações e dos NPT envolvidos no projeto.
Destinatários	Nacionais de Países Terceiros a residir em situação regular no concelho de Castelo Branco. Entidades públicas e privadas que atuem junto da comunidade migrante.
Objetivos	Capacitar NPT e entidades locais para a importância da mediação intercultural no processo multivetorial integrativo destas comunidades.
Resultados esperados	Melhorar o acesso à informação na área da Mediação Intercultural, por parte das entidades envolvidas ao longo do projeto, e dos NPT a residir em Castelo Branco.
Indicadores	Impressão e distribuição de 100 manuais;
Fontes de Verificação	Recolha de assinaturas por parte das entidades e NPT que receberam o Manual; Emails; Redes sociais e Newsletter; Relatório de execução da ação.
Data de Início	01/01/2021
Data de Fim	31/12/2022
Valor financeiro da Ação	5.483,657€

Nome da Ação	Ação 16 – Procura Ativa de Emprego
Descrição	Dotar os migrantes NPT desempregados de competências adequadas para despertar a sua proatividade no processo de procura ativa de trabalho. A ação será realizada em articulação com o GIP da AL-AD.
Destinatários	Nacionais de Países Terceiros a residir em situação regular no concelho de Castelo Branco.
Objetivos	Reforçar a capacitação e o conhecimento dos migrantes, de forma a incentivar a procura de emprego.
Resultados esperados	Potenciar a capacidade dos NPT na procura ativa de emprego junto das entidades empregadoras.
Indicadores	Realização de 1 ação de capacitação e envolver 15 NPT ao longo do projeto.
Fontes de Verificação	Folha de presença na sessão; Registo fotográfico; Materiais de comunicação e divulgação; Emails; Redes sociais e Newsletter; Relatório de execução da ação.
Data de Início	01/01/2021
Data de Fim	31/12/2022
Valor financeiro da Ação	5.333,657€

Nome da Ação	Ação 17 – Curso de Português Para Todos
Descrição	Colaborar na organização e mobilização dos NPT para o curso de português para Todos (PPT). Disponibilizar o espaço para a dinamização do mesmo.
Destinatários	Nacionais de Países Terceiros a residir em situação regular no concelho de Castelo Branco.
Objetivos	Potenciar o conhecimento da língua Portuguesa junto dos NPT, reforçando as condições de diálogo com os autóctones e uma maior integração na sociedade.
Resultados esperados	Reforçar o conhecimento da língua portuguesa por parte dos NPT.
Indicadores	Inscrição de 20 NPT; Encaminhamento de 20 NPT para o PPT, promovido pelo IEFP, I.P; Certificação de 15 NPT.
Fontes de Verificação	Fichas de Inscrição; Fichas de encaminhamento dos NPT para o curso; Certificado de formação; Folha de presença na sessão; Registo fotográfico; Materiais de comunicação e divulgação; Emails; Redes sociais e Newsletter; Relatório de execução da ação.
Data de Início	01/01/2021
Data de Fim	31/12/2022
Valor financeiro da Ação	5.933,657€

EIXO IV

Nome da Ação	Ação 18 – Semana da Multiculturalidade
Descrição	Realização de uma semana com tema base “A Multiculturalidade”. Pretende-se dinamizar cinco dias de atividades de promoção da interculturalidade, através da organização de atividades culturais, seminários alusivos a várias temáticas, workshops, atividades de animação e gastronómicas.
Destinatários	Nacionais de Países Terceiros a residir em situação regular no concelho de Castelo Branco. Comunidade autóctone local.
Objetivos	Reforçar o conhecimento e a partilha das culturas e tradições dos NPT, junto da comunidade de acolhimento.
Resultados esperados	Envolver a comunidade migrante e autóctone, fomentando laços interculturais.
Indicadores	Realizar 1 semana da Multiculturalidade; Envolver 50 NPT; Envolver 100 Participantes da comunidade autóctone.
Fontes de Verificação	Folhas de presenças; Contratação de um projeto pedagógico alusivo à multiculturalidade; Materiais de comunicação e divulgação (convites, cartazes, capas) Registos fotográficos; Vídeo alusivo à semana da Multiculturalidade; Inscrições; Emails; Redes sociais e Newsletter; Relatório de execução da ação.
Data de Início	01/01/2021
Data de Fim	31/12/2022
Valor financeiro da Ação	11.683,657€

Nome da Ação	Ação 19 – Encontro Intercultural com Ações Culturais e Gastronómicas do Mundo
Descrição	Envolver os NPT a residir em Castelo Branco na participação de um <i>show cooking</i> , em algum evento da cidade, onde cada NPT contribuirá com o seu testemunho cultural e uma iguaria típica do seu país.
Destinatários	Nacionais de Países Terceiros a residir em situação regular no concelho de Castelo Branco. Comunidade autóctone local.
Objetivos	Promover a interculturalidade e o sentimento de pertença à comunidade de acolhimento.
Resultados esperados	Reforçar o acolhimento e o sentimento de aceitação e compreensão por parte dos residentes na cidade.
Indicadores	Realização de 1 <i>show cooking</i> ; Envolver 30 NPT; Envolver 20 participantes da comunidade autóctone.
Fontes de Verificação	Folhas de presenças; Materiais de comunicação e divulgação (convites, cartazes, capas) Registos fotográficos; Emails; Redes sociais e Newsletter; Relatório de execução da ação.
Data de Início	01/01/2021
Data de Fim	31/12/2022
Valor financeiro da Ação	6.623,657€

Nome da Ação	Ação 20 – Programa “Família do Lado”
Descrição	O programa “Família do Lado” é uma iniciativa através da qual uma família aceita acolher em sua casa uma família que não conheça, constituindo-se pares de famílias - migrante ou refugiada e outra autóctone - para a realização de um almoço-convívio, típico da sua cultura, como forma de acolhimento do “Outro”. Trata-se de uma iniciativa que visa contribuir para uma integração mais efetiva dos imigrantes em Portugal, reforçando as relações sociais e promovendo a diversidade cultural existente no nosso país.
Destinatários	Nacionais de Países Terceiros a residir em situação regular no concelho de Castelo Branco. Comunidade autóctone local.
Objetivos	Aproximar famílias de nacionalidade distintas de forma a partilharem refeições dos seus próprios países, reforçando laços, redes de vizinhança e pertença à comunidade.
Resultados esperados	Fomentar as redes de proximidade entre a cultura migrante e a cultura do país de acolhimento.
Indicadores	Realização de 2 ações ao longo do projeto; Envolver 20 NPT; Envolver 30 participantes da comunidade local; Realizar 6 encontros.
Fontes de Verificação	Fichas de Inscrição; Materiais de comunicação e divulgação (convites, cartazes, capas) Registos fotográficos; Emails; Redes sociais e Newsletter; Relatório de execução da ação.
Data de Início	01/01/2021
Data de Fim	31/12/2022
Valor financeiro da Ação	5.833,657€

Nome da Ação	Ação 21 – Horta Comunitária
Descrição	<p>Promover a produção e manutenção de um espaço/talhão de cultivo.</p> <p>As Hortas Comunitárias pretendem estimular a integração e a convivência social entre diferentes gerações, com idades, aptidões físicas e heranças culturais variadas, fomentando o espírito comunitário e a entreajuda entre a comunidade migrante. Pretende-se na mesma linha capacitar os NPT para a prática de uma agricultura de subsistência e a prática de uma alimentação saudável. A ação pretende ainda promover ações de formação práticas sobre as técnicas de cultivo e manuseio da terra, junto dos NPT participantes</p>
Destinatários	<p>Famílias numerosas de NPT, de comprovada vulnerabilidade social a residir em Castelo Branco.</p>
Objetivos	<p>Promover a integração dos NPT, apoiada no cultivo de produtos para o seu autoconsumo.</p> <p>Trabalhar competências necessárias para a autonomia dos NPT, garantindo também a sua capacitação em competências do saber ser e do saber estar sublinhando desta forma a componente de integração social pretendida.</p>
Resultados esperados	<p>Cultivo de uma horta comunitária com vários talhões.</p>
Indicadores	<p>Envolver 4 famílias NPT;</p> <p>Envolver 15 NPT ao longo do projeto;</p> <p>Realizar 150 horas de ações de formação prática sobre o cultivo do terreno.</p>
Fontes de Verificação	<p>Fichas de Inscrição;</p> <p>Folhas de presença;</p> <p>Sumários das ações de formação;</p> <p>Registos fotográficos;</p> <p>Emails;</p> <p>Redes sociais e Newsletter;</p> <p>Relatório de execução da ação.</p>
Data de Início	<p>01/01/2021</p>
Data de Fim	<p>31/12/2022</p>
Valor financeiro da Ação	<p>12.223,657€</p>

Nome da Ação	Ação 22 – Promoção do Diálogo Inter-religioso
Descrição	Organizar um debate de partilha de conhecimento e troca de experiências associadas às diferentes crenças religiosas praticadas pelos NPT a residir localmente, envolvendo figuras religiosas reconhecidas pelos migrantes, dos diversos cultos, no sentido da promoção e reforço do diálogo inter-religioso.
Destinatários	Nacionais de Países Terceiros a residir em situação regular no concelho de Castelo Branco. Comunidade autóctone local.
Objetivos	Reforçar o diálogo inter-religioso, desconstruir preconceitos e potenciar a integração dos NPT, independentemente do culto religioso que professem, através da aproximação de pessoas com tradições, crenças e convicções religiosas diversas, na expectativa da aceitação da existência de uma sociedade cada vez mais plural.
Resultados esperados	Potenciar o diálogo inter-religioso existente localmente, reforçando a integração dos NPT, independentemente do culto religioso a que pertençam.
Indicadores	Realizar 1 ação/debate; Integrar 6 representantes de cultos diferenciados; Envolvendo 20 NPT; Envolver 20 autóctones.
Fontes de Verificação	Fichas de Inscrição; Folhas de presença; Materiais de comunicação e divulgação; Registos fotográficos; Emails; Redes sociais e Newsletter; Relatório de execução da ação.
Data de Início	01/01/2021
Data de Fim	31/12/2022
Valor financeiro da Ação	5.683,657€

Nome da Ação	Ação 23 – Visita Guiada a Instituição Religiosa
Descrição	Organizar uma visita guiada por NPT a uma instituição religiosa da sua devoção.
Destinatários	Nacionais de Países Terceiros a residir em situação regular no concelho de Castelo Branco. Comunidade autóctone local.
Objetivos	Promover o contacto dos NPT e autóctones com os locais e os cultos religiosos daqueles, e desta forma reforçar o sentimento de aceitação e pertença na sociedade de acolhimento.
Resultados esperados	Partilhar o culto vivenciado por outras culturas na sociedade de acolhimento.
Indicadores	Realizar 1 visita ao Templo Sikh; Envolver 50 NPT; Envolver 20 autóctones.
Fontes de Verificação	Folhas de presença; Registos fotográficos; Redes sociais e Newsletter; Relatório de execução da ação.
Data de Início	01/01/2021
Data de Fim	31/12/2022
Valor financeiro da Ação	6.223,657€

EIXO V

Nome da Ação	Ação 24 – Debate nas Escolas Sobre Multiculturalidade e Não Discriminação
Descrição	Organizar sessões de informação e sensibilização alusivas ao tema da multiculturalidade e não discriminação nos Agrupamentos de Escolas do Município de Castelo Branco.
Destinatários	Alunos/as NPT. Alunos/as participantes do terceiro ciclo e secundário.
Objetivos	Promover sessões de informação e sensibilização, esclarecendo a comunidade escolar da realidade multicultural existente. Desconstruir mitos e medos associados aos migrantes e refugiados, prevenindo comportamentos racistas e xenófobos.
Resultados esperados	Promover o convívio saudável entre pares.
Indicadores	Dinamizar 10 Sessões ao longo do projeto; Envolver 10 Alunos/as NPT; Envolver 50 alunos/as autóctones do 3º ciclo e secundário.
Fontes de Verificação	Folhas de presença; Materiais de comunicação e divulgação; Registos fotográficos; Redes sociais e Newsletter; Relatório de execução da ação.
Data de Início	01/01/2021
Data de Fim	31/12/2022
Valor financeiro da Ação	5.783,657€

Nome da Ação	Ação 25 – Ações de Sensibilização para as Questões da Igualdade de Género e Violência de Género
Descrição	Realizar ações de informação/sensibilização para a importância das questões da igualdade de género e da violência entre pares, em parceria com a Estrutura de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica da AL-AD.
Destinatários	Jovens NPT que vivam ou estudem em Castelo Branco.
Objetivos	Reforçar e sensibilizar os jovens para as questões da igualdade e violência de género, de modo a limitar/erradicar este fenómeno.
Resultados esperados	Dar a conhecer a Estrutura de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica e dotar os jovens NPT de competências, na área da violência no namoro e doméstica e na igualdade de género.
Indicadores	Realizar 2 ações; Envolver 15 NPT; Envolver 30 autóctones.
Fontes de Verificação	Folhas de presença; Sumários e materiais utilizados nas ações; Registos fotográficos; Emails; Redes sociais e Newsletter; Relatório de execução da ação.
Data de Início	01/01/2021
Data de Fim	31/12/2022
Valor financeiro da Ação	5.783,657€

3.2.4 Projetos Conexos

Nome do Projeto	Português Língua de Integração (PLIN)
Descrição	Dinamizar ações não formais de Língua, Cultura e Democracia Portuguesa.
Destinatários	Refugiados/as a residir no concelho de Castelo Branco.
Objetivos	Promover sessões de língua Portuguesa dos usos e costumes, bem como do sistema democrático Português de forma a potenciar a integração social, em Portugal, deste público alvo.
Resultados esperados	Organizar 4 turmas e envolver 30 participantes ao longo do projeto.
Indicadores	Dinamização de aulas informais em 2 turmas e envolvimento direto de 15 Refugiados/as por ano letivo.
Fontes de Verificação	Folhas de Inscrição; Contratos de formação; Registo de assiduidade; Sumários, relatórios e evidências fotográficas.
Data de Início	03/08/2020
Data de Fim	30/06/2022
Valor financeiro	38.716,26€
Financiamento	PT/2020/FAMI/540 (Nível de Prioridade 1)
Parceiros Envolvidos	1) Centro Distrital de Castelo Branco do Instituto de Segurança Social, I.P., 2) Cáritas Interparoquial de Castelo Branco;

Nome do Projeto	Migrantes e Refugiados: Pistas para uma Intervenção Multissetorial
Descrição	Elaborar e publicar um recurso técnico pedagógico com informações precisas de forma a apoiar profissionais/ voluntários e instituições público-privadas que contactem diretamente com NPT.
Destinatários	Entidades públicas, privadas, sociedade civil, entre outras que participem diretamente no acolhimento aos NPT.
Objetivos	Sensibilizar e esclarecer os colaboradores dos diferentes serviços, públicos e privados, regionais e locais que contactem diretamente com NPT, e outros que tenham um papel relevante na comunidade de acolhimento.
Resultados esperados	Elaborar, publicar e distribuir o Guia técnico pedagógico junto das entidades de referência.
Indicadores	Realização do guião e promoção de 20 sessões, envolvendo 200 participantes.
Fontes de Verificação	Publicação do guião e distribuição do mesmo às entidades; Folha de presenças nas sessões; Evidências fotográficas e relatórios de sessões.
Data de Início	01/07/2020
Data de Fim	31/12/2022
Valor financeiro	53.083,40€
Financiamento	PT/2020/FAMI/522 (Nível de Prioridade 1)
Parceiros Envolvidos	1) Centro Distrital de Castelo Branco do Instituto de Segurança Social, I.P.; 2) Unidade Local de Saúde de Castelo Branco, E.P.E; 3) Instituto Politécnico de Castelo Branco; 4) Agrupamento de Escolas de Amato Lusitano; 5) Agrupamento de Escolas Afonso de Paiva; 6) Agrupamento de Escolas Nuno Álvares; 7) Escola Tecnológica e Profissional Albicastrense – ETEPA; 8) Escola Profissional Agostinho Roseta – Polo de Castelo Branco; 9) Serviço de Estrangeiros e Fronteiras – Delegação Regional do Centro; 10) Centro de Emprego e Formação Profissional de Castelo Branco; 11) ACICB - Associação Comercial e Empresarial da Beira Baixa; 12) AEBB – Associação Empresarial da Beira Baixa; 13) Conservatória do Registo Civil de Castelo Branco; 14) Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS); 15) Centro de Respostas Integrado (CRI); 16) Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco (CPCJ); 17) Associação de Apoio à Criança de Castelo Branco (AACCB); 18) Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais – Delegação Regional Reinserção do Centro; 19) Autoridade para as competências de trabalho (ACT) – Castelo Branco; 20) Polícia de Segurança Pública (PSP) de Castelo Branco; 21) Guarda Nacional Republicana (GNR) de Castelo Branco; 22) Cáritas Interparoquial de Castelo Branco; 23) Junta de Freguesia de Castelo Branco.

3.3 MODELO DE MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO

O Plano Municipal para a Integração de Imigrantes de Castelo Branco 2G (PMIM-CB 2G) será objeto de uma monitorização e avaliação regulares e formais, embora com periodicidade variável. O modelo procura também promover a mobilização e responsabilização de todas as entidades parceiras do projeto e a representatividade de todos os cidadãos no território, através de uma parceria efetiva de acompanhamento, desde a fase de conceção, à implementação, monitorização e avaliação do Plano, sempre sob coordenação da Amato Lusitano – Associação de Desenvolvimento.

A recolha e sistematização das informações neste modelo de monitorização e avaliação irão ser feitas a partir de dois recursos base: informação própria (indicadores sistematizados que resultam da execução das intervenções planeadas) e informação integrada ou sistematizada em publicações de, por exemplo, Instituto Nacional de Estatística (INE), pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), pela Base de Dados Portugal Contemporâneo (PORDATA) ou pelo Gabinete de Estratégia e Planeamento (GEP) do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social – (MTSSS), e/ou outras fontes. No primeiro caso, a recolha acontecerá junto das entidades responsáveis pela execução de cada medida, através da verificação das atividades realizadas em momentos formais de acompanhamento, e num ambiente construtivo de identificação não apenas de resultados, mas também dos constrangimentos à aplicação das medidas, bem como de potenciais soluções encontradas ou a descobrir; pela elaboração de documentos síntese e relatórios finais decorrentes do processo de monitorização; e pela validação desses documentos pelas entidades parceiras identificadas como relevantes no âmbito da execução, monitorização e avaliação do PMIM–CB 2G. Esta ação de validação, considerando o horizonte de aplicação do plano (2020-2022), deverá ocorrer em três momentos, sem prejuízo de que se venham a realizar reuniões extraordinárias por iniciativa das entidades parceiras, sempre que justificado.

Desta forma o modelo de monitorização e avaliação ajusta-se às disponibilidades de recursos e de meios técnicos possíveis de afetar a estas tarefas, sem, no entanto, comprometer as dinâmicas e exigências desta política pública.

O mecanismo de monitorização criado inclui um conjunto pertinente de indicadores e um quadro claro e exequível de mecanismos e instrumentos de recolha, tratamento e

organização da informação, que permite, por um lado, avaliar o grau de concretização das ações previstas e efetuar a validação regular das opções estratégicas e operacionais tomadas; e, por outro, apreciar o grau de concretização das metas delineadas e do contributo para os objetivos definidos. Ou seja, esses indicadores incluem duas tipologias: uma vertente macro (indicadores de contextualização e/ou resultado) e uma vertente micro (indicadores de acompanhamento da execução do Plano) e cumprem três critérios essenciais: indicar exequibilidade, relevância e avaliação. Já no que se refere aos instrumentos de recolha de informações incluem-se aqueles considerados mais fiáveis e consistentes e que permitem uma rápida e fácil compilação de informação: fichas de atendimento; caixa para sugestões; listas de presença/inscrições em atividades; questionários de satisfação inerentes às atividades desenvolvidas; grelha de avaliação direta das atividades desenvolvidas, permitindo aferir, por exemplo, o grau de motivação, o interesse, o envolvimento, assiduidade e o nível de comunicação com a equipa técnica.

Por conseguinte, considera-se que este mecanismo de monitorização e respetivos instrumentos são adequados e deverão possibilitar a concretização de momentos de avaliação regulares, do grau e condições de implementação e execução do PMIM-CB 2G, ao longo do período 2020-2022. Efetivamente, o processo de avaliação assenta na análise dos indicadores quantitativos recolhidos através dos mecanismos e instrumentos de monitorização, na identificação de fatores de sucesso e boas práticas e completado com apreciações qualitativas, realizadas quer pelos parceiros quer na sequência de reuniões internas de trabalho da equipa responsável pelo processo, de forma a permitir o cruzamento de perspetivas e abordagens.

Ao longo da implementação do projeto, que decorre entre 1 Janeiro de 2021 e 31 Dezembro de 2022, haverá dois momentos de avaliação: um primeiro momento, com periodicidade anual, que permitirá, por um lado, perceber o nível de execução das medidas propostas, bem como o grau de sucesso das ações desenvolvidas e as dificuldades identificadas; e, por outro lado, preparar a implementação das restantes ações, num quadro de partilha de responsabilidades e solidariedade entre as partes envolvidas, ambicionando o cumprimento integral dos objetivos definidos; E um outro momento, que corresponderá à avaliação final e encerramento do projeto, em que se produzirá um relatório final onde serão apresentados os indicadores de execução do Plano, a partir dos quais se realiza um balanço da sua aplicação e se produz, simultaneamente, as bases para a sua renovação. Isto porque, pela sua natureza, complexidade e durabilidade, o processo de acolhimento e integração de migrantes

continuará a necessitar de ser apoiado e as respostas aos desafios contínuos que origina a necessitarem de ser produzidas para além do horizonte de vigência do atual Plano.

3.4 MODELO DE GOVERNAÇÃO

O Plano Municipal para a Integração de Migrantes de Castelo Branco 2G (PMIM-CB 2G), enquanto instrumento orientador para a melhoria da promoção do acolhimento e integração da população migrante no município, articula-se de forma estreita e concertada, com as principais estratégias de desenvolvimento do município, nomeadamente o Plano Estratégico Castelo Branco 2030 e o Diagnóstico Social do Concelho de Castelo Branco (2015); assim como com outros projetos em desenvolvimento no território e, muito em particular, os implementados pela Associação Amato Lusitano como, por exemplo, o Projeto “Migrantes e Refugiados: Pistas para uma Intervenção Multissetorial” (financiamento PT/2020/FAMI/522) e o Projeto “Português Língua de Integração (PLIN)” (financiamento PT/2020/FAMI/540) (Cf. Parte II, capítulo 2.1.3).

O PMIM-CB 2G é coordenado pela Câmara Municipal de Castelo Branco, que é apoiada tecnicamente pela Amato Lusitano – Associação de Desenvolvimento, com quem celebrou um protocolo nesse sentido e que, conseqüentemente, é a entidade responsável pela conceção, gestão da implementação, assim como administração do processo de monitorização e avaliação do Plano. Para esse fim, além desta parceria administrativa, financeira e operacional, conta-se também com a colaboração de todas as entidades locais e regionais que intervêm ou têm competências e recursos no domínio das migrações e da diversidade cultural no território. Mais especificamente, prevê-se a continuidade e o reforço das parcerias operativas que transitam do PMIM-CB 1G, e que incluem as seguintes entidades:

- 1) Centro Distrital de Castelo Branco do Instituto de Segurança Social, I.P.;
- 2) Unidade Local de Saúde de Castelo Branco, E.P.E;
- 3) Instituto Politécnico de Castelo Branco;
- 4) Agrupamento de Escolas de Amato Lusitano;
- 5) Agrupamento de Escolas Afonso de Paiva;
- 6) Agrupamento de Escolas Nuno Álvares;
- 7) Escola Tecnológica e Profissional Albiastrense – ETEPA;
- 8) Escola Profissional Agostinho Roseta – Polo de Castelo Branco;
- 9) Serviço de Estrangeiros e Fronteiras – Delegação Regional do Centro;
- 10) Centro de Emprego e Formação Profissional de Castelo Branco;
- 11) ACICB – Associação Comercial e Empresarial da Beira Baixa;
- 12) AEBB – Associação Empresarial da Beira Baixa;
- 13) Conservatória do Registo Civil de Castelo Branco;

- 14) Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS);
- 15) Centro de Respostas Integrado (CRI);
- 16) Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco (CPCJ);
- 17) Associação de Apoio à Criança de Castelo Branco (AACCB);
- 18) Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais – Delegação Regional Reinserção do Centro;
- 19) Autoridade para as competências de trabalho (ACT) – Castelo Branco;
- 20) Polícia de Segurança Pública (PSP) de Castelo Branco;
- 21) Guarda Nacional Republicana (GNR) de Castelo Branco;
- 22) Cáritas Interparoquial de Castelo Branco;
- 23) Junta de Freguesia de Castelo Branco;
- 24) RAS – Reciclagem, Arte e Solidariedade.

O modelo de governação (Cf. Figura 46) assume-se como flexível, privilegiando-se a aproximação e o envolvimento no PMIM-CB 2G de todas as entidades relevantes para esta temática, presentes no território, em momentos específicos, em função do seu âmbito de atuação, das suas responsabilidades e dos recursos disponíveis. Isto no sentido de garantir a sustentabilidade do trabalho e o cumprimento dos objetivos associados à operacionalização do Plano, sem perdas do fortalecimento do trabalho em parceria. Assim, aqueles parceiros não financeiros, constituem um grupo com funções operacionais, mas também consultivas, desde a conceção à implementação, monitorização e avaliação do Plano, sempre sob coordenação da Amato Lusitano – Associação de Desenvolvimento que, para esse processo, contará ainda com as futuras Assembleias participativas.

Esta estrutura de governação tem por incumbências gerais:

- Implementar e acompanhar a execução das medidas constantes do PMIM;
- Garantir a realização dos processos de monitorização e avaliação;
- Contribuir para a divulgação do Plano e da respetiva implementação, ao nível local, seja junto da opinião pública, seja dos profissionais das diferentes organizações públicas e privadas.
- Promover a articulação entre parceiros, incluindo administração (central e local), entidades várias, comunidades migrantes e comunidade autóctone;
- Mobilizar novos parceiros que possam ter contributos a dar em matéria de migrações, em particular para os processos de acolhimento e integração de NPT;

- Garantir a participação dos migrantes nas políticas migratórias, de acolhimento e integração locais, nas suas múltiplas dimensões;
- Identificar novas problemáticas, desafios e oportunidades no âmbito das migrações e dos processos de acolhimento e integração de NPT, assim como para o desenvolvimento local e regional;

Figura 46. Modelo de Governação do PMIM-CB 2G



Fonte: PMIM-CB 2G (2020-2022)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACM – Alto Comissariado para as Migrações, I.P. (2020). Aviso 83/FAMI/2020. Disponível em: <https://www.acm.gov.pt/documents/10181/222893/Aviso-83-FAMI-2020-Planos-Versao-Integral.pdf/d1fa0e0b-9d6d-461a-9711-6ad79b88501d>

ACM, I.P. – Gabinete de Apoio às Políticas Locais (Coord.)(2015). *Guia para a Conceção de Planos Municipais para a Integração de Imigrantes*. Logframe, Consultoria e Formação. Lisboa: ACM, I.P. Disponível em: https://www.acm.gov.pt/documents/10181/290240/Guia_PMI AF_digital_final.pdf/a9930d83-e913-4a3c-b3a2-fad17ea66165

Amato Lusitano – Associação de Desenvolvimento (2020). *Relatório Final do PMIM 1G*. Não publicado.

Amato Lusitano – Associação de Desenvolvimento (2019). *Relatório de Atividades 2019*. Disponível em: <http://www.amatolusitano-ad.pt/media/1950/relat%C3%B3rio-de-atividades-2019.pdf>

Augusto, Nuno Miguel Cavaca (Coord.) (2011). *Diagnóstico da população imigrante no concelho de Castelo Branco: desafios e potencialidades para o desenvolvimento*. Coleção Portugal Imigrante. Lisboa: Observatório da Imigração, ACIDI, I.P. – Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P. Disponível em: <https://www.om.acm.gov.pt/documents/58428/183261/05.CasteloBranco.VF.pdf/02d7b2b6-d37f-4fe8-9424-f1bbf5847287>

CMCB – Câmara Municipal de Castelo Branco/ CEDRU (2018). *Plano Municipal para a Integração de Migrantes*. Disponível em: http://www.amatolusitano-ad.pt/media/1681/plano-municipal-para-a-integra%C3%A7%C3%A3o-dos-migrantes_castelo-branco-140119.pdf

CMCB – Câmara Municipal de Castelo Branco /CEDRU (2015). *Castelo Branco 2030. Relatório Final*. Disponível em: https://www.cm-castelobranco.pt/media/1683/cb_2030.pdf

CMCB – Câmara Municipal de Castelo Branco (2015). *Diagnóstico Social do Concelho de Castelo Branco*. Disponível em: https://www.cm-castelobranco.pt/media/2292/diagnostico_cb_-2015.pdf

CEDRU – Centro de Estudos e Desenvolvimento Regional e Urbano (2008). *Beira Interior Sul. Estratégia de Desenvolvimento e Plano de Ação 2007-2013*. Disponível em: http://www.cimbb.pt/media/42790/PTD_BIS_2007_2013.pdf

CE (2011). COM (2011) 455 final. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2011:0455:FIN:PT:PDF>

GEP – Gabinete de Estratégia e Planeamento (2019). *Séries Cronológicas Quadros de Pessoal 2007- 2017*. Lisboa: GEP – Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (MTSSS). Disponível em: http://www.gep.mtsss.gov.pt/documents/10182/10928/serieqp_2007_2017.pdf/fe8dbc8b-16b5-4aae-80a6-a5d04863a209

GEP – Gabinete de Estratégia e Planeamento (2019). *Coleção Estatísticas – Quadros de Pessoal 2018*. Lisboa: GEP – Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (MTSSS). Disponível em:

<http://www.gep.mtsss.gov.pt/documents/10182/10928/qp2018pub.pdf/cc4c0882-5eb7-4cb4-8976-d4a3973d34dc>

Malheiros, Jorge (Coord.) (2011). *Promoção da Interculturalidade e da Integração de Proximidade: Manual para Técnicas/os*. Lisboa: ACIDI, I.P. Disponível em:

https://www.acm.gov.pt/documents/10181/41781/manual_net+%282%29_claii.pdf/a4e41597-2701-41ab-b321-9647823cdb40

Malheiros, Jorge; Esteves, Alina; Rodrigues, Frederica, Estêvão, Mafalda e Mapril, José (2013). *Diagnóstico da situação da população imigrante em Portugal: características, problemas e potencialidades*. Lisboa: ACIDI, I.P. Disponível em:

https://www.om.acm.gov.pt/documents/58428/183261/EstudoNacional_Web.pdf/54b9d9df-c68f-48ea-bfeb-cbfda776ad46

Oliveira, Catarina R. (Coord.) (2016). *Planos de Integração para Migrantes*. Revista *Migrações* - Número Temático, n.º 13. Lisboa: ACM, I.P. Disponível em:

<https://www.om.acm.gov.pt/documents/58428/569795/Os+Planos+para+a+Integra%C3%A7%C3%A3o+dos+Imigrantes+e+o+Novo+PEM+em+PT+-+Cristina+Casas.pdf/1d324de3-9e2c-4e41-8a96-5b4add677789>

Oliveira, Catarina R. (2020-1). *Indicadores de Integração de Imigrantes 2020. Relatório Estatístico Anual*. Coleção Imigração em Números do Observatório das Migrações. Lisboa: ACM, I.P. Disponível em:

<https://www.om.acm.gov.pt/publicacoes-om/colecao-imigracao-em-numeros/relatorios-aneais>

Oliveira, Catarina R. (2020-2). *Entrada, Acolhimento e Integração de Requerentes e Beneficiários de Proteção Internacional em Portugal. Relatório do Asilo 2020*. Coleção Imigração em Números. Disponível em:

<https://www.om.acm.gov.pt/documents/58428/440932/Relatorio-Asilo-2020-OM.pdf/9f22513a-46ff-4f4b-a292-93347463d71c>

Resolução do Conselho de Ministros n.º 12-B/2015 de 20 de Março de 2015.

Disponível em: <https://dre.pt/pesquisa/-/search/66807913/details/normal?q=plano+estrat%C3%A9gico+para+as+migra%C3%A7%C3%B5es>

SEF/GEPIF – Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (2020). *Relatório Imigração, Fronteiras e Asilo 2019*. Oeiras: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras. Disponível em:

<https://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa2019.pdf>

WEBGRAFIA

Alto Comissariado para as Migração (ACM, I.P.)

<https://www.acm.gov.pt>

Amato Lusitano – Associação de Desenvolvimento

<http://www.amatolusitano-ad.pt>

Base de Dados Portugal Contemporâneo (PORDATA)

<https://www.pordata.pt/>

Câmara Municipal de Castelo Branco

<https://www.cm-castelobranco.pt/>

Gabinete de Estratégia e Planeamento (GEP) – Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (MTSSS)

<http://www.gep.mtsss.gov.pt>

Instituto Nacional de Estatística (INE)

www.ine.pt/

Observatório das Migrações (OM)

<https://www.om.acm.gov.pt>

Portal de estatística do SEF

<http://sefstat.sef.pt/>

Rede Social Castelo Branco

<https://www.cm-castelobranco.pt/municepe/areas-de-acao/acao-social/rede-social/>

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF)

www.sef.pt/

ANEXOS

Questionário aos Migrantes

Questionário aos Parceiros (Modelo)